

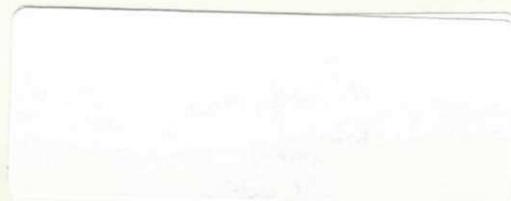
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA**

**OS TRABALHADORES RURAIS DO SETOR
CANAVIEIRO DO BREJO PARAIBANO**

ROMILDO DOS SANTOS SILVA

**CAMPINA GRANDE
FEVEREIRO DE 1993**

*cop. 1/13
55860
55860*



Romildo dos Santos Silva

**OS TRABALHADORES RURAIS DO SETOR
CANAVIEIRO DO BREJO PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Economia da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito à obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Economia Rural

Orientadora: Norma Montalvo de Soler

UFPB – campus II

Campina Grande
Universidade Federal da Paraíba

1993



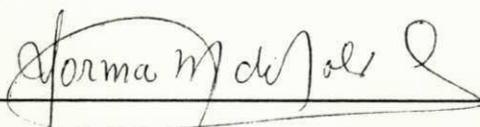
S586t Silva, Romildo dos Santos.
Os trabalhadores rurais do setor canavieiro do brejo paraibano / Romildo dos Santos Silva. - Campina Grande, 1993.
236 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1993.
Referências.
"Orientação : Profa. Dra. Norma Montalvo de Soler".

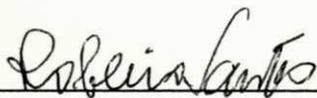
1. Economia da Terra - Cana-de-Açúcar - Paraíba (PB). 2. Trabalhador Rural - Setor Canavieiro. 3. Cana-de-Açúcar - Brejo Paraibano. 4. Dissertação - Economia. I. Soler, Norma Montalvo de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 332.2:633.61(813.3)(043)

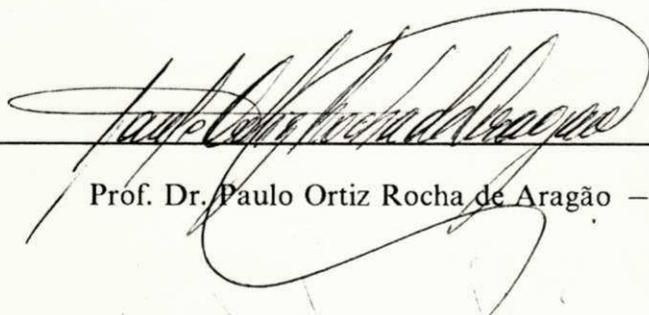
Dissertação defendida e aprovada, em 05 de fevereiro de 1993, pela banca
examinadora constituída pelos professores:



Prof^a. Dra. Norma Montalvo de Soler – Orientadora (UFPB - DSA)



Prof. Dr. Robério Ferreira Santos – (Embrapa/UFPB)



Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão – (UFPB - DEF)

Prof. Msc. Severino José de Lima (UFPB - DSA)

DEDICATÓRIA

A Deus,

A minha família, em especial aos meus pais
e falecido tio Edinaldo.

A todos os companheiros que fizeram e
ainda fazem parte da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) de Alagoa Grande, Pilões e Areia nas pessoas do Sr. Horácio, Sr. Manoel e D. Maria respectivamente, pelo apoio e orientação dispensado na fase da pesquisa de campo. Estes foram, sem dúvida, de suma importância para determinar em quais seriam as localidades de aplicação dos questionários em cada município.

À amiga Sandra, funcionária do STR de Alagoa Grande pela valiosa contribuição e boa vontade com que se prestou durante todo o período da pesquisa e, especialmente pelo esforço dispendido no árduo trabalho de aplicação dos questionários no município e nos distritos de Canafistula e Zumbi.

A Wamberto (filho da finada Penha) agradeço pela atenção dispensada e pela indicação de como trabalhar e onde trabalhar no distrito de Canafistula (Alagoa Grande).

Valiosas foram as contribuições do Sr. Geraldo, presidente da Associação dos Moradores de Zumbi quando do acompanhamento da aplicação dos questionários nas residências da localidade e da hospitalidade dispensada em nossa estadia no distrito.

Gratificantes foram as contribuições de Manoel (presidente do STR de Pilões) pelo mapeamento e indicação dos engenhos a serem visitados e de Cícero, (colaborador do sindicato) pelo transporte (moto), sem o qual seria quase impossível cobrir as distâncias entre um engenho e outro em tempo hábil.

À D. Maria, presidente do STR de Areia, pela atenção dispensada e especialmente por nos haver propiciado visitar a usina Santa Maria, ajudando-nos a conhecer um pouco mais da realidade regional.

Não poderia deixar de manifestar aqui os nossos sinceros agradecimentos ao SEDUP (Guarabira), DIEESE e CUT (João Pessoa) e à seus funcionários pelas valiosas

contribuições e por nos viabilizar o acesso à dados secundários sobre a temática em estudo.

Na cansativa tarefa de tabular os dados e rodar programas da pesquisa de campo, foram indispensáveis as contribuições de Hyeram Bezerra (minha companheira) e José Nazareno dos Santos que pacientemente prestaram seu auxílio. Este último foi imprescindível ajudando na digitação e estruturação das tabelas e gráficos do texto final.

Aos amigos Osvaldo e Nagel (mestrado em Engenharia Química) que souberam dividir comigo os anseios e dificuldades diárias provocados pela "pressão" no processo de elaboração e defesa da dissertação.

À Norma Montalvo, professora orientadora, que esteve sempre pronta a apontar o caminho mais adequado a ser percorrido. Por mostrar-se paciente nos momentos de dificuldades e pelas leituras críticas, sugestões e longas discussões, assim como pela ajuda imprescindível na elaboração da versão final deste trabalho.

Fica expresso os nossos sinceros agradecimentos aos professores que participaram da banca examinadora pela atenção dispensada e sugestões para melhorar o trabalho.

A todos os funcionários que fazem o Mestrado em Economia, assim como os que fazem o NPD (Núcleo de Processamento de Dados) da UFPB- campus II, pela paciência e compreensão durante o processo de elaboração da dissertação e aos professores do mestrado em geral, pela contribuição no decorrer do curso

Também é imprescindível que expresemos aqui, os nossos mais sinceros agradecimentos aos trabalhadores canavieiros do brejo paraibano – assalariados, moradores, menores, mulheres e empreiteiros – pela paciência, aceitação, boa vontade e cooperação nas exaustivas baterias de perguntas que lhes eram feitas. A estes os nossos agradecimentos por viabilizarem a pesquisa e por nos colocarem diante de suas realidades sem nenhum preconceito.

Com a mais profunda sinceridade, cumpre-nos aqui, a obrigação de externar nossos agradecimentos a todos aqueles que de maneira direta ou indireta, contribuíram para que fosse possível a realização deste trabalho.

EPÍGRAFE

"A cultura da cana-de-açúcar no Brejo está condenada por causa das **obrigações trabalhistas** que são muito caras. A tendência é a substituição da cana pelo gado que praticamente não utiliza mão-de-obra em relação a cultura canavieira"

Proprietário de engenho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

I – Introdução	1
J I.1 – A monocultura da cana-de-açúcar	2
J I.2 – A crise energética e o avanço da cultura	6
J I.3 – A dinâmica da cultura canavieira no Estado	12
I.4 – Objetivos do Estudo	17
I.5 – Marco teórico metodológico	18
I.6 – Operacionalização da pesquisa	22
I.7 – Caracterização da microrregião em estudo	27
I.7.1 – Alagoa Grande	29
I.7.2 – Pilões	30
I.7.3 – Areia	31
I.8 – Distribuição dos capítulos	32

CAPÍTULO I – CONDIÇÕES DE VIDA

1.1 – Composição da família	36
1.1.1 – Origem dos canavieiros da microrregião	40
1.2 – Acesso a educação	43
1.2.1 – Nível de alfabetização dos filhos	45
1.2.1.1 – Nível de alfabetização das filhas	48
1.2.2 – Nível de alfabetização dos pais	52
1.3 – Os moradores	55
1.3.1 – “Roçado” condição necessária para sobrevivência	57
1.3.2 – A luta pela manutenção do roçado	59
1.3.3 – Direito ao roçado: a garantia só existe no papel	63
1.3.4 – O trabalho familiar no roçado	66

1.4 – A situação da moradia nas pontas de rua	68
1.4.1 – Constituição das pontas de rua	72
1.4.1.1 – Retrato das pontas de rua	73
1.4.2 – A moradia nos engenhos, fazendas e usinas	76
1.4.3 – Saneamento nas comunidades canavieiras	78
1.4.4 – Alimentação das famílias canavieiras	79
1.4.5 – As condições de saúde	81

CAPÍTULO II – CONDIÇÕES DE TRABALHO

2.1 – O trabalho na palha da cana	86
2.1.1 – A jornada de trabalho	91
2.1.2 – O transporte	92
2.1.3 – A alimentação no canavial	95
2.1.3.1 – Abastecimento de água potável	97
2.2 – Canavieiro: profissão perigo	98
2.2.1 – Os acidentes de trabalho	99
2.2.2 – Equipamentos de proteção e ferramentas de trabalho	103
2.3 – Os personagens: patrões, empreiteiros e assalariados	105
2.3.1 – Os patrões: fonte de exploração e renda	105
2.3.2 – Os empreiteiros: acesso para o trabalho na palha	107
2.3.2.1 – Seleção e exploração dos trabalhadores canavieiros	109
2.3.2.2 – Mercadores de força de trabalho	113
2.3.3 – Os assalariados da palha da cana	118
2.3.3.1 – O trabalho feminino	122
2.3.3.2 – O trabalho do menor	127
2.4 – As unidades produtivas	130
2.4.1 – A usina Santa Maria	132
2.4.1.1 – O caso do engenho Gameleira	140
2.4.2 – A usina Tanques	145

CAPÍTULO III – OS SALÁRIOS E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

3.1 – O salário mínimo nacional	148
3.1.2 – Os salários no setor agrícola	156
3.2 – As perdas salariais dos canavieiros	159
3.3 – Os salários na microrregião do Brejo	165
3.3.1 – O décimo terceiro salário	167
3.4 – A variação da cesta básica	174
3.4.1 – As unidades de medida e as perdas salariais	179
3.5 – Carteira de trabalho: assinadas ou “meladas”?	181
3.6 – Participação sindical	186

CONSIDERAÇÕES FINAIS

– Considerações finais	191
– Sugestões para trabalhos futuros	200

ANEXOS

- Questionário aplicado aos chefes de família.
- Questionário aplicado aos moradores.
- Questionário relativo ao trabalho do menor e da mulher.
- Questionário aplicado aos empreiteiros.

4.3 – BIBLIOGRAFIA	233
--------------------------	-----

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1 – Área colhida com as principais culturas agrícolas do Brejo paraibano	10
Tabela 2 – Cana-de-açúcar produzida no Estado da Paraíba	13
Tabela 3 – Área colhida (ha) com as principais temporárias da Paraíba	15
Tabela 4 – Distribuição dos questionários por município	25
Tabela 5 – Distribuição dos questionários no município de Alagoa Grande	26
Tabela 6 – Número de filhos dos entrevistados por faixa de idade nos três municípios da pesquisa	37
Tabela 7 – Número de filhas dos entrevistados por faixa de idade nos três municípios da pesquisa	39
Tabela 8 – Naturalidade, municípios e localidade onde residem os entrevistados	41
Tabela 9 – Número de filhos que estavam estudando na época da pesquisa	45
Tabela 10 – Número de filhos que sabem ler por faixa de idade	47
Tabela 11 – Número de mulheres que estavam estudando na época da pesquisa	49
Tabela 12 – Número de mulheres que sabem ler por faixa de idade	51
Tabela 13 – Residência dos entrevistados por área rural-urbana nos três municípios pesquisados	69
Tabela 14 – População existente na zona canavieira paraibana por área urbana e rural - 1970-1980	70
Tabela 15 – Localidade onde residem as famílias canavieiras no meio rural	77

Tabela 16 – Atividades em que geralmente trabalham os membros da família dos entrevistados em cada município	119
Tabela 17 – Número de mulheres que trabalham ou ajudam na cana por faixa de idade	125
Tabela 18 – Número de filhos que trabalham ou ajudam na cana por faixa de idade .	129
Tabela 19 – Destilarias posteriores e anteriores ao Proálcool, ano de entrada em funcionamento, característica do empreendimento, capacidade produtiva e localização - Paraíba 1985	133
Tabela 20 – Fornecedores e quantidade de cana-de-açúcar fornecida segundo as safras e as empresas agroindustriais receptoras - Paraíba 1974-75, 1975-76, 1980-81	134
Tabela 21 – Mão-de-obra direta empregada na indústria alcooleira-açucareira no Estado da Paraíba	138
Tabela 22 – Salário mínimo real (maiores e menores valores)	152
Tabela 23 – PNB per capita, menor remuneração mensal e jornada de trabalho semanal - países selecionados	154
Tabela 24 – Rendimento medio mensal nas atividades agropecuárias de extração vegetal e pesca - Paraíba 1980	157
Tabela 25 – Preço da cana X salário dos canavieiros do NE	163
Tabela 26 – Salários ganhos pelos canavieiros na semana de trabalho anterior a pesquisa	165
Tabela 27 – Produtos que compõem a cesta da ração essencial mínima	175
Tabela 28 – Custo e variação da ração essencial mínima em João Pessoa - janeiro a setembro de 1992 -	176
Tabela 29 – Salário mínimo nominal e necessário - janeiro a setembro de 1992 -	178

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1 – Evolução do preço do barril de petróleo	6
Quadro 2 – Tempo em que saiu do campo para a cidade	8
Quadro 3 – Migração temporária para trabalhar em outras regiões no ano de 1992 ...	42
Quadro 4 – Condição dos pais dos entrevistados	43
Quadro 5 – Alfabetização segundo as grandes regiões	44
Quadro 6 – Grau de instrução dos entrevistados	53
Quadro 7 – Nível de escolaridade	54
Quadro 8 – Canavieiros que colocam roçado	57
Quadro 9 – Condição do canavieiro-trabalhador rural	58
Quadro 10 – Ocupação principal dos membros da família dos entrevistados	60
Quadro 11 – Situação da moradia dos canavieiros entrevistados	65
Quadro 12 – Membros da família que tomam conta do roçado	67
Quadro 13 – Origem da moradia (rural-urbana)	71
Quadro 14 – Origem da água que os canavieiros consomem	78
Quadro 15 – As doenças mais comuns entre os canavieiros	81
Quadro 16 – Tempo em que trabalhou na cana em 1991	87
Quadro 17 – Meses trabalhados como assalariado no ano de 1991 – incluindo o trabalho na cana e demais empregos	89
Quadro 18 – Tempo de trabalho vinculado a atividade canavieira	90
Quadro 19 – Meio de transporte utilizado para ir ao trabalho	92

Quadro 20 – Motivo de afastamento do trabalho na safra de 1991	100
Quadro 21 – Remuneração caso esteja doente ou acidentado - continuidade do pagamento do salário pelo patrão	102
Quadro 22 – Modalidade de acesso ao trabalho na cana	108
Quadro 23 – Município em que foram trabalhar em 1991	120
Quadro 24 – Local onde o entrevistado trabalhou pela última vez como assalariado ..	146
Quadro 25 – Perdas salariais (PNS's) dos canavieiros da Paraíba e Alagoas	161
Quadro 26 – Pagamento do décimo terceiro salário	168
Quadro 27 – Pagamento do décimo terceiro salário em Alagoa Grande	169
Quadro 28 – Pagamento do décimo terceiro salário em Pilões	169
Quadro 29 – Pagamento do décimo terceiro salário em Areia	170
Quadro 30 – Décimo terceiro salário: valor recebido "proporcional" ao tempo de serviço em Alagoa Grande - 1991	171
Quadro 31 – Décimo terceiro salário: Valor médio recebido e valor médio corrigido em Alagoa Grande	173
Quadro 32 – Unidades de medidas do setor canavieiro nordestino	179
Quadro 33 – Distribuição dos empregados por faixa de renda, segundo a posse da carteira assinada no trabalho principal - Brasil 1989 -	181
Quadro 34 – Assinatura das carteiras de trabalho	183
Quadro 35 – Tempo em que trabalha na cana na mesma propriedade	185
Quadro 36 – Participação sindical: número de sócios e não-sócios	188
Quadro 37 – Motivos que levaram os trabalhadores ao sindicato em 1991	189

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação do preço do barril do petróleo	7
Gráfico 2 – Variação da produção de cana no Estado da Paraíba - 1970-1990	14
Gráfico 3 – Níveis de empregos diretos gerados pelas principais usinas do Estado	139
Gráfico 4 – Salário mínimo real PIB per capita - Brasil 1940 a 1992	150
Gráfico 5 – Variação do salário mínimo 1962-1992	153
Gráfico 6 – Trabalhadores recebendo até 1 salário mínimo, por setor da economia - Brasil 1981-1989	155
Gráfico 7 – Rendimento médio mensal no setor agrícola em salário mínimo	158
Gráfico 8 – Salários ganhos na semana de trabalho anterior à pesquisa	167
Gráfico 9 – Décimo terceiro salário: valor recebido e valor corrigido proporcional ao tempo de serviço	173

RESUMO

Ao longo do desenvolvimento histórico dos países capitalistas é uma constante a preocupação com as condições de vida e reprodução da classe trabalhadora. Neste trabalho, abordamos o conjunto de aspectos que explicitam a evolução recente das condições de vida e de trabalho da fração da classe trabalhadora do setor canavieiro paraibano, mais especificamente dos trabalhadores do setor de campo da cana da microrregião do Brejo. O objetivo básico deste trabalho é explicitar o nível de desgaste operário nos canaviais assim como as condições de reprodução dos trabalhadores e, em geral, da família canavieira. Para tanto, caracteriza-se o trabalho e as condições deste no canavial e nele, as especificidades do trabalho do menor e da mulher. De forma geral, apresenta-se as condições de vida da família canavieira; avalia-se a evolução dos salários e as situações em que acontecem as perdas salariais, assim como a situação da cesta básica e as variações salariais. Por outro lado, aborda-se a questão da crise do setor canavieiro e seu impacto nas condições de trabalho dos canavieiros do Brejo. O estudo destas questões, entre outras, nos permitem explicitar que no mínimo 76% dos trabalhadores da cana ganham menos que um salário mínimo, sendo que uma grande maioria destes ganham menos que 1/2 salário mínimo. Esta situação de baixos salários se aprofunda se considerada as diversas modalidades em que acontecem as perdas salariais, que alcançam níveis altamente significativos. Por sua vez, explicita-se o nível de desgaste dos operários que estão inseridos num mercado de trabalho em crise de oferta de emprego, com uma média de 6,6 meses trabalhados por ano, sem a proteção legal quanto aos equipamentos de trabalho, transporte adequado e a grande maioria sem direitos aos benefícios sociais, não só porque 62% deles não tem carteira de trabalho assinada, senão porque ante a realidade do setor canavieiro, o trabalhador regularmente abdica de seus direitos em troca de sua permanência no emprego, colocando-se numa constante situação de superexploração. Finalmente, as considerações acima mencionadas e sobretudo a análise do custo de variação da ração essencial mínima em sua relação com as especificidades salariais na microrregião, nos faz entender que pelo menos 3/4 das famílias canavieiras se reproduzem bem abaixo do nível da mera sobrevivência física. 1/4 delas logram, com a ajuda dos roçados uma melhor condição de reprodução, apesar disto, também são sérias as limitações quanto as suas condições de vida.

ABSTRACT

This work is a study of sugar-cane plantation labourer's life and job conditions in the Swampy area of Paraíba. It's main purpose is to show the premature destruction of labour power due to the exploitation condition to which these workers are subjected to and their absolute poverty. It is evaluated the wages rise taking into consideration the losses and wages variation as variables which related to the minimum supply necessary for survival demonstrate a closer view of the sugar-cane plantation reality. We also stress women and children's work in the plantation.

By doing this, we clearly explained the degrading condition of work and of family reproduction which are below the minimum biological conditions required for a human being.

INTRODUÇÃO

I – INTRODUÇÃO

Ao longo do desenvolvimento histórico dos países capitalistas é uma constante a preocupação com as condições de vida e reprodução da classe trabalhadora. Sobretudo, numa situação de crise econômica generalizada, sem precedentes na história mundial como a atual. A situação concreta da classe trabalhadora tende a piorar particularmente em países do terceiro mundo como o Brasil, onde o modelo de acumulação capitalista baseia-se fundamentalmente no uso da mão-de-obra barata.

Neste trabalho pretendemos abordar o conjunto de aspectos que explicitam a evolução recente das condições de vida e de trabalho da fração da classe trabalhadora do setor canavieiro paraibano, mais especificamente daqueles trabalhadores inseridos na produção canavieira do Brejo paraibano.

1.1 – A monocultura da cana-de-açúcar

A organização do espaço agrário do Brejo paraibano, é dada pelo desenvolvimento da atividade agroaçucareira. Esta introduz na região a monocultura¹ latifundiária da cana-de-açúcar, que se constitui em função da ótima aceitação do açúcar no mercado interno e externo e, a partir da década de 70, pelo lançamento do programa governamental Proálcool. Na realidade as transformações que se deram na microrregião do Brejo paraibano², assim como nas demais regiões canavieiras do Estado e do Nordeste, encontram suas origens num passado mais distante e, tem seu significado na própria expansão do capitalismo no campo. “Os antecedentes das transformações, resultantes da expansão do capitalismo no campo, vinculados à cana-de-açúcar, começaram a ocorrer a partir de 1933, quando o Estado viabilizando políticas governamentais voltadas para a acumulação de capital, criou o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA – que, por sua vez, através de uma ação protecionista, favoreceu os usineiros e fornecedores de cana. Portanto, com a instituição do IAA, através do decreto 22.789, de 01/06/1933, surgiu o instrumento que seria utilizado numa política agressiva de conquista de mercado, encetada pelos usineiros” (DANTAS, 1985, 9). Desde então, a cultura da cana-de-açúcar passou a ganhar espaço nas mais diversas regiões brasileiras.

1- Antes do ciclo da cultura da cana-de-açúcar, o Brejo paraibano já possuía uma estrutura fundiária concentrada, marcada pela existência de grandes e médias propriedades. A introdução da monocultura da cana-de-açúcar vem agravar a situação, uma vez que a plantação de cana exige grandes e contínuas faixas de terras, provocando, assim, um acentuado processo de aceleração nos índices de concentração de terras da região. Antes da cultura da cana, a região se caracterizava pela produção dos mais diversos produtos, geralmente estes eram de caráter alimentar. A monocultura da cana quebra com a antiga estrutura produtiva da microrregião e se consolida como principal produto na economia dos municípios, deixando às suas margens as demais culturas alimentícias que, não desaparecendo totalmente, passam a existir com o novo produto hegemônico numa relação contraditória e conflituosa. A monocultura da cana assume o controle econômico da região sem, no entanto, extinguir totalmente a importância das culturas alimentares. A realidade passa a se apresentar como um conjunto de tendências contraditórias que coexistem entre si

2- A partir de 1975, o estágio monocultor-exportador da cultura de cana-de-açúcar cede espaço para uma nova fase que é a da monocultura para consumo interno. Esta nova fase, sem dúvidas, representa uma mudança significativa no processo de produção agrícola da cana - introdução da tecnificação no campo e modernização das usinas com a introdução das destilarias de álcool - estas transformações surgem com os estímulos governamentais à cultura através do Programa Nacional do Alcool.

Até a década de 50, o setor açucareiro brasileiro era um participante inexpressivo do mercado internacional do açúcar, toda produção nacional era vendida no mercado interno. Só nos anos 60, o Brasil começa a exportar açúcar de forma significativa. E isto se deu devido a abertura de novas oportunidades para a indústria brasileira dada a exclusão de Cuba do mercado preferencial americano logo após a sua revolução e a realocação de cotas para o Brasil.

Este período de expansão vai até início dos anos 70, quando ocorre a baixa do preço do açúcar no mercado internacional e também a consequente redução do ciclo expansivo da indústria sucro-alcooleira brasileira que resultou na criação do Proálcool.

Como a cana nada mais era que a principal matéria-prima para a produção do açúcar e, este tinha como destino final o mercado externo Europeu, todo setor canavieiro entrou em crise. Esta crise perdurou até que surgisse o Proálcool. É verdade que o Proálcool não surgiu com a intenção de tirar o setor canavieiro-açucareiro brasileiro da crise. Ele surge como resposta do governo brasileiro à primeira crise do petróleo que ocorreu em 1973. Contudo, o Proálcool se tornou o motor propulsor do setor canavieiro nacional com dupla função: de um lado, o programa era ambicioso e trazia uma resposta imediata à busca de soluções para o problema energético nacional. E, de outro, atendia aos interesses do setor canavieiro-açucareiro nacional, que encontrava no programa uma porta de saída da crise. O projeto incentivava assim, a monocultura da cana-de-açúcar, sem levar em consideração as transformações que ocorreriam nas regiões onde a mesma viesse a se expandir. No caso da Paraíba, sem nenhuma sombra de dúvidas, os trabalhos realizados sobre o tema apresentam consequências evidentes como: concentração de terras, expropriação de pequenos produtores e acentuada queda na produção de alimentos.

Na microrregião do Brejo paraibano, uma das maiores consequências do avanço da monocultura da cana-de-açúcar foi a formação de um mercado de trabalho canavieiro composto fundamentalmente por antigos moradores de engenhos ou fazendas, que

antes, mesmo sem ter a posse jurídica da terra³, eram pequenos produtores que trabalhavam em terra alheia, cultivando as mais diversas culturas alimentares. Com o avanço da monocultura da cana-de-açúcar, esses pequenos produtores quase que desapareceram, pois as antigas frações de terras onde eles trabalhavam por conta própria foram quase que totalmente tomados pelos canaviais. Estes passam assim, a compor o mercado de trabalho assalariado canavieiro na região, que fica a dispor de um excedente de mão-de-obra significativo para o trabalho na palha.⁴

Antes os moradores de engenho ou usina se davam ao luxo de plantar qualquer cultura nas terras dos patrões, hoje a realidade é outra. É bem verdade que grande parte ainda cultiva um pequeno pedaço de terra alheia, mas também é verdade que estes hoje são, terminantemente, proibidos de plantarem qualquer tipo de cultura permanente⁵. O que lhes resta é tão somente as culturas de inverno⁶. No atual momento, dado o processo de expropriação que sofrem os pequenos produtores moradores da microrregião do Brejo paraibano, encontra-se constituído um mercado de trabalho canavieiro que é composto basicamente por assalariados. Ou seja, por trabalhadores que dependem unicamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Estes se não encontram emprego nas usinas, engenhos ou fazendas da microrregião, vão trabalhar em outras regiões onde há o predomínio da monocultura da cana — Baixo Paraíba, Zona da Mata paraibana e em alguns casos estes se deslocam através de empreiteiros para Pernambuco — onde passam a semana trabalhando só retornando no final da mesma para suas casas.

3- Mesmo não dispondo do título de propriedade, estes produtores trabalham na terra e são proprietários dos frutos e sementes que a mesma dar mantendo, assim, um vínculo com a mesma.

4- Chamamos de trabalho na palha toda atividade canavieira que esteja relacionada com o canavial (plantio, adubação, corte, cambitagem, limpa, etc.). Os trabalhadores da palha são todos aqueles que exercem atividades produtivas relacionadas com o canavial, independente se o trabalho é durante todo o ano ou não.

5- A batata, macaxeira, mandioca e outras culturas que exigem um período maior de maturação até a colheita, isto é, as culturas que "passam de ano" não são permitidas de serem plantadas. Entre estas incluem-se as fruteiras que só são plantadas quando se obtém a permissão do patrão.

6- Os moradores de engenho, usina ou fazenda só podem plantar culturas que são colhidas no mesmo ano — milho, feijão — e isto em ínfimas quantidades de terras. Apenas em efêmeras conjunturas recebem permissão para plantar culturas permanentes, como é o caso dos moradores da usina Santa Maria. Esta, devido não estar funcionando normalmente já a quase dois anos e de dispor de terras ociosas, deu permissão para que seus moradores plantassem alguns tipos de culturas permanentes. Esta foi uma saída encontrada pelos administradores da usina para compensar a falta de trabalho para seus moradores devido os diversos fechamentos da usina. Mesmo assim, os moradores são conscientes de que esta é uma fase passageira, pois sabem que cedo ou tarde serão proibidos de continuarem com tal prática.

A criação deste mercado de força de trabalho livre⁷ fez surgir na região uma figura que é uma das peças fundamentais para se entender o processo de alocação e exploração da força de trabalho na região, esta figura é o Empreiteiro⁸. Este tem o papel de promover o deslocamento da mão-de-obra e garantir a estrutura de exploração do trabalhador canavieiro⁹. A região passa, então, a se caracterizar pelo aumento da sazonalidade e do deslocamento do trabalhador na atividade canavieira, pelo uso de trabalhadores temporários nas atividades agrícolas. Isto em épocas de maiores necessidades de mão-de-obra, pois posteriormente são dispensados.

O resultado é evidente na microrregião do Brejo: os municípios estão com suas pontas de rua infladas de trabalhadores rurais que antes viviam no campo; o número de moradores de engenho, usina e fazendas é cada vez menor; em alguns casos os moradores já desapareceram quase que totalmente, como é o caso do engenho Gameleira¹⁰. Estas pessoas que de uma forma ou de outra foram expulsas de seus lugares de origem continuam trabalhando na agricultura, só que, desta feita, trabalham dentro das novas relações empregatícias que regem e constitui o mercado de trabalho canavieiro na microrregião.

7- Livres no sentido de que são totalmente desprovidos de quaisquer meios de produção, passando assim a se tornarem meras mercadorias — força de trabalho — que vão e vem de acordo com as necessidades do capital.

8- Mais conhecido entre os trabalhadores como "Empeiteiro" ou "Gato" é ele quem faz a intermediação entre o emprego e o trabalhador no setor canavieiro.

9- A figura do Empreiteiro é uma garantia de que o trabalhador vai dar o máximo de si no trabalho. Isto, seja no corte, cambitagem, limpa ou enchimento, pois como o mesmo ganha uma porcentagem sobre a produção de cada trabalhador, o mesmo fica em cima para que o trabalho seja mais intenso possível. Caso o trabalhador não produza o suficiente, na próxima empreitada o mesmo não acompanha a turma, ficando assim, sem trabalho.

10- O caso do engenho Gameleira será mostrado mais adiante com mais detalhes neste mesmo trabalho.

I.2 – A crise energética e o avanço da cultura

A partir do ano de 1973, os países importadores de petróleo viram suas economias entrarem em crise, isto porque, naquele ano, a Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP – iniciou uma política de aumento de preços do barril do produto, afetando dramaticamente as reservas dos países dependentes de importação do petróleo. O quadro 1 mostra a evolução do preço do barril no período de 1972/79.

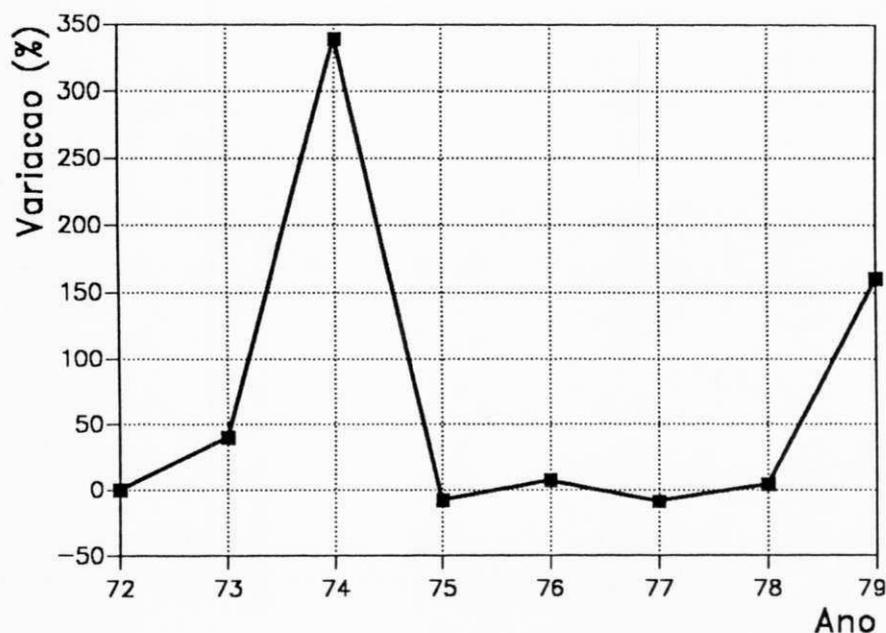
Quadro 1 - Evolução do Preço do Barril de Petróleo
- 1972/1979 -

Ano	Preço nominal do barril de petróleo	Índice 1972 = 100%	Variação (%)
1972	2,59	100	—
1973	3,62	140	40
1974	12,41	479	339
1975	12,19	471	- 8
1976	12,38	478	7
1977	12,14	469	- 9
1978	12,26	473	4
1979	16,39	633	160

Fonte: FGV - Conjuntura Econômica (Vários Números). In: MELLO. Fernando Homem e FONSECA. Eduardo Gianetti. - Proálcool, Energia e Transporte. São Paulo, Pioneira, 1981. p. 11

Neste, fica claro que, enquanto em 1972, o preço nominal do barril de petróleo custava US\$ 2,59, ao final de 1973, já havia alcançado os US\$ 3,62 e, um ano depois, seu preço alcançava os US\$ 12,41, representando um aumento acumulado de quase 380% em relação ao ano de 1972. Esta variação fica claro de ser observada no gráfico 1.

Grafico 1- Variacao do preco do barril de petroleo 1972/1979



O Brasil, como importador de petróleo, teve que triplicar seus gastos para continuar produzindo e fornecendo para o mercado interno os derivados deste produto. Isto depois de um ano após ter explodido a crise. Esta situação fez com que o país buscasse encontrar fontes alternativas de energia que substituisse a importação de petróleo. Tal fato teria que ocorrer o mais rápido possível e exigir o menor nível de investimento necessário.

A experiência brasileira com a produção e utilização do álcool e o seu parque industrial açucareiro já implantado, foram de fundamental importância para a implantação do Proálcool que viria a ser o grande substituto do petróleo. Nestes termos, era necessário apenas organizar a indústria açucareira do país para a produção do álcool e estimular a indústria automobilística nacional para consumir o novo produto. Foi neste período que as usinas de açúcar do Estado começaram a receber gordos incentivos, na forma de crédito subsidiados a juros negativos, para implantarem/anexarem as destilarias de álcool às usinas já existentes. Entre estas usinas com destilaria anexa encontra-se a Santa Maria que se localiza em Areia, na microrregião estudada.

Finalmente, em novembro de 1975, o Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE – , propõe ao Presidente da República a criação do Proálcool,

cujo decreto foi sancionado no mesmo mês do ano corrente. O programa, além de ter como objetivo equilibrar o balanço de pagamentos do país, tinha em seu interior uma perspectiva de expandir a agroindústria canavieira, gerando novas oportunidades de investimentos em regiões ou áreas vazias ou deprimidas.

Ora! nós sabemos que na microrregião em estudo o que ocorreu não foi a ocupação de áreas ociosas ou deprimidas. Os incentivos à cultura da cana-de-açúcar veio a agravar a situação de pobreza na microrregião pois provocou a substituição das lavouras de subsistência por canaviais e a expulsão de mini-produtores individuais e moradores dos seus espaços de produção para as pontas de rua dos municípios. Este fato pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2 – Tempo em que saiu do campo para cidade

Tempo	V.A	V.R
Até 3 anos	7	25%
de 3 a 10 anos	14	50%
de 10 a 20 anos	5	18%
Acima de 20 anos	2	7%
Total	28	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro vemos que entre as famílias dos entrevistados os que saíram do campo para a cidade, a grande maioria, 50%, se encontra na faixa de tempo entre três e dez anos, isto é, no início da década de oitenta, que corresponde, aproximadamente, ao período de auge da cultura da cana-de-açúcar incentivada pelo Proálcool. Se somarmos as três primeiras faixas de saída do campo entre 3 a 20 anos, encontramos um número superior à metade, isto é, 93% saíram nesse período. A faixa onde se concentra o menor percentual de saída do campo para a cidade é exatamente a última faixa que é acima de 20 anos. Esta apresenta um percentual de 7% do total dos que deixaram o campo para a cidade. Esta faixa de tempo é exatamente anterior a

implantação do Proálcool. Neste período a cultura da cana-de-açúcar passava a ser impulsionada pela implantação do Projeto Energético do Álcool.

O quadro 2 deixa claro que o período de maior evasão do meio rural para o urbano foi exatamente o de expansão da cultura da cana com a força motriz do Proálcool. Esta população que migrava do campo para o meio urbano, passaram a engrossar as pontas de rua dos municípios das regiões canavieiras.

O avanço da cultura de cana-de-açúcar na microrregião não determinou apenas a formação de um mercado de trabalho, causou também a estagnação/diminuição no cultivo de outras culturas como é apresentado na tabela 1.

Tabela 1 - Área colhida com as principais culturas agrícolas do Brejo Paraibano 1973/1980 - 1973 = 100%

Culturas	1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		V.P. (%) 73-80
	ha	V.P.	ha	V.P.	ha	V.P.	ha	V.P.	ha	V.P.	ha	V.P.	ha	V.P.	ha	V.P.	
Temporárias																	
Abacaxi	30	100%	35	16%	35	0%	20	-43%	20	0%	21	5%	19	-9%	11	-42%	-63
A. Herbáceo	4.430	100%	6.260	41%	5.340	15%	4.545	15%	2.519	-45%	5.516	119%	5.535	0,3%	5.330	-4%	25
Arroz	260	100%	285	10%	254	11%	244	4%	244	0%	237	-3%	234	-1%	333	42%	28
Batata doce	441	100%	421	5%	421	0%	436	4%	408	6%	526	3%	621	18%	920	48%	103
Batata inglesa	630	100%	530	16%	605	14%	185	-69%	136	-26%	174	28%	130	25%	134	3%	-79
Canas-de-açúcar	8.801	100%	12.992	48%	14.050	8%	16.229	16%	18.470	14%	23.470	27%	23.986	2%	26.200	9%	198
Cebola	11	100%	196	1.682%	196	0%	194	-1%	82	58%	83	1%	154	86%	184	19%	1.573
Fava	1.370	100%	1.360	-0,7%	1.376	0%	1.366	-0,7%	790	-42%	1.030	30%	616	-40%	1.620	163%	18
Feijão	2.229	100%	1.036	-54%	3.475	235%	7.260	109%	5.450	-25%	5.998	10%	6.638	11%	8.605	30%	286
Fumo	8	100%	363	4.438	363	0%	363	0%	381	5%	381	0%	411	8%	461	12%	5.663
Mamona	87	100%	137	57%	137	0%	135	-1%	110	-19%	110	0%	130	18%	10	-92%	-89
Mandioca	5.555	100%	3.999	-28%	4.160	4%	7.167	72%	5.440	24%	6.610	22%	5.190	21%	5.544	6,8%	-0,2
Milho	3.435	100%	3.015	-12%	3.428	14%	3.625	6%	3.821	5,4%	3.419	-11%	3.042	-11%	5.610	84%	63
Permanentes																	
Abacate	27	100%	73	170%	73	0%	73	0%	76	4%	73	-4%	33	-55%	76	130%	181
A. Arbóreo	825	100%	815	-1%	813	-0,2%	880	8%	950	8%	950	0%	815	-14%	936	15%	13
Banana	839	100%	1.348	61%	1.416	5%	1.242	-12%	1.622	31%	2.597	60%	3.241	25%	3.083	-5%	267
Cajú	68	100%	330	385%	315	-5%	296	-6%	312	5%	306	-2%	362	18%	401	36%	490
Cóco da baía	252	100%	126	-50%	132	4,8%	131	-0,7%	105	-20%	126	20%	128	1,6%	129	0,8%	-49
Laranja	153	100%	197	29%	197	0%	228	16%	175	-23%	299	71%	357	19%	540	51%	246
Manga	476	100%	514	8%	514	0%	516	0,3%	517	0,1%	498	-4%	475	-5%	475	0%	-0,2
Pimenta-do-reino	511	100%	72	-86%	202	181%	391	94%	247	-37%	140	-43%	112	-20%	120	7%	-77
Sisal	7.382	100%	5.196	-30%	5.036	-3%	4.278	-15%	3.810	-11%	2.095	-45%	1.675	-20%	1.575	-6%	-79

Fonte: FIBGE - Produção agrícola municipal, 1973/1980
(V.P.) = Variação percentual (%)

Nesta tabela vemos que a área colhida com as principais culturas agrícolas na microrregião do Brejo sofreram grandes oscilações no período de 1973 a 1980. Neste período a cana aparece como principal cultura agrícola da microrregião pois é ela quem ocupa a maior área em hectare em todos os anos analisados. No ano de 1973 a cana aparece com uma área total de 8.801 ha, ou seja, na primeira colocação. Com a segunda (5.555 ha), terceira (4.430 ha) e quarta (3.435 ha) colocações ficando com a mandioca, algodão herbáceo e o milho respectivamente. Se analisarmos a variação percentual de 73 a 80, fixando 73 em 100%, veremos que entre estes quatros produtos que ocupam a maior quantidade de área em hectare na microrregião, a cana foi o produto que teve a maior variação 198%, em contrapartida a mandioca aparece com uma área total inferior (-0,2%) se comparada a área de 1973. Enquanto que o algodão herbáceo e o milho sofreram variações de 25% e 63% respectivamente, bem inferiores a variação da cana.

Em 1980 a cana continuou com uma área plantada superior as demais culturas. A novidade ficou por conta do feijão que em 1973 estava em 5º lugar em área plantada e, em 1980, aparece na segunda colocação, com uma variação de 1973 a 1980 da ordem de 286%. Ainda na tabela 1, observando a variação percentual de todos os produtos do ano de 1973 a 1980, na última coluna da tabela, veremos que os produtos que mais avançaram em área plantada no período, foram o fumo, a cebola, o feijão, a cana-de-açúcar e a batata doce, respectivamente. Aqui, a cana aparece na quarta colocação na variação total. Contudo, vale salientar que esta foi a única cultura que apresentou um crescimento progressivo, não apresentando em nenhum dos anos um aumento negativo ou estagnado. Enquanto que nas outras quatro culturas aparece uma variação cíclica da área, isto é, em alguns momentos aumenta, em outros diminui ou se mantém estagnada.

A cana, ao contrário, apresenta em todos os anos índices progressivos de aumento da área colhida. Os dois produtos que aparecem com a maior variação percentual de 1973 a 1980 é o fumo e a cebola. O grande aumento se deu no ano de 1974, onde a área colhida com o fumo aumentou 4.438%, isto é, passou de 8 hectares para 563 e, a cebola apresentando um aumento de 1.682%, ou seja, saiu de 11 hectares para 196. Observe

os primeiros sinais de estagnação no seu processo cíclico dos anos anteriores. Contudo, olhando os valores absolutos da quantidade de cana produzida no Estado, veremos que a mesma segue um ritmo ascendente desde o ano de 1970 até 1986¹¹. De 1986 em diante, a produção começa a cair ano a ano, não se mostrando tão forte no ano seguinte como em 1975 e 1983, onde a quantidade produzida caiu em 1975 para 16% (negativos) e em 1983 1,5% (negativos), surgindo nos anos posteriores – 1976 e 1984 – com índices positivos de 25% respectivamente (tabela 2, pág. 13).

Como já me referi anteriormente, a diminuição da quantidade de cana produzida no Estado da Paraíba nos anos de 1983 e 1987 refletem que esta queda se deu pelo fato de ter havido uma redução na produtividade da cana no Estado. Ora, em que se fundamenta esta afirmação?

Tabela 3 - Área colhida (ha) com as principais culturas temporárias da Paraíba

Temporárias	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Abacaxi	6.029	7.410	7.329	9.105	9.601	13.251	13.925	16.937	16.038	11.462	16.038
A. herbáceo	171.528	202.408	176.415	139.564	168.856	193.993	103.856	13.349	26.271	34.377	26.271
Arroz	14.585	12.444	9.337	6.278	7.790	9.360	12.365	12.609	15.448	14.317	15.448
Batata D.	4.828	5.557	6.900	5.315	7.007	7.238	7.305	6.527	6.645	—	6.645
Batata I.	752	682	857	782	898	1.173	1.235	1.320	1.190	901	1.170
Cana-de-A.	107.376	120.832	134.873	143.926	155.708	178.351	178.077	162.466	160.453	158.762	160.229
Cebola	242	373	202	62	105	97	94	32	27	—	27
Fava	36.733	34.840	34.619	36.472	41.325	45.611	52.218	41.150	43.944	—	43.944
Feijão	264.915	249.596	207.509	192.756	307.311	297.952	333.572	333.007	328.709	336.954	328.709
Fumo	1.323	1.307	1.003	773	626	442	432	492	569	652	569
Mamona	1.888	1.257	1.204	791	936	1.111	1.911	2.480	1.492	1.453	1.492
Mandioca	65.595	62.721	60.492	58.216	51.121	56.284	56.642	49.205	44.242	50.108	44.242
Milho	289.929	213.494	209.506	195.937	299.125	281.448	311.990	303.891	315.571	318.284	315.474

Fonte: FIBGE. Anuários Estatísticos de 1980 a 1991

11- Contudo, é preciso que fique claro que esta ascendência é relativa, pois expressa-se nos valores absolutos. A variação relativa na última coluna da tabela 2, mostra de forma bastante clara que a quantidade de cana produzida no Estado segue uma trajetória de "boom e declínio".

O fundamento fica muito claro quando observamos na tabela 3 que a quantidade de hectares ocupados com esta cultura nestes dois periodos aumentou e não diminuiu como aconteceu com a quantidade produzida em tonelada. Ora, se no ano de 1982, a quantidade de hectares ocupadas com cana no Estado era de 134.873 e em 1983 passa para 143.926 (tabela 3), enquanto que a quantidade de cana produzida por tonelada de 1983 em relação a 1982 cai de 39% para -1.5% (tabela 2), destes dados só podemos inferir uma coisa: que se deu uma diminuição na produtividade dos canaviais, uma vez que enquanto a quantidade de hectares aumentava, a quantidade produzida diminuía.

Veja ainda, que a queda da quantidade de cana produzida no Estado a partir de 1987 (-11, -8, -2 e -5) na tabela 2, só vem se refletir na redução da quantidade em hectares a partir de 1988 (tabela 3) pois é a partir deste ano (1988) que a quantidade de hectares plantados com cana-de-açúcar passa a sofrer redução.

Contudo, apesar desta redução a partir de 1988, a cana-de-açúcar aparece entre as quatros principais culturas agrícolas temporárias do Estado que sofreram as maiores variações positivas na quantidade de hectares plantadas (tabela 3). Na sequência aparece em primeiro o abacaxi, a batata inglesa, a cana-de-açúcar e a batata doce, com índices de 166%, 56%, 49% e 38% respectivamente.

As culturas que sofreram as maiores reduções nas suas áreas plantadas em hectares foram: a cebola, algodão arbóreo, fumo e mandioca com índices de 89%, 85%, 57% e 33% respectivamente (tabela 3).

Veja que tanto na tabela 2 como na 3, fica expresso um processo de decadência da cultura canavieira no Estado. Essa decadência vai se expressar com mais força, especificamente, na microrregião do Brejo, nesta os impactos da expansão da cultura canavieira se fez sentir com toda a sua força quando da eliminação/diminuição dos sítios, reservas florestais, roçados e outros tipos de problemas sociais causados pela expansão da monocultura da cana.

Mas, se até meados da década de 1980, a região sofreu o impacto da expansão da cultura, hoje esta microrregião sofre os impactos da redução da mesma. Desemprego crônico, falta de terra para plantar e conflitos trabalhistas, são apenas "alguns"

problemas que o Brejo tem que enfrentar, isto sem falar no superpovoamento das suas pontas de rua por ex-pequenos produtores que foram expulsos das terras em que viviam.

I.4 – Objetivos do estudo

Este trabalho se centra fundamentalmente em torno da questão do desgaste operário e das condições de reprodução do trabalhador canavieiro e em geral, da família canavieira no brejo paraibano.

Assim, analisar-se-á especificamente os seguintes aspectos: a atividade do trabalhador do setor de campo da cana, sem perder de vista o que fazer da família canavieira; as condições de vida das famílias canavieiras; as condições de trabalho no canavial; as especificidades do trabalho da mulher e do menor nestes espaços; a caracterização do emprego canavieiro face à outras atividades da microrregião; as formas de exploração da mão-de-obra bem como as relações de trabalho que se dão entre os patrões, assalariados e empreiteiros; a evolução dos salários e as situações em que acontecem as perdas salariais; a situação da cesta básica e sua relação com as variações salariais; a questão dos direitos sociais dos trabalhadores e as perdas a nível do salário indireto; as formas de associativismo e organização sindical, etc.

Pretende-se que o estudo de todas estas questões nos permita obter um quadro do desgaste operário e as condições em que se dá a reprodução da força de trabalho na microrregião canavieira do Brejo. Destacamos as condições de vida e de trabalho dos canavieiros assalariados do Brejo, pois há indícios de que a cultura canavieira nestes espaços traz em seu bojo a degradação das condições de reprodução dos canavieiros assim como a constituição de bolsões de miséria nos municípios da localidade.

1.5 – Marco teórico metodológico

Falar sobre as condições de vida e de trabalho dos canavieiros é uma tarefa que não exige grande capacitação do observador, isto se a finalidade é dizer se estas condições são ruins ou boas. Agora, apresentar estas condições nas formas como elas aparecem, sejam boas ou ruins, e explicar o porque de se encontrarem no estado em que se observa é uma tarefa que, com certeza, exige um aprofundamento muito maior na capacitação do observador que pretende fazê-lo.

Os trabalhos acadêmicos não têm destacado em seus conteúdos a importância desta área de estudo. Quando ficamos sabendo de alguma forma degradante de trabalho, esta informação nos chega sempre como denúncia e não na forma de um trabalho empírico observado. São denúncias “soltas” que não nos dão um quadro geral sobre o que realmente ocorre no âmbito do trabalho na indústria, no campo ou no comércio. Como afirma Laurell: “La poca información que al respecto se revela al conocimiento público generalmente llega por las denuncias e demandas de los conflictos laborales. En las páginas interiores de los periodicos, por los desplegados y en la prensa obrera nos enteramos de jornadas hasta de 14 horas, ritmos extenuantes de trabajo, cuotas de producción casi imposibles de alcanzar, carencia de las más mínimas instalaciones y equipo de seguridad, trabajo infantil e resistencia patronal a cumplir siquiera con las generalidades de las leyes de trabajo. De vez en cuando alguna secretaria nos proporciona datos, (como el de los 418 mil accidentes de trabajos ocurridos en 1977), que arrancados de contexto no adquieren su pleno significado. De esta manera la información oscila entre el rumor y el escándalo que rapidamente pasa al olvido, cuando lo que se necesita es un conocimiento preciso que proporcione armas en la lucha sindical e política”. (LAURELL, 1986, 9).

As informações que chegam ao grande público são isoladas e não refletem o aspecto global da situação. Dentro da sociedade capitalista o estudo das condições de trabalho é de fundamental importância, uma vez que o processo de produzir dentro do

capitalismo já é em si um processo de exploração do trabalho pelo capital, assim, estudar as condições de trabalho significa estudar em que níveis se encontra o processo de exploração do trabalho pelo capital.

Aliás, diga-se de passagem, na atual conjuntura econômica em que se encontra este país, onde a luta do trabalhador deixa de se caracterizar pela luta por melhores condições de trabalho e por melhores salários e passa a se caracterizar na luta pela manutenção do emprego, é fácil imaginar-se em que patamares se encontram as condições de trabalho e de vida desta classe. A crise econômica traz consigo não só o desemprego para aqueles que perdem o emprego, mas também a degradação das condições de trabalho para os que continuam a trabalhar, o nivelamento dos salários por baixo, a perda de forças nas reivindicações dos trabalhadores, e o que é pior, faz ascender dos poros da sociedade a *barbárie social*.^{*} Barbárie esta que faz do desempregado, o vadio desocupado, do menor, o abandonado e da mulher, a prostituta. Barbárie que faz do viaduto ou da ponte o lar do trabalhador e não mais do mendigo e que faz a chacina e o genocídio das classes mais baixas parecerem necessárias. Barbárie que faz da violência e do caos neste país uma prática cotidiana, caos que faz do intelectual um camelô e do camelô um ladrão, mendigo, presidiário. Barbárie que faz da necessidade de sobrevivência um assalto coletivo, a exemplo, os arrastões no Rio, São Paulo e Belo Horizonte. Quem disser que este país vive em paz, estará falseando a verdade, assim como terá que responder o porque de tanta violência.

Falar das condições de vida e de trabalho é falar da relação contraditória entre capital e trabalho, é falar de luta de classes. Como afirma Laurell. "Ubicadas en la intersección de los intereses contradictorios del capital e del trabajo, las condiciones de trabajo no pueden ser sino un terreno diario de la lucha de clases, donde se miden fuerzas, se avanza y se retrocede. Como tal, es un escenario donde están presentes los obreros, los capitalistas y el Estado" (LAURELL, 1986, 11).

Cada momento conjuntural específico, tem suas implicações nas correlações de forças que regem a luta por uma melhor condição de trabalho e de vida por parte dos trabalhadores e dos capitalistas pela obtenção de maiores lucros. A crise recessiva,

(*) Para saber mais sobre a barbárie que se instalou neste país ver: XAVIER, Jurandir Antonio. *Desenvolvimento Versus Regressão*. Campina Grande: UFPB, 1992.

significa para os trabalhadores a luta de Davi contra Goliás. A regra do lado dos capitalistas é manter a taxa de lucros via redução dos custos, que inclui diminuição do trabalho vivo do processo produtivo, ou quando é o caso, maior exploração do trabalho vivo aumentando assim a mais-valia absoluta e, do lado dos trabalhadores, a regra é a manutenção do emprego mesmo que o custo para tal manutenção seja a piora das condições de trabalho e o achatamento dos salários. "La crisis se presenta como una conjuntura contradictoria a la clase obrera, ya que de un lado debilita sus posiciones por el hecho de que la lucha por el empleo pasa a un primer plano y, de otro, que hay un recrudecimiento de la conflictividad en el conjunto de la industria" (LAURELL, 1986, 12).

Não poderíamos deixar de analisar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores canavieiros da microrregião do Brejo senão dentro do contexto de crise pelo qual passa o país e, especificamente, a cultura da cana-de-açúcar na microrregião. Mas isto não é tudo. É importante que vejamos a cultura canavieira do Estado também como tendo sido impulsionada pelo processo de modernização da agricultura via créditos subsidiados e como consequência, principalmente na microrregião, de impulsos exógenos a mesma.

A consequência da política de créditos subsidiados na agricultura brasileira foi, sem dúvidas, a modernização e a verticalização da produção de "algumas" culturas agrícolas em regiões específicas. A cana-de-açúcar teve grande impulso com a política de créditos e com o Projeto Proálcool. Contudo, a modernização na cultura canavieira se deu apenas em regiões isoladas que refletem a política de incentivos estatais para estas regiões.

Na Paraíba, a cultura da cana também sofreu influências destas políticas para modernização e expansão da agricultura, especificamente para a cultura da cana. Veja, a exemplo, a multiplicação das usinas e destilarias no Estado assim como o processo de modernização das que já existiam. Em contrapartida, veja a redução dos números de engenhos do ano de 1970 em diante. Esta modernização do parque sucro-alcooleiro do Estado foi excludente e diferenciado. Excludente porque o modelo incluía apenas as classes (oligarquias) que detinham o poder político (usineiros) e, diferenciado, porque foi

um processo que "modernizou" apenas a microrregião do Litoral paraibano em detrimento do Brejo e Baixo Paraíba.

O caso da microrregião do Brejo é complexo, uma vez que o cultivo da cana-de-açúcar é feito nas encostas dos morros, isto torna a mecanização da atividade uma prática quase impossível. Contudo, isto não significa que a modernização tenha ficado totalmente "fora" da cultura na microrregião. O processo de modernização chegou, só que desta feita se apresentou no interior das usinas e na própria substituição dos engenhos por estas. Assim, na microrregião, o processo de trabalho dentro da unidade "usina" é marcado por uma alta composição orgânica do capital, enquanto que no campo (canavial) é marcado por uma baixa composição orgânica do capital.

Nestes termos, dizer que o processo de modernização na cultura canavieira da microrregião provocou ou provoca a liberação da mão-de-obra da atividade é falso, isto porque o setor que mais gera emprego na área canavieira é o próprio canavial, e este, no Brejo, faz uso "quase" que exclusivo do trabalho vivo no seu processo de produção.

Mas, se não se deu um processo de modernização de forma acentuada na microrregião então fica a pergunta: quais foram as consequências da "modernização conservadora" no Brejo via financiamento subsidiado pelo Estado? trouxe sem sombra de dúvidas o avanço da cultura e a formação/fortificação dos complexos agroindustriais sucro-alcooleiro, refletindo o interesse da política pública na constituição destes complexos. "O sentido fundamental das políticas públicas tem sido o de articular a expansão agrícola com o complexo agroindustrial e as necessidades de abastecimento interno e as exportações, através de um conjunto de medidas, entre as quais o crédito rural ocupa um lugar privilegiado" (SORJ, 1980, 78).

Esta expansão via créditos e incentivos fiscais trouxe para a microrregião novos problemas sociais entre as classes que passam a conviver sob a orientação da expansão do setor canavieiro, e este último, por sua vez, passa a introduzir novas relações entre os agentes e a determinar o aparecimento de frações de trabalhadores em detrimento de outras que antes existiam no Brejo. As consequências são claras aos olhos de qualquer investigador. Este processo de transformação nas relações da microrregião (expulsão, proletarianização e concentração da produção nos CAIS) veio a gerar uma massa de

trabalhadores volantes pauperizados e expropriados que passaram a engrossar os bolsões de miséria no meio urbano da microrregião.

1.6 – Operacionalização da pesquisa

Ao defender o projeto de pesquisa nos encontramos logo diante de um primeiro impasse: como fariamos para agilizar uma dissertação em tempo hábil.

Assim, antes de começar o trabalho de pesquisa de campo, o qual deu suporte empírico a presente dissertação, foi inicialmente feito um levantamento preliminar sobre as regiões canavieiras do Estado, com a finalidade de conhecermos geograficamente melhor as mesmas e assim podermos delimitar o nosso estudo.

Assim, partimos para fazer uma pesquisa exploratória junto ao IDEME¹² e SEDUP¹³. Este foi o primeiro passo para identificar melhor a problemática a ser estudada e obtermos subsídios suficientes para delimitação do nosso universo de pesquisa. Assim, de posse de trabalhos e relatórios sobre pesquisas anteriores, iniciamos os estudos sobre as microrregiões canavieiras da Paraíba e observamos que estas são três: Litoral paraibano, Brejo paraibano, e Agropastoril do Baixo Paraíba.

Na microrregião do Litoral paraibano - Zona da Mata - existem onze (11) municípios que produzem cana-de-açúcar, entre eles destacam-se Santa Rita, Pedras de Fogo, Mamanguape e Cruz do Espírito Santo. É também nesta microrregião que se encontra as principais Usinas e Destilarias do Estado.

Na microrregião do Brejo paraibano encontra-se sete (7) municípios produtores de cana-de-açúcar, destacando-se entre eles Areia, Pilões e Alagoa Grande em quantidade de cana plantada. É em Areia que se localiza a usina Santa Maria e em Alagoa Grande a Tanques.

12- Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba. Com sede em João Pessoa.

13- Serviço de Educação Popular - órgão da Diocese de Guarabira com sede naquela cidade que realiza trabalhos junto as comunidades de pequenos agricultores na microrregião do Brejo.

A terceira e última microrregião - Agropastoril do Baixo Paraíba - possui cinco (5) municípios que produzem cana-de-açúcar, dentre eles o destaque em produção de cana fica para Sapé, que produz 76% da cana na microrregião.

Neste momento - após o reconhecimento das microrregiões - já tínhamos consciência das nossas limitações e sabíamos que o trabalho se realizaria apenas em uma das microrregiões canavieiras do Estado.

Aqui pesou mais uma vez as condições financeiras para realização da pesquisa de campo, pois como havia pouco, ou nenhum, recurso material e humano de apoio, não tínhamos condições de realizar a pesquisa em todas regiões canavieiras.

O fato de termos escolhido a microrregião do Brejo, se deve ao fato de que é nela que a cultura da cana-de-açúcar - que já teve grande peso na economia da microrregião - vem continuamente perdendo espaço para outras culturas comerciais e para a pecuária extensiva, causando assim, significativas transformações no mercado de trabalho agrícola regional.

Outro fato que pesou para a escolha foi a "quase" falência da usina Santa Maria, que é uma das maiores geradoras de empregos da microrregião do Brejo e com os consecutivos fechamentos da mesma, a região¹⁴ vem sofrendo com os constantes conflitos¹⁵ que a falta de trabalho para os assalariados da cana provoca.

Resolvido o problema de escolha da microrregião, passamos a selecionar, dentro da mesma, os municípios que seriam pesquisados. Foram eles: Alagoa Grande, Pilões e Areia. A escolha não podia ser outra, pois no Brejo, estes são os três principais municípios produtores de cana-de-açúcar e é em dois deles que se encontram as duas únicas usinas da microrregião. Estes três municípios juntos são responsáveis por mais de 80% da cana produzida no Brejo. Suas áreas são em grande parte tomadas pela cultura de cana-de-açúcar, sendo o município de Pilões o que concentra a maior quantidade de cana por hectare.¹⁶

14- Principalmente os municípios de Areia e Pilões que são os mais beneficiados pela mesma, pois a usina Santa Maria gera mais de 5.000 empregos diretos e indiretos e a grande maioria nestes dois municípios.

15- Em novembro de 1991 os trabalhadores da usina Santa Maria revoltados com o fechamento da mesma e o atraso no pagamento dos salários, invadiram o município de Areia e fecharam com caminhões e máquinas as entradas e saídas da cidade para chamar a atenção das autoridades do caos que estavam vivendo - literalmente passavam fome.

16- O município de Pilões tem 53% de sua área total inteiramente ocupada pela cultura da cana-de-açúcar, sendo a área de outras culturas comerciais e de subsistência pouco significativas na geração da renda no município.

Na verdade esta foi uma primeira fase do procedimento metodológico, que possui quatro momentos distintos:

- 1) Reconhecimento das áreas canavieiras do estado para delimitação do universo de pesquisa. Nesta fase também se deu um levantamento prévio de dados secundários junto ao SEDUP, IDEME, IBGE, DIEESE e Sindicatos.
- 2) Contato com os sindicatos dos três municípios escolhidos para apresentar nosso plano de pesquisa. Aproveitamos a oportunidade para fazer o teste dos questionários junto as lideranças sindicais. Estas sugeriram mudanças para a melhor compreensão dos mesmos pelos canavieiros.
- 3) Aplicação dos questionários nos municípios pré-determinados, começando por Alagoa Grande em seguida Pilões e por último Areia.
- 4) Entrevistas abertas com entidades locais sobre a realidade dos canavieiros e as condições de trabalho dos mesmos. Esta fase foi o suporte que reforçou as respostas dos questionários e serviu para retirar dúvidas que haviam ficado com relação as fases anteriores.

Em geral fazíamos contato por telefone com lideranças sindicais, empreiteiros marcando uma entrevista com um de cada vez em cada município diferente, quase sempre as entrevistas eram realizadas entre a sexta e o domingo, pois era quando tinham mais disponibilidade.

A representatividade da amostra escolhida: selecionamos a amostra a ser pesquisada em cada município pelo critério de importância que o mesmo detinha naquele momento na geração de emprego no mercado de trabalho canavieiro da região. Isto é, através da observação do nível da atividade econômica canavieira em cada

município, passamos a dar um peso maior ou menor na aplicação dos questionários. Para isto, fizemos cálculos aproximados baseados no estudo dos dados secundários, particularmente do SEDUP, apesar de que a pesquisa realizada por esta instituição data de 1984.

O resultado da distribuição dos questionários por municípios pode ser visualizado na tabela 4.

Tabela 4 - Distribuição dos Questionários por Município

Micro-Regiões	Tipos De Questionários			
	Chefe de Família	Mulher e Menor	Empreiteiros	Moradores
Municípios				
Alagoa Grande *	30	07	03	02
Pilões	10	03	01	05
Areia	10	03	01	03
Total	50	13	05	10

* Do total de questionários aplicados no município de Alagoa Grande, estes foram divididos entre o próprio município e dois distritos: Canafistula e Zumbi.

Aqui fica claro que o peso maior se deu ao município de Alagoa Grande. Tal fato se deve a existência da Usina Tanques no município e devido a mesma estar em plena atividade na época da pesquisa, o que não ocorria com a Usina Santa Maria que se localiza em Areia. No município de Alagoa Grande fomos aconselhados pelo sindicato a incluir na pesquisa dois ou três distritos que eram predominantemente compostos por trabalhadores da palha da cana. Aceitamos a idéia, contudo só foi possível incluir dois distritos, isto devido às dificuldades que tínhamos de acesso às localidades.

Assim, a distribuição dos questionários no município de Alagoa Grande incluindo os distritos de Canafistula e Zumbi pode ser melhor visualizada na tabela 5.

Tabela 5 -Distribuição dos Questionários no Município de Alagoa Grande

Piemonte da Borborema	Tipos de Questionários			
	Chefe de Família	Mulher e Menor	Empreiteiros	Moradores *
Município e Distritos				
Alagoa Grande ¹	10	03	01	02
Canafistula ²	10	02	01	-----
Zumbi ³	10	02	01	-----
Total	30	07	03	02

* Não aparece nenhum questionário dos moradores nos dois distritos devido as entrevistas terem sido feitas nas residências dos trabalhadores no próprio distrito. Logo, não poderiam ser moradores de engenho ou usinas.

1 - Sede do município.

2 - Distrito com população predominantemente canavieira.

3 - Idem.

Definidos e distribuídos quantitativamente os questionários, passamos a realizar a pesquisa empírica propriamente dita. Esta seguiu a seguinte ordem: Alagoa Grande – o próprio município – neste os questionários foram aplicados em duas semanas, sendo a aplicação intensificada aos sábados e domingos. Em seguida veio Canafistula e Zumbi, nestes os questionários eram aplicados apenas nos sábados e domingos. Isto porque grande parte dos residentes são canavieiros volantes.¹⁷

e não se encontravam em casa nos dias de semana, e quando se encontravam estavam exaustos do árduo dia de trabalho.

Terminado o município de Alagoa Grande iniciamos, de imediato a pesquisa em Pilões. Neste município visitamos 5 engenhos e duas fazendas. Aqui a dificuldade foi maior, pois as entrevistas eram feitas no próprio canavial em horários de trabalho ou nos intervalos de almoço, quando este existia.

O último município pesquisado foi Areia. Neste as entrevistas foram divididas entre a usina Santa Maria e os moradores canavieiros do município.

¹⁷- A grande maioria dos trabalhadores dos dois distritos não trabalham em locais certos e geralmente se deslocam para o Litoral com frequência para trabalhar. Lá passam a semana só retornando na sexta ou sábado.

Em todos os municípios onde foram aplicados os questionários, nós contamos com a colaboração dos sindicatos locais. A participação dos mesmos foi fundamental, pois era a nossa carta de entrada nos Engenhos, Usinas, Fazendas e Residências em geral. Onde chegávamos, o sindicato nos apresentava e colocava a intenção da nossa viagem até a região, quebrando assim, o clima de hostilidade e desconfiança que existe entre os canavieiros. Mesmo assim, em alguns casos tivemos dificuldades de obter informações em determinadas situações.

A tabulação dos dados foi feita manualmente em algumas questões. E nas questões controladas foi realizada por um programa de computador. As tabelas e gráficos foram geradas automaticamente através de um pacote que se encontra a disposição no NPD – Núcleo de Processamento de Dados – desta instituição.

1.7 – Caracterização da microrregião em estudo

O Brejo paraibano é uma região que se caracteriza pela grande fertilidade de seu solo e umidade do clima, possui um ciclo de chuvas regular favorecendo, assim, as culturas de inverno. Existe também na região grandes variedades de frutas, isto se deve ao fato de que o solo, a altitude, o clima e os ciclos de chuvas são favoráveis, fazendo com que a microrregião seja hospedeira das mais diversas culturas alimentares da Paraíba.

Por ser uma zona de grande fertilidade, umida, bem povoada e interligada aos principais centros comerciais da Paraíba e do Nordeste por várias estradas pavimentadas que propiciam rápido e fácil deslocamento, o Brejo paraibano tem se apresentado como uma região de fácil mudança nos seus ciclos econômicos. Estes ciclos podem ser caracterizados na região por três fases distintas: O primeiro se caracteriza pelas culturas de subsistência, mandioca, macaxeira, cereais em geral e cana-de-açúcar em pequena escala, esta última para abastecer os engenhos de moenda de pau vertical e movido à tração animal – boi –; O segundo ciclo foi o do algodão, apesar de ter contra esta cultura os inconvenientes de chuvas excessivas e as pragas que prejudicavam

constantemente as safras, o algodão prosperou na região até o momento em que deixou de ser uma cultura de boa valorização comercial; O terceiro ciclo econômico na microrregião é o da cana-de-açúcar, este foi o sucessor do algodão, da mesma forma que o algodão sucedera a predominância das lavouras de subsistência.

Este último ciclo é o que predomina, ainda, na microrregião. Contudo seu período de apogeu ficou para trás, atualmente a cana é uma cultura em declínio no Brejo, em seu lugar encontra-se em ascensão a pecuária extensiva para o corte.

O que é óbvio na região em estudo é que seus ciclos se caracterizam pela valorização comercial do produto predominante. Isto é, o produto hegemônico que determina o ciclo é sempre um produto de ótima aceitação comercial, seja para consumo direto, ou para consumo indireto. No caso da cana e do algodão – matéria-prima – o que também é verdade é que a ascensão de um novo ciclo não determina o total desaparecimento do produto predominante do ciclo anterior. Assim, a região passou a conviver com as mais diversas culturas e atividades econômicas. Hoje encontramos na região as mais variadas culturas agrícolas – estas vão desde o fumo e alcafrão, até o feijão e a mandioca – e também uma grande diversidade de atividades pecuárias que abrange diversas categorias de criação animal.

Uma rápida passagem pelo Brejo deixa claro que a cana é o produto que predomina. Contudo, um estudo detalhado da produção vegetal e animal na região, vai demonstrar claramente que a cana é um produto em declínio e seu espaço está sendo tomado pela criação bovina. Podemos nos encontrar, possivelmente, diante do final de um ciclo econômico produtivo no Brejo para o início de um novo ciclo. Muito embora, um, não elimine o outro, ambos são coniventes.

I.7.1 – Alagoa Grande

O município de Alagoa Grande tem o início de sua história na primeira metade do século XVII, isto quando os portugueses fizeram suas primeiras penetrações no território conhecido por "Sertão do Paó" que na época era dominada por índios cariris. Posteriormente, o atual município pertenceu a Mamanguape e Areia. A colonização do município teve início com a instalação de fazendas de criação as margens da lagoa do paó, foi ao lado desta lagoa que os colonos se instalaram, dando origem ao povoado de "Alagoa Grande do Paó. Hoje, o município ainda tem ao seu centro esta lagoa, onde a suas margens se localiza o prédio da prefeitura e do Banco do Brasil.

Em 1864, o povoado passou a categoria de vila, desta feita com o nome de Alagoa Grande. No dia 26 de outubro de 1865, um ano após ter deixado de ser povoado, a vila de Alagoa Grande se torna independente de Areia passando a ser um município.

O município está localizado na caatinga, tendo parte de suas terras inseridas na parte brejosa. Possui uma área de 457/Km² e limita-se com Areia, Guarabira, Lagoa Nova e Alagoinha. Está a uma altitude de 130 metros do nível do mar e possui um clima quente e seco, com a temperatura oscilando entre 20° e 30° C, aproximadamente.

Alagoa Grande tinha uma população em 1991 de 30.133 habitantes com uma densidade demográfica de 98,56 hab/Km². As principais atividades econômicas são a agricultura e pecuária¹⁸. Na agricultura o destaque fica para a produção de cana-de-açúcar, vindo em seguida diversas culturas alimentares tipo: feijão, milho, mandioca, etc. Na pecuária a produção é caracterizada pela diversidade das categorias, não existindo um destaque significativo para um nem outro, contudo, entre a produção pecuária do município encontramos: bovinos, eqüinos, suínos, ovinos e avicultura.

18- Dados de 1985. Ver: Enciclopédia dos Municípios – Paraíba e Censo Demográfico 1992 versão preliminar.

I.7.2 – Pilões

O povoamento inicial do atual município de Pilões, tem sua origem na influência comercial que Mamanguape exerceu na região. Em 1815, com a criação do município de Areia, o povoado de Pilões teve seu território anexado ao novo município. Na segunda década do século XIX o povoamento já se encontrava em franco progresso. A emancipação política do povoado aconteceu em 20 de agosto de 1953.

O município de Pilões está situado na microrregião do Brejo paraibano, possui uma área de 63 Km² e limita-se com os municípios de Alagoinha, Areia, Cuitegi, Serraria e Pilõezinho. Encontra-se a uma altitude de 250 metros do nível do mar e possui um clima temperado com temperatura oscilando entre 20° e 29°C

A população do município em 1991 era de 7.901 habitantes, com uma densidade demográfica de 122,94 hab/Km². Os aspectos físicos do município se caracterizam pelos acidentes geográficos, sendo seu relevo bastante irregular, destacam-se as serras do espinho, pau d'arco, labirinto, capim e gameleira. É nas encostas dessas serras que se encontra a cultura da cana-de-açúcar. O município possui dois cursos d'água de importância que são: os rios araçagi e araçagi-mirim, ambos afluentes do rio mamanguape.

As principais atividades econômicas do município são a agricultura e pecuária. Na agricultura o principal destaque fica para a cana-de-açúcar que toma quase toda a extensão de terras do município, as margens do canavial encontra-se, em pequena escala, culturas como: arroz, banana, batata-doce, cajú, côco-da-baia, feijão, mandioca e milho. Na pecuária o principal rebanho é o bovino, vindo em seguida os ovinos, caprinos, muares e avicultura.

1.7.3 – Areia

Areia era conhecida em seus primórdios pelo nome de Bruxaxá. Segundo o anuário estatístico editado pela Arquidiocese da Paraíba, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, foi em 1815 que se deu a transição que fez da pequena vila, que antes pertencia a Mamanguape, um município. Contudo, sua emancipação política só se deu em 1846.

O município de Areia fica localizado na zona do Brejo paraibano, limitando-se com os municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Pilões, Remígio, Serraria e Arara. Está a uma altitude de 618 metros acima do nível do mar e possui um clima uniforme, ameno e saudável com uma temperatura que varia em torno dos 15° a 30° C.

Sua área é de 143 Km², apresentando um relevo cheio de vales, encostas abruptas e morros escarpados. Aqui, como em Pilões, a cultura da cana-de-açúcar é realizada nas encostas, tornando muito difícil, ou quase impossível, a tecnificação da cultura. A hidrografia do município é rica, contando com o rio bananeiras e os riachos mandaú, pitombeira, pedregulho, mazargão e fechado.

A população do município em 1991 era de 28.140 habitantes, com uma densidade demográfica de 195.31 hab/Km². As principais atividades econômicas do município são a agricultura, o comércio e a pecuária. Na agricultura, os principais produtos são a cana-de-açúcar, banana e demais culturas alimentares. Na pecuária os principais rebanhos são os bovinos, suínos e caprinos, cabendo o destaque para os bovinos que se encontram em ascensão.

I.8 – Distribuição dos capítulos

Os resultados do trabalho estão distribuídos em quatro capítulos, os mesmos têm a seguinte estrutura:

Capítulo I – Condições de vida

Neste capítulo vamos apresentar as condições sócio-econômicas em que vivem os canavieiros da microrregião do Brejo paraibano, desde a possibilidade de adquirirem formação educacional básica até a situação de moradia no campo e nas pontas de rua dos municípios estudados. Neste será tratado os aspectos que mais merecem destaque tais como: saneamento, habitação, alimentação, educação e saúde dos mesmos;

Capítulo II – Condições de trabalho

Neste capítulo tratamos os principais aspectos sobre as condições de trabalho na palha da cana na microrregião, destacando a situação dos trabalhadores do setor de campo da cana com relação as condições de segurança, higiene, conforto, jornada de trabalho, etc. Tentamos caracterizar o trabalho canavieiro da microrregião; as formas de exploração da mão-de-obra e as relações de trabalho que se dão entre os patrões, assalariados e empreiteiros e em geral aos aspectos que podem permitir a visualização do desgaste operário.

Capítulo III – Os salários e a reprodução da força de trabalho

Aqui é apresentada a evolução dos salários e as situações em que acontecem as perdas salariais; a situação da cesta básica e a relação com as variações salariais; o quadro referente aos direitos sociais do trabalhador assim como o nível de organização dos mesmos. Este capítulo nos permite visualizar como se dá a reprodução da força de trabalho na microrregião canavieira do Brejo.

Considerações finais

Neste trabalho não apresentamos propriamente conclusões, apenas levantamos questões relevantes sobre a problemática em estudo, que inclui reflexões sobre o desgaste operário e as condições em que se dá a reprodução da força de trabalho na microrregião.

Anexos

Aqui encontram-se os quatro tipos de questionários que foram aplicados na nossa pesquisa de campo.

CAPÍTULO I

1 – CONDIÇÕES DE VIDA

1.1 – Composição da família

As famílias dos canavieiros, em geral, são numerosas. Estes seguem a tradição nordestina de casarem cedo e terem um elevado número de filhos o que acaba por caracterizar a família nordestina como sendo a que tem a maior média de filhos por casais que nas demais regiões do país.

Na microrregião estudada, a situação não se apresenta de forma diferente como veremos nas tabelas a seguir. Vamos começar observando o número de filhos homens das famílias que fizeram parte da pesquisa.

Tabela 6 - Número de filhos dos entrevistados por faixa de idade nos três municípios da pesquisa¹

Municípios	Faixas de idades								Total de filhos em cada município
	1 - 6		7 - 14		15 - 18		acima de 19		
Al. Grande*	39	34%	35	30%	18	16%	24	20%	116
Pilões	15	37%	06	15%	10	24%	10	24%	41
Arcia	21	22%	14	22%	12	18%	18	28%	65
Total	75	34%	55	25%	40	18%	52	23%	222**

Fonte: Pesquisa de campo.

(*)Inclui os dois distritos do município que fizeram parte da pesquisa: (Zumbi e Canafistula)

(**)Total de filhos nas quatro faixas de idade apresentadas nos três municípios.

(1)Amostra: 50 famílias.

Esta tabela apresenta o número total de filhos dos canavieiros entrevistados em quatro faixas de idade distintas nos três municípios da pesquisa. Nela podemos observar que a faixa de idade onde aparece o maior número de filhos é na de 1 a 6 anos, 34% do total, este percentual não terá grande representatividade para nosso estudo, visto que, a faixa de 1 a 6 anos não é considerada por nós para efeito de análise no que diz respeito ao trabalho na cana e também não são considerados em idade escolar os que nela se encontram.

As três faixas seguintes — 7 - 14, 15 - 18 e acima de 19 — , ao contrário, são de grande importância para o estudo pois nelas estão incluídos os indivíduos que estão em idade escolar e que praticam o trabalho na palha da cana, seja de forma autônoma ou quando levados por seus familiares, como é o caso dos mais novos.

Estas três faixas concentram a grande maioria dos filhos dos canavieiros e fazem parte da força de trabalho economicamente ativa dos canaviais do Brejo paraibano. Quanto a distribuição de filhos em cada município pesquisado de acordo com o número de questionários aplicados, nenhuma grande surpresa, apenas que no município de Areia a média de filhos por família entrevistada é um pouco superior aos demais, (6,5 filhos por família), enquanto que Pilões e Alagoa Grande é de (4,1 e 3,9 filhos) respectivamente.

Para efeito da nossa análise, quando formos trabalhar com os que estão estudando, os que sabem ler e os que trabalham na palha da cana, só levaremos em consideração as faixas de idade que são superiores a de 1 a 6 anos. O porque é óbvio, se já é difícil os que se encontram em idade escolar ingressarem na escola, mais difícil ainda é colocar os filhos que se encontram nesta faixa de idade em escolas de alfabetização, que na microrregião são escassas e, as poucas que existem são privadas. Quanto ao fato de não considerarmos a faixa de idade de 1 a 6 anos quando vamos tratar do trabalho na palha da cana, o óbvio também salta aos olhos pois, os que se encontram nesta faixa ainda são muito novos para o trabalho. Alguns até vão aos canaviais, mas não para trabalharem, mas sim acompanhando os pais ou irmãos pelo fato de não terem com quem ficar em casa¹.

O mesmo tratamento será dado às filhas dos canavieiros, isto é, a faixa de idade de 1 a 6 anos será excluída da análise. Esta faixa só aparecerá na tabela 7, quando vamos apresentar a composição geral da família do entrevistado.

1- Muitas vezes as crianças são levadas para o canavial porque toda a família vai trabalhar e estes não tem com quem deixá-los.

Tabela 7 - Número de filhas dos entrevistados por faixa de idade nos três municípios da pesquisa¹

Municípios	Faixas de idades								Total de filhas em cada município
	1 - 6		7 - 14		15 - 18		acima de 19		
Al. Grande*	18	44%	10	24%	6	15%	7	17%	41
Pilões	6	27%	2	9%	4	18%	10	46%	22
Arcia	4	19%	5	24%	8	38%	4	19%	21
Total	28	33%	17	20%	18	22%	21	25%	84**

Fonte: Pesquisa de campo.

(*) Inclui os dois distritos do município que fizeram parte da pesquisa: (Zumbi e Canafistula)

(*) Total de filhas nas quatro faixas de idade apresentadas nos três municípios.

(1) Amostra: 50 famílias.

Veja que nesta tabela, a faixa de idade onde aparece o maior número de filhas é na de 1 a 6 anos, 33% do total, os 67% restantes estão divididos entre as três outras faixas. Tal fato vem caracterizar as famílias dos canavieiros entrevistados como sendo compostas, na sua maioria, por filhos ainda novos e sem idade de trabalho, isto em relação as faixas de idades em que foram divididos. Isto não quer dizer que as famílias canavieiras que fizeram parte da pesquisa são recém-formadas, mas que, a média de filhos de 1 – 6 anos é alta em relação as outras faixas de idades.

No geral os canavieiros entrevistados tinham uma média de filhos de 4,4 por família e de 1,6 de filhas também por família, isto vem dar uma média de 6 filhos(as) para cada família.

Na grande maioria estes filhos fazem ou vão fazer parte – como é o caso dos que se encontram na faixa de 1 a 6 anos – do exército de força de trabalho dos canaviais da região.

numerosas do
do B. paraib.
633.611 (813.3) (043)
1.55 (043) B 545 m
4.55 (043) C 268 m
15.446 (043) N 754 t

filhos por família (6), com os pais (2), veremos que a família é significativamente numerosa (8 componentes em média). É importante quando formos estudar a renda das famílias e a renda por cada membro. Mas tal estudo ainda não é cabível neste momento. Será realizado mais adiante.

Aqui, é importante destacar que as famílias canavieiras são numerosas em quantidade de filhos e que na sua grande maioria (73%) são homens, enquanto que as mulheres representam apenas 27% do total.

1.1.1 – Origem dos canavieiros da microrregião

Não precisamos voltar muito ao passado para encontrarmos a origem dos trabalhadores canavieiros do Brejo paraibano. A explicação para a constituição deste mercado de trabalho assalariado se encontra dentro da própria microrregião. Em geral, os canavieiros são naturais dos municípios da região, ou seja, não existe, nem existiu um processo de emigração que tenha contribuído para formar o mercado de trabalho na microrregião. Ou melhor, não foi a implantação do parque sucro-alcooleiro na microrregião que favoreceu o deslocamento de trabalhadores de outras regiões para o Brejo. Se observarmos a tabela 8, veremos que a grande maioria dos entrevistados (92%) são naturais da microrregião.

Tabela 8 - Naturalidade, municípios e localidade onde residem os entrevistados

Municípios	Número naturais	Localidade onde mora								Total de residentes
		Engenho		Usina		Fazenda		Cidade		
Al. Grande	23	2		—		3		25*		30
Arcia	11	4		2		1		3		10
Cuitegi	—	—		—		—		—		—
Guarabira	—	—		—		—		—		—
Pilões	12	6		2		2		—		10
Serraria	—	—		—		—		—		—
Santa Rita	—	—		—		—		—		—
Outros	4	—		—		—		—		—
Totais	50	12	24%	4	8%	6	12%	28	56%	50 ¹

Fonte: Pesquisa de campo

(*) Inclui os dois distritos do município que fizeram parte da pesquisa: (Zumbi e Canafistula)

(1) Amostra: 50 famílias.

Esta tabela, além de mostrar que a maioria dos canavieiros são naturais da própria microrregião vê-se também que uma boa parte dos mesmos (56%) moram nos centros urbanos. É bem verdade que este índice foi puxado para cima pelo fato de nele estarem incluídos os moradores dos distritos de Canafistula e Zumbi, mas não podia ser diferente pois, para efeito de análise só consideramos moradores do campo aqueles que estão no meio rural, em outras palavras, aqueles que tem sua moradia em terreno de usina, fazenda ou engenho. Assim, Canafistula e Zumbi mesmo não sendo municípios, podemos considerar os que nestes distritos moram, como moradores da cidade, uma vez que nestas duas vilas de canavieiros se encontra as bases de uma comunidade urbana.

É fácil observar que uma característica da microrregião é quase não receber trabalhadores de fora. Ao contrário, ela é uma grande fornecedora de mão-de-obra para outras regiões canavieiras do estado e, em alguns casos, para outros estados da região Nordeste. Nem nos períodos de "pique da safra" o setor canavieiro do Brejo consegue empregar toda mão-de-obra de que dispõe.

Este fato é perceptível ao avaliarmos o quadro 3.

Quadro 3 – Migração temporária para trabalhar em outras regiões no ano de 1992

Localidade	V.A	V.R
não migraram	38	76%
p/ ponta de rua do município	0	0%
p/ outra cidade da Paraíba	11	22%
outra cidade do NE	0	0%
p/ outra cidade do BR	1	2%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Observe que entre os canavieiros entrevistados, 76% não migraram para outras microrregiões canavieiras para trabalhar no ano de 1992, enquanto que 22% migraram para outras cidades da Paraíba. Certamente para municípios do Baixo Paraíba e Litoral paraibano onde se encontram outras áreas canavieiras. O fato da grande maioria não ter ido trabalhar em outros municípios, não quer dizer que esta não seja uma prática dos canavieiros do Brejo. Estes 76% expressam, na verdade, uma das limitações da nossa pesquisa, que foi a de ter sido realizada no início do ano de 1992 – entre janeiro e março – ou seja, apenas nos três primeiros meses do ano.

Este fato passa a dar grande importância aos 22% que migraram temporariamente para trabalhar em outros municípios pois, na oportunidade só havia se passado 1/4 do ano e a época era de safra – corte e moagem – que vai de agosto a abril. E, é sabido

que nestes períodos de safra as microrregiões do Baixo Paraíba e Litoral absorvem uma relativa quantidade de mão-de-obra do Brejo.

A origem dos canavieiros da microrregião se torna muito clara quando observamos no quadro 4 a condição dos pais dos entrevistados.

Quadro 4 – Condição dos pais do entrevistado

Condição	V.A	V.R
Pequeno proprietário	2	4%
Moradores	36	72%
Assalariados rurais	12	24%
Ñ eram trab. rurais	0	0%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro vemos que a grande maioria (72%) dos pais dos canavieiros eram moradores da própria microrregião. Os filhos seguiram os passos dos pais, só que desta feita, embora não sendo por vontade própria, a maioria o fez não na figura de morador mas na de "assalariados da cana".

1.2 – Acesso a educação

Antes de apresentarmos a situação de alfabetização entre os canavieiros do Brejo é mister que vejamos, de forma geral, como se encontra a situação com relação ao Brasil e suas grandes regiões. O quadro 5 apresenta um panorama geral da situação.

Quadro 5 – Alfabetização segundo as grandes regiões – 1989

Grandes Regiões	Alfabetizadas (%)	Analfabetas (%)
Brasil	79,9	20,1
Norte	85,0	15,0
Nordeste	60,7	39,3
Sudeste	88,1	11,9
Sul	88,6	11,4
Centro Oeste	82,0	18,0

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1991.

Aqui vemos que o Brasil, até 1989, apresentava aproximadamente 1/5 de sua população como analfabeta. Este panorama não é tão assustador se levarmos em consideração que estamos falando de um país subdesenvolvido do Terceiro Mundo. Também não é um quadro tão estarrecedor se comparado com outros países da América Latina.

Agora, se formos avaliar a situação do analfabetismo levando em consideração a estratificação do país em suas cinco grandes regiões, veremos a grande distorção que há entre a região Nordeste e as demais. A região Nordeste é a que apresenta o maior índice de analfabetismo (39,3%) e conseqüentemente o menor de alfabetismo (60,7%). Vejam que as demais regiões apresentam índices de analfabetismo muito inferiores ao do Nordeste. Segundo o relatório do CENAP², na população de 10 anos acima, o Nordeste tinha – em 1988 – 11 milhões de analfabetos e 10,5 milhões sem instrução (até um ano de escola no máximo). Estes números significam mais de 2/3 da população de adolescentes, jovens e adultos. Com menos de 1/3 da população do país, o Nordeste tem mais da metade dos brasileiros analfabetos e sem instrução. Este é o quadro com relação a alfabetização no Brasil, vamos ver como se encontra este quadro com relação aos trabalhadores canavieiros da microrregião do Brejo.

2- Centro Nordestino de Animação Popular. NORDESTE: Os Números Falam.

1.2.1 – Nível de alfabetização dos filhos

Vamos começar apresentando o número de filhos que estavam estudando na época da pesquisa. Na tabela 9 se encontra estes dados nas cinco localidades onde se realizou a pesquisa.

Tabela 9 - Número de filhos que estavam estudando na época da pesquisa¹

Municípios e Distritos	Faixas de idades						Total dos que estavam estudando		Total de filhos em cada distrito e município
	7 - 14		15 - 18		acima de 19				
Al. Grande	5	16%	6	19%	0	0%	11	35%	31
Canafistula	3	14%	2	9%	0	0%	5	23%	22
Zumbi	2	8%	3	12%	0	0%	5	21%	24
Pilões	0	0%	1	4%	2	8%	3	12%	26
Areia	2	4%	2	4%	1	2%	5	11%	44
Total de estudantes	12	41%	14	48%	3	10%	29**	20%	147*

Fonte: Pesquisa de campo.

(*) Total de filhos nas três faixas de idade apresentadas

(**) Total dos que estavam estudando na época da pesquisa.

(1) Amostra: 50 famílias.

Nesta tabela vemos que do total de filhos nas três faixas de idades apresentadas, apenas 20% estavam na escola, este é um número muito baixo se levarmos em consideração que todos se encontram em idade escolar. Se observarmos cada localidade individualmente, veremos que Alagoa Grande se destaca por ter o maior índice (35%) de filhos de canavieiros estudando, o menor índice ficou para Areia (11%). É interessante o resultado a que se chegou pois, Areia é um dos municípios pesquisados que tem a melhor infra-estrutura educacional de 1º, 2º e até 3º grau entre todos. Uma

especulação que talvez explique este baixo índice de frequência à escola pelos canavieiros de Areia, é o fato de que a maioria deles, neste município e no de Pilões, tenham que se deslocar com frequência para o Litoral ou Baixo Paraíba a fim de buscarem trabalho dada a situação de crise da usina Santa Maria, o que se faz refletir no mercado de oferta de força de trabalho deste município.

Em contrapartida, ainda na tabela 9, vemos que os dois distritos – Canafistula e Zumbi – aparecem com números satisfatórios de ingressos na escola, 23% e 21% respectivamente, em relação a Pilões e Areia. Levando em consideração o fato de serem dois distritos que não dispõem de uma boa infra-estrutura educacional e serem considerados “vila de canavieiros”, estes índices são razoavelmente bons em relação aos demais.

Se observamos os índices por faixa de idade, veremos que a maioria de estudantes se encontram na faixa de 15 – 18 anos (48%), contra 41% da faixa que vai de 7 – 14 e apenas 10% de 19 anos acima. Não é nenhuma surpresa que esta última faixa de idade apresente o menor índice de estudantes pois, quem nela se encontra é o canavieiro adulto que precisa, acima de tudo, trabalhar para manter-se e a sua família quando é o caso. Estes se deslocam para um lado e para outro, para um município e outro ou de região para região de acordo com as necessidades de mão-de-obra do capital alcooleiro/açucareiro. Isto torna difícil, ou até mesmo impossível, manter a frequência na escola.

Até mesmo no caso dos que não se deslocam para trabalharem em outras localidades, a situação não é fácil. Tendo em vista a árdua jornada de trabalho que enfrentam durante o dia, chegam ao fim do mesmo vencidos pela exaustão não se permitindo assim, passarem 3 ou 4 horas dentro de uma sala de aula. A preocupação com a sobrevivência é muito maior que com a formação educacional básica. Não é preciso nem falar nas condições físicas e mentais dos mesmos dado a insuficiência alimentar a que são submetidos. A desnutrição não é excessão, é quase que uma regra geral entre os mesmos³.

3- Quando das visitas nas residências para as entrevistas, algo que chamou a atenção foi a aparência dos filhos dos canavieiros: barrigudos, joelhos e juntas sobressaindo-se do corpo, manchas pela pele e cabeça grande. E quando nos diziam a idade, geralmente, pareciam ter o dobro. No caso dos pais esta diferença entre idade e aparência é ainda mais gritante. É como se o tempo passasse mais rápido para essas pessoas, ou seja, um ano vivido significasse dois ou mais envelhecidos.

Dado o quadro de dificuldades que tem os filhos dos canavieiros de ingressarem na escola, a situação de formação básica dos mesmos não pode, nem poderia, ser das melhores. A tabela 10 vai nos mostrar a situação dos mesmos com relação a leitura nas três faixas de idades apresentadas.

Tabela 10-Número de filhos que sabem ler por faixa de idade¹

Municípios e Distritos	Faixas de idades						Total dos que sabem ler		Total em cada distrito e município
	7 - 14		15 - 18		acima de 19				
Al. Grande	1	20%	2	40%	2	40%	5	16%	31
Canafistula	0	0%	2	67%	1	33%	3	14%	22
Zumbi	0	0%	0	0%	6	100%	6	25%	24
Pilões	0	0%	1	33%	2	67%	3	12%	26
Arcia	1	20%	3	60%	1	20%	5	11%	44
Total dos que lêem	2	9%	8	36%	12	55%	22*	15%	147**

Fonte: Pesquisa de campo.

(*) Total dos que lêem por faixa de idade.

(**) Total de homens nas três faixas de idades

(1) Amostra: 50 famílias.

Nesta tabela, como já era de se esperar, o número de filhos que sabem ler⁴ é muito pequeno (15%). Aqui, mais uma vez um dos distritos da pesquisa ficou com a primeira colocação – Zumbi – com um índice de 25% dos que sabem ler, muito embora este índice só tenha sido alcançado porque a faixa de idade acima de 19 anos tenha obtido 100% dos que sabem ler. As outras faixas seguintes – 7-14 e 15-18 – ficaram com um medíocre índice de 0% neste mesmo distrito.

Veja que aqui mais uma vez se repete o quadro anterior analisado na tabela 9, onde o município de Pilões e Arcia ficam em última colocação com relação ao número de

4- Vale salientar que saber ler aqui, não significa fazer uma leitura textual de qualquer material ou livro. Significa apenas soletrar algumas sílabas e compor as palavras em faixas, placas, itinerário de ônibus, etc. Isto mais pela prática cotidiana que pelo aprendizado na escola.

filhos que estavam na escola. Ou seja, na tabela 10, estes mesmos municípios também ficam em última colocação, com índices de 12% e 11%, contra os 16%, 14% e 25% de Alagoa Grande, Canafistula e Zumbi, respectivamente.

Cabe mais uma vez ressaltar que este tipo de leitura a qual estamos nos referindo não pode ser considerada no sentido literal da palavra. Pois se formos levar em consideração o fato de não lerem todas as palavras nem conseguirem fazer uma leitura contínua, com certeza vamos denominá-los de analfabetos e na verdade, não o são. Isto porque existe os que lêem algumas palavras e os que não lêem nada, nem mesmo um itinerário de ônibus. Há também os que assinam o nome porque aprenderam a escrevê-lo e outros que apenas copiam os nomes⁵.

1.2.1.1 – Nivel de alfabetização das filhas

O quadro com relação aos índices de alfabetização das filhas dos canavieiros também não é nada satisfatório. Contudo, os números encontrados entre as mesmas são mais positivos que entre os filhos. Vejamos os números das que estavam estudando no período da pesquisa, os quais se encontram na tabela 11.

5- Em se tratando destes que apenas copiam o nome, um fato interessante ocorreu no sindicato de Pilões onde na oportunidade nós nos encontrávamos presente. O presidente do sindicato pediu para que o canavieiro assinasse o nome; marcou a linha no documento onde ele deveria assinar e entregou num pedaço de papel o nome do mesmo para que ele copiasse olhando para o papel. Como o papel foi entregue com o nome de cabeça para baixo, o canavieiro copiou no documento o seu próprio nome também de cabeça para baixo, como o documento não poderia conter rasuras este foi colocado a perder.

Tabela 11- Número de mulheres que estavam estudando na época da pesquisa¹

Municípios e Distritos	Faixas de idades						Total das que estavam estudando		Total de filhas em cada distrito e município
	7 - 14		15 - 18		acima de 19				
Al. Grande	4	44%	2	22%	3	33%	9	82%	11
Canafistula	2	50%	2	50%	0	0%	4	57%	7
Zumbi	1	33%	2	66%	0	0%	3	60%	5
Pilões	1	33%	0	0%	2	66%	3	19%	16
Arcia	5	63%	3	38%	0	0%	8	47%	17
Total de estudantes	13	48%	9	33%	5	19%	27**	48%	56*

Fonte: Pesquisa de campo.

(*) Total de filhas nas três faixas de idade apresentadas

(**) Total das que estavam estudando na época da pesquisa.

(I) Amostra: 50 famílias.

Veja que nesta tabela o percentual de filhas que estudavam no início de 1992 (48%) quando da realização da pesquisa era bem superior ao de filhos (20%). Este fato tem uma explicação bastante lógica: como o trabalho feminino já não aparece com tanta frequência nos canaviais da microrregião, dada a incapacidade de absorção pela mesma de toda mão-de-obra disponível, as mulheres têm mais tempo de frequentarem a escola pois, estas se dedicam mais ao trabalho no roçado, que é uma atividade menos exaustiva e que não exige deslocamento de localidade para localidade, como é o caso do trabalho assalariado na palha da cana⁶.

Contudo, embora existindo um índice de mulheres na escola satisfatório em relação ao de homens, observe que este índice tem uma tendência declinante na medida em que se vai passando de uma faixa etária para outra. Veja na tabela 11, que ele começa com

6- Sobre o trabalho feminino nos canaviais, trataremos mais adiante em tópico específico.

48% na primeira faixa de idade apresentada (7-14) e vai terminar com 19% na última faixa (acima de 19 anos). Aqui fica claro que não há uma continuidade no processo de formação básica das mesmas pois, na medida em vão ficando com mais idade, vão também abandonando a escola. Os fatores para tal, são os mais diversos, entretanto, o mais importante é o fato de se casarem cedo, tendo assim que assumir a responsabilidade de casa e/ou ter que trabalhar para ajudar no sustento da família.

Observe bem que, entre as mulheres, se repetiu a mesma situação dos homens com relação a ordem de colocação dos municípios em termos dos números de ingressos na escola. Ou seja, mais uma vez Pilões e Areia ficaram na última colocação e os dois distritos – Canafistula e Zumbi – obtiveram índices satisfatórios se comparados à Pilões e Areia. Veja que a faixa de idade que fica acima de 19 anos é a que apresenta os mais baixos índices de canavieiros na escola, isto tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Como já me referi anteriormente, este fato é perfeitamente compreensível pois, a dificuldade de se manterem na escola vai aumentando com o aumento da idade e com a crescente necessidade de trabalhar.

Sem embargo, o número de filhas de canavieiros que sabem ler, expressa a realidade geral da categoria na microrregião. A tabela 12 apresenta os dados.

Tabela 12- Número de mulheres que sabem ler por faixa de idade¹

Municípios e Distritos	Faixas de idades						Total das que sabem ler		Total em cada distrito e município
	7 - 14		15 - 18		acima de 19				
Al. Grande	2	33%	3	50%	1	17%	6	55%	11
Canafistula	0	0%	3	75%	1	25%	4	57%	7
Zumbi	0	0%	2	67%	1	33%	3	60%	5
Pilões	0	0%	0	0%	3	100%	3	19%	16
Arcia	1	17%	3	50%	2	33%	6	35%	17
Total das que lêem	3	14%	11	50%	8	36%	22*	39%	56**

Fonte: Pesquisa de campo.

(*) Total das que lêem por faixa de idade.

(**) Total de filhas nas três faixas de idade.

(1) Amostra: 50 famílias.

A tabela 12, mais uma vez, apresenta números mais significativos entre as filhas, que entre os filhos dos canavieiros com respeito a leitura. Aqui encontramos um total de 39% de mulheres que sabem ler contra os 15% entre os homens. As causas para tal diferença são óbvias e já foram mencionadas anteriormente.

Entre as filhas que sabem ler, mais uma vez, o destaque ficou para os dois distritos – Zumbi e Canafistula – com índices de 60% e 57% respectivamente. Estes dois distritos mantiveram-se sempre à frente de Pilões e Arcia e algumas vezes de Alagoa Grande. Isto tanto em relação ao número de filhos(as) que estavam estudando quanto em relação aos que sabem ler. Uma explicação plausível para tal fato é que nestes dois distritos encontramos uma “comunidade canavieira” com uma base de organização mais trabalhada que nas demais comunidades de canavieiros que se encontram dispersos nas pontas de rua dos outros municípios. Nestes distritos, os líderes comunitários estão mais

empenhados com os problemas dos canavieiros e, suas diretrizes de ação, são apontadas para a melhoria das condições de vida e trabalho da pequena comunidade. Assim, estão sempre promovendo reuniões, palestras e desenvolvendo projetos para a melhoria da alimentação⁷ da comunidade canavieira junto com outras entidades de apoio (SEDUP; UFPB; Igreja, etc.). Enquanto que, nos três municípios da pesquisa, fica claro a preocupação dos líderes sindicais de se projetarem politicamente na comunidade usando para tal os próprios canavieiros⁸.

As associações de canavieiros de Canafistula e Zumbi, assim como seus líderes comunitários, são destaque pelo trabalho direto que realizam frente a comunidade canavieira. Estes dois distritos, por sinal, são tradicionais na luta dentro do movimento sindical e têm dado origem a nomes que se destacam na microrregião e nacionalmente. Este é o caso de Margarida Maria Alves e Maria da Penha, ambas falecidas.

Quando da nossa estada em Canafistula e Zumbi, nos surpreendeu o nível de conscientização da comunidade e a sua organização frente a apatia e desorganização nas comunidades canavieiras das pontas de rua dos municípios.

1.2.2 – Nível de alfabetização dos pais

Se a realidade entre os filhos dos canavieiros com relação aos níveis de alfabetização dos mesmos não é um quadro animador, o quadro entre os pais é caótico. No quadro 6, encontramos o grau de instrução dos mesmos.

7- Como é o caso do projeto de depósito e beneficiamento de milho em sistema de cooperativa realizado pela associação dos moradores e da escolinha que funciona nesta mesma associação, assim como o atendimento odontológico.

8- Todos os três presidentes dos sindicatos dos municípios pesquisados – Alagoa Grande, Areia e Pilões – assim como secretários e outros participantes dos mesmos são candidatos a prefeito ou vereador nestas próximas eleições. É impressionante como estes vinculam sua eleição a solução dos problemas dos canavieiros. No entanto, para tal, não têm nenhum projeto definido.

Quadro 6 – Grau de instrução dos entrevistados

Grau de instrução	V.A	V.R
Ler	1	2%
Escrever	1	2%
Assinar	16	32%
Analfabetos	32	64%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Este quadro sintetiza a resposta dos canavieiros a pergunta do questionário se os mesmos sabem ler, escrever, assinar. Veja que a pergunta permitiria que os mesmos se enquadrassem em uma única categoria, ler e escrever, mas observa-se que isto não aconteceu.

Pelos resultados obtidos (quadro 6) vemos que a grande maioria (36%), se enquadram em uma ou outra resposta. Exceto um que sabe ler e escrever e portanto assinar. A grande maioria destes 36%, ou seja, 32% se encontra na situação de apenas assinar o nome. E, regra geral, estes que só assinam o nome são na verdade analfabetos pois, apenas rabiscam os seus nomes e alguns deles só o fazem olhando para a cópia do mesmo. De fato, tem-se 96% de analfabetos entre os canavieiros da microrregião. Isto somando os 32% que só "assinam" o nome com os 64% que não sabem ler, nem escrever ou tampouco assinar (quadro 6).

Sem embargo, estes são números lamentáveis se considerarmos que a média de idade dos canavieiros entrevistados foi de 35,9 anos, se levarmos em consideração o desvio em torno da média, teremos com certeza um significativo número de jovens canavieiros literalmente analfabetos.

Este panorama de atraso também se repete com relação ao nível de escolaridade que se encontra expresso no quadro 7.

Quadro 7 – Nível de Escolaridade

Nível	Completo		Incompleto	
	V.A	V.R	V.A	V.R
Primário	0	0%	10	20%
Ginásio	0	0%	0	0%
Científico	0	0%	1	2%
Nunca estudou	----	----	39	78%
Total	----	----	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

O quadro 7 mostra o nível de escolaridade dos canavieiros entrevistados. Nele a realidade se expressa de forma nítida, a grande maioria (78%) dos entrevistados nunca havia estudado, ou seja, nunca frequentou escola de tipo nenhum. Os que frequentaram "quase" nenhum conseguiu concluir o primeiro grau, a exceção fica com apenas um deles que conseguiu terminar o primário e o ginásio e se encontrando no científico incompleto. Este, por sinal, é um dos líderes comunitários de um dos distritos que fez parte da pesquisa⁹.

Este é o quadro que se apresenta entre os canavieiros da microrregião. Sabemos que não difere muito da realidade de outras microrregiões ou zonas canavieiras dos estados nordestinos. A diferença fica na capacidade de articulação/organização política da categoria visando assim, lograr mais ou menos benefícios para o conjunto dos canavieiros.

9- O mesmo alega que não dá mais para estudar pois, agora ele passa a semana trabalhando no Litoral devido a dificuldade de arranjar trabalho na localidade.

1.3 – Os moradores

Os moradores ainda estão em evidência na microrregião estudada, contudo, tanto na literatura já existente quanto na pesquisa que realizamos, foi observado que a tendência tem sido a sua paulatina diminuição nos últimos anos. Os resultados mostraram que, entre os canavieiros que estavam residindo no meio-urbano, 72% já tinha sido morador de engenho usina ou fazenda. Estes deixaram de ser por terem sido expulsos, ou devido os donos da terra terem diminuído extremamente o pequeno lote de terra que compõe o roçado.

Ora! se uma das principais causas para o proprietário manter moradores em suas terras era o fato de assim poder dispor de uma certa quantidade de mão-de-obra “fixa” para seu uso próprio e, considerando que nos últimos anos a microrregião produziu um excedente de força de trabalho significativo, era de se esperar que a relação de moradia deixaria de ter tanta importância quanto tinha alguns anos atrás. Nos três municípios pesquisados podemos encontrar com facilidade casas e roçados que antes eram de famílias de moradores e hoje se encontram totalmente abandonados.

Um fato que mostra claramente a decadência das relações de moradia é que, tradicionalmente, era proibido ao morador trabalhar em outras propriedades que não a do seu patrão de moradia. O morador era operário exclusivo do proprietário das terras, em troca, o proprietário garantia o roçado, dava o leite e o mel de rapadura para a família moradora. Estas trocas de favores aos poucos foram deixando de existir.

Na pesquisa que realizamos entre os moradores, apenas 20% trabalhavam exclusivamente com o proprietário das terras onde moravam, os 80% restantes trabalhavam tanto para os proprietários – seus patrões de moradia – quanto para outros fora da propriedade, ou seja, a grande maioria tem total liberdade de trabalhar com outros proprietários ou municípios. Isto ocorre porque, além da cana-de-açúcar não oferecer tanto emprego quanto há alguns anos atrás, a mão-de-obra é abundante, provocando assim, desgaste nas relações de moradia pois, já não se tem tanto interesse em manter o morador na propriedade como força de trabalho disponível.

Para se ter uma idéia do desinteresse do proprietário para com o morador como operário, quando perguntamos sobre os dias de condição que teriam de dar para o patrão, 70% respondeu que a alguns anos não precisava dar nenhum dia de condição na propriedade em que morava. Apenas 30% dos entrevistados, davam em média 3 dias de condição para o proprietário.

A redução das trocas de favores se dá de ambos os lados. Do lado do morador, ele já não tem que, obrigatoriamente, trabalhar para o dono da propriedade onde mora ou, dar dias de condição para o patrão, em contrapartida, o patrão já não garante trabalho remunerado para o morador nem para a sua família, nem tampouco fornece leite ou mel e, em alguns casos nem lenha. Segundo os moradores entrevistados esta prática do patrão fornecer leite, mel e lenha para a família moradora é uma prática que já quase deixou de existir. Segundo esses mesmos moradores, quando muito, os patrões fornecem a lenha, ou melhor, deixam que eles tirem a lenha da propriedade. Mas mesmo assim, já não é tão fácil encontrar lenha para queimar, pois a cana-de-açúcar e o pasto tomaram conta de quase tudo.

“ele deixa nós tirar a lenha.

mas não é fácil achar mato, só tem mais cana e capim.

e rolete de cana e feixe de capim não dá fogo”.

morador de Pilões

Um outro fato que mostra a decadência da relação de moradia na microrregião, se apresenta ao analisarmos a condição dos pais do canavieiro entrevistado, expresso no quadro 4 (pág. 42).

Naquele quadro observamos que 72%, dos pais dos entrevistados têm sua origem na relação de moradia e 24%, encontram-se na condição de assalariado rural. A situação entre os filhos destes não é a mesma pois, o morador de hoje não passa de um assalariado rural que continua – não se sabe até quando – morando em uma propriedade qualquer e, com certeza, o quadro entre seus netos será mais diferente ainda, porque o processo de expulsão e expropriação não é, ainda, uma página virada no livro da história da microrregião. É um processo lento e paulatino, mas não consumado.

1.3.1 – “Roçado” condição necessária para sobrevivência

A possibilidade de colocar um pequeno roçado as margens da “Plantation”, é para o canavieiro um mecanismo fundamental para a sua reprodução e de sua família. Na microrregião estudada foi observado que a maioria deles ainda conseguem um pequeno lote de terra para a produção de subsistência. O quadro 8 apresenta esta realidade entre os entrevistados.

Quadro 8 – Canavieiros que colocam roçado

Tem roçado?	V.A	V.R
Sim	36	72%
Não	14	28%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Tanto o canavieiro morador como o assalariado que reside nas periferias dos municípios e distritos, têm uma forte dependência do roçado familiar. Contudo, manter, ou conseguir um “roçadinho” já não é uma tarefa das mais fáceis. No quadro 8, vemos que 72% dos entrevistados tem um pequeno roçado para o cultivo de culturas de inverno. É bem verdade que este número representa uma expressiva maioria, só que destes 72%, a proporção dos que são proprietários da terra é de apenas 8%, (ver quadro 9)*.

* A reclamação é uma constante, a cada ano se torna mais difícil colocar “roçado”. Ou a quantidade de terras, que já é insuficiente, é reduzida, ou é totalmente tomada. Este fato não ocorre apenas na microrregião do Brejo paraibano, em Pernambuco e Alagoas a situação é a mesma. No caso dos trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco, este processo está bem claro na descrição da autora do livro “Os Clandestinos e os Direitos”. Neste a mesma afirma que: “A saída de *moradores*** dos engenhos da Zona da Mata de Pernambuco não é coisa nova que tenha surgido no bojo do processo de mudança pela qual passa a *plantation*** açucareira”. E prosseguindo a autora informa que: “Fechando o acesso a *morada*** os *moradores*** se dirigem para as cidades da região, não mais em caráter provisório, mas para lá se instalarem definitivamente, o que vai se refletir no crescimento urbano espantoso que a Zona da Mata então conhece. De um lado, este movimento para fora dos engenhos, velho porque sempre existiu, mas novo porque sem retorno, não é um processo consumado, na medida em que muitos *moradores*** continuam ainda dentro das propriedades” (SIGAUD. 1979, 33). Continuando no quadro 8, os 28% que declaram não colocar roçado, o deixaram de fazer por falta de acesso à terra. Entre estes que não colocam roçado, a grande maioria se encontram nas pontas de rua dos municípios e são totalmente dependentes do trabalho assalariado na palha. Sua renda é muito inferior ao salário mínimo nacional e suas condições de vida se encontram, sem dúvidas, abaixo de um nível mínimo de sobrevivência.

** O itálico vem do original.

A maior parte dos canavieiros assalariados e moradores da microrregião são totalmente desprovidos de meios de produção e possuem como fonte de renda a venda da sua força de trabalho. Se sobreviver com o salário da categoria é uma tarefa difícil, mais difícil ainda é, conseguir adquirir terra para colocar o roçado. No quadro 9, este fato é ilustrado.

Quadro 9 – Condição do canavieiro/trabalhador rural

Condição	V.A	V.R
Proprietário	3	8%
Arrendatário	10	28%
Parceiro	1	3%
Possuindo	2	5%
Usa terra emprestada	19	53%
Outros	1	3%
Total	36	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro vemos que a maioria dos que colocam roçado, 53%, o fazem em terras emprestadas, não pagando nenhuma forma de mensalidade ou anualidade pelo uso da mesma. O arrendamento aparece em seguida com 28% e os proprietários com 8%. Com certeza as terras que são fornecidas aos canavieiros em caráter de empréstimo – sem nenhuma forma de pagamento – o são feito por não existir as mínimas condições para que eles paguem pelo seu uso com os produtos que a mesma venha a dar, pois sua produção é restringida a culturas de subsistência para a família e em quantidades muito pequenas, assim como o tamanho das terras. A cobrança de qualquer taxa tornaria inviável a manutenção dos roçados na maioria dos casos e, conscientemente ou não, os proprietários sabem que o fornecimento da terra para o roçado é uma forma de manter os salários locais num nível abaixo da média nacional. Assim como o acesso a terra dar-se quase sempre na forma de empréstimo pelo

proprietário, este fato é uma maneira de manter a submissão dos canavieiros¹⁰ pois, o argumento de que usam a terra para plantar não pagando pelo seu uso é utilizado pelos patrões nas horas das reivindicações salariais. É comum encontrar trabalhadores que trabalham como assalariados para os proprietários e ganham salários inferiores aos demais. Entre os moradores pesquisados, 80% recebiam salários inferiores aos demais trabalhadores não-moradores quando trabalhavam para os patrões. Esta é também uma forma do proprietário desestimular o morador a continuar na sua propriedade mantendo a relação de moradia.

Os canavieiros – moradores ou não – que não conseguem acesso à terra para o roçado, ou seja, aqueles que dependem unicamente da venda de sua força de trabalho para o seu sustento, estes, sem sombras de dúvidas, se encontram em uma situação mais desfavorável que os demais, isto porque dependem unicamente da venda de sua força de trabalho para sua reprodução. Estes são, no sentido estrito da palavra “proletários” pois, como é bem definido por Paré são: “Trabajadores que dependen integramente de un ingreso asalariado y que alguna vez tuvieron tierra, sea propia o edijal, pero que la pierdieron...” (PARÉ. 1981, 57).

Os roçados são conseguidos das formas mais diversas. Alguns canavieiros conseguem um pequeno lote de terra em propriedade de seus patrões, outros conseguem com proprietários para quem não trabalham como assalariados. Uns conseguem o roçado próximo ao lugar de moradia, outros em localidades mais distantes e assim por diante. A verdade é que todos fazem o possível para conseguir, seja como for, plantar alguma coisa que venha a ajudar na alimentação da família e servir como possibilidade de trabalho na falta de emprego no setor canavieiro.

1.3.2 – A luta pela manutenção do roçado

Que o roçado desempenha um papel fundamental na reprodução do trabalhador canavieiro e de sua família é um fato fácil de ser comprovado, assim como também é fácil comprovar a dificuldade que tem o mesmo de manter-se na condição de pequeno produtor de subsistência.

10- Os patrões usam o argumento de que o morador usa a terra para plantar e não paga nada, mora na casa e não paga aluguel, sendo assim, assumem a posição de que os moradores, mesmo trabalhando tanto quanto os trabalhadores de fora, não precisam ganhar igual aos mesmos quando trabalham nas propriedades onde moram.

O roçado desempenha dois papéis fundamentais para o trabalhador canavieiro. De um lado, proporciona a produção de parte dos produtos alimentícios que ele e sua família consomem no decorrer do ano e, de outro, significa a possibilidade de ter em que trabalhar quando os canaviais, por motivos diversos, não oferecem emprego. Se observamos o quadro 10, veremos a importância do roçado na geração de trabalho da família canavieira.

Quadro 10 – Ocupação principal dos membros da família dos entrevistados.

Atividades	V.A	V.R
na cana	15	30%
no roçado	24	48%
cana e roçado	10	20%
outras atividades	1	2%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Entre as famílias entrevistadas, apenas 30% tinham como forma de trabalho unicamente a cana-de-açúcar, enquanto que 68%, de uma forma ou de outra, faziam uso do roçado para trabalharem. Vale salientar que esta importância ganha um maior significado se considerarmos o fato de que entre os membros da família dos canavieiros, existem aqueles que trabalham só no roçado, 48%. Entre estes se encontram, na grande maioria, as esposas, filhas e filhos homens que ainda não alcançaram a idade de trabalho na palha. Ou seja, no mínimo, o roçado é a única atividade econômica para 48% dos membros das famílias dos entrevistados pois estes só trabalham no pequeno lote de terra que dispõem para plantar.

Mas como já me referi anteriormente, a prática de conceder roçados para os trabalhadores da palha, aos poucos está se tornando esquecida. Nos últimos anos a tendência na microrregião do Brejo paraibano tem sido a redução dos que conseguem colocar o roçado. Isto porque, segundo os entrevistados, a cana-de-açúcar e o pasto para alimentar o gado tem avançado cada vez mais para dentro dos roçados, engolindo a área para plantação de culturas alimentares. Os moradores da microrregião, particularmente os dos municípios de Pilões e Areia, reclamam que quando a usina Santa Maria anexou a destilaria e passou a funcionar com a produção de álcool e açúcar, boa parte do roçado foi tomada pela cana-de-açúcar, só restando poucas tarefas¹¹.

"Quando a usina Santa Maria arrendou as terras do engenho, eu tinha 25 tarefas de terra para plantar, hoje só me resta 6 tarefas, o resto virou canavial, o que ficou só dá pro banheiro"

Morador de engenho

O exemplo deste morador de engenho dá um panorama geral da situação dos que possuem roçado e da percepção que os mesmos têm sobre o avanço da cana-de-açúcar sobre os "roçadinhos". O mesmo podia plantar em 25 tarefas de terra, que corresponde a um pouco mais de um hectare e meio — 1,5 ha + 1 tarefa — não é muita coisa, mas, sem sombras de dúvidas, é melhor que 6 tarefas, que corresponde a menos de 1/3 de hectare. Ora! fica claro que 6 tarefas não significam nada, como o próprio canavieiro descreve na última frase da citação acima: "...o que ficou só dá pro banheiro". Nesta frase ele quer dizer que: como, em geral, as casas dos moradores não têm banheiro, as 6 tarefas que foram deixadas só dá para a família fazer as suas necessidades fisiológicas.

Ora! observe que, para o canavieiro, um dos principais motivos que levam a perda do roçado é o avanço da cultura da cana-de-açúcar. Esta é como se apresenta a realidade

11- Tarefa é a forma dos canavieiros da região quantificarem o pequeno lote de terra que usam para o roçado. Um (1) hectare tem 16 tarefas.

para o mesmo, é a aparência e não a essência. Se bem, é verdade que o avanço da cultura da cana-de-açúcar contribuiu para que ocorra tal processo, contudo, observamos que na década de oitenta, a cultura da cana apresenta uma tendência declinante da área plantada em hectare, mesmo assim, nem com isto, nesta década (80), foi mais fácil colocar o roçado. Mas não cabe aqui discutir sobre tal aspecto pois, o mesmo será melhor tratado em tópico específico logo em seguida.

Um outro fato que contribui para agravar a situação dos canavieiros da microrregião, foi a quase total devastação da vegetação nativa, para, em seu lugar, plantar pastos e cana-de-açúcar pois, tal fato, deixou-os quase que sem nenhuma lenha para queimarem e, tanto os moradores, quanto os que vivem nas pontas de rua, usam na sua maioria a lenha para cozinhare.

O que ocorreu foi que: com a implantação da destilaria e modernização da usina Santa Maria na microrregião, a demanda por cana-de-açúcar aumentou significativamente, uma vez que os canaviais tinham que continuar a abastecer os engenhos que ainda funcionavam além da própria usina. Esta última passou a exigir uma quantidade de cana cada vez maior para não parar de produzir pois, além de produzir o açúcar, a mesma também tem a destilaria de álcool com uma capacidade de produção de 120.000 litros/dia, isto segundo um dos administradores da mesma. A expansão da produção de cana-de-açúcar se deu então, através do aumento da área plantada e não pelo aumento da produtividade nos canaviais. Isto é, o aumento da produção de cana na microrregião foi extensivo e não intensivo¹².

Tal fato fez com que a usina passasse a necessitar cada vez mais de terras para plantar. Tendo suas terras todas ocupadas com cana-de-açúcar, a usina Santa Maria passou a arrendar as terras dos engenhos próximos a mesma com o intuito de expandir a produção da matéria-prima e, assim, garantir o abastecimento da indústria¹³. Vários foram os engenhos arrendados pela usina a partir de 1975 e, com estes arrendamentos,

12- Na microrregião do Brejo paraibano o destino do aumento da produção não podia ser outro, uma vez que a sua geografia é muito acidentada, não permitindo a introdução de tecnologias no campo. Praticamente todo processo de produção no canavial é feito de forma artesanal. O corte, a limpa, a cambitagem e o carregamento é feito por homens e animais, isto porque a cana é plantada nas encostas das serras e morros.

13- Forma dos operários e administradores chamarem a usina no seu conjunto com a destilaria anexa. Quando eles se referem a indústria, estão se referindo a unidade produtiva "usina" excluindo assim o canavial, que é denominado pelos mesmos de "campo".

veio a expansão da cultura canavieira e a conseqüente redução das terras para os roçados.

Todo esforço foi feito para garantir o funcionamento da indústria em seus anos de pique de produção. Contudo, segundo depoimento de um dos administradores da mesma que fora entrevistado por nós, a indústria nunca chegou a operar com 100% de sua capacidade, que é segundo o mesmo de 120.000 litros de álcool/dia e de 4.500 a 5.000 sacos de açúcar/dia. Ainda segundo o administrador, para que tal capacidade de produção fosse alcançada seria necessário um fornecimento contínuo de aproximadamente 3.300 toneladas de cana/dia.

1.3.3 – Direito ao roçado: a garantia só existe no papel

O direito ao pequeno lote de terra para plantar é garantido, ao menos deveria ser, no Dissídio Coletivo de 1991. Ali, pelo menos para os trabalhadores que são residentes, há uma cláusula, mas especificamente a Cláusula trigésima: "Lei do Sítio", que trata especificamente de regulamentar este direito. A mesma reza que: "Os empregadores concederão aos seus empregados residentes, com mais de 1 (um) ano de serviço contínuo na empresa, o uso, a título gratuito, de uma área de terra para plantação e criação necessária à subsistência da família do trabalhador, medindo 2.000 M² (dois mil metros quadrados), em volta da moradia"¹⁴. Ou seja, os trabalhadores canavieiros da microrregião do Brejo têm direito, no mínimo, a um pedaço de terra que equivale a 1/5 de hectare.

Como outros direitos, este também é desrespeitado pelos proprietários de usina, engenho ou fazenda. A "Lei do Sítio" nem sempre é cumprida e quando é, não ocorre sobre as condições que determina a mesma. O claro exemplo deste fato é quando observada a área em hectare utilizada pelos moradores que têm roçado que, como já

¹⁴-Os Direitos dos Trabalhadores da Cana-de açúcar. "DISSÍDIO 1991". pag. 15.

me referi anteriormente, a quantidade de terras que os mesmos utilizam para colocarem seus roçados é razoavelmente pequena.

A quantidade de terras ocupadas pelos roçados familiares é mínima e, em alguns casos, inferior ao tamanho mínimo necessário garantido pela lei. Como o que está na lei é um direito conquistado mas não garantido, segue a realidade de desrespeito aos direitos dos canavieiros da microrregião. Estes vão sendo "expremidos", de um lado, pela cana-de-açúcar e outras culturas comerciais e, de outro, pelo avanço da pecuária extensiva.

Este movimento de desarticulação das relações de moradia e diminuição/extinção do roçado familiar não tem nada de novo. Faz parte do processo de transformação pelo qual passa a microrregião. A quebra da relação de moradia, como coloca SIGAUD (op. cit., p. 33), é um movimento velho, de um lado, porque sempre existiu, mas novo porque desta feita é sem retorno. O destino é as pontas de rua dos municípios da microrregião ou as vilas de assalariados canavieiros nos distritos. A exemplo: Canafistula e Zumbi¹⁵.

No Brejo paraibano encontramos a atomização da situação de moradia dos canavieiros, ou seja, na microrregião, ou se consegue ser morador de um engenho, usina ou fazenda ou, quem não consegue, na sua grande maioria, vai ser morador de ponta de rua. O quadro II apresenta bem este aspecto.

15- É a dificuldade de colocar o roçado também não foge deste parâmetro. Pois sempre existiu, só que desta feita, encontra-se com um setor enfraquecido diante da ameaça de desemprego que passam os canavieiros e ganhou força com o avanço da pecuária e o declínio da cultura alcooleira/açúcareira.

Quadro 11 – Situação da moradia dos canavieiros entrevistados

Condição	V.A	V.R
própria	22	44%
alugada	05	10%
paga só o chão	04	8%
do dono da terra pagando aluguel	02	4%
do dono da terra não pagando aluguel	17	34%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo

Se observarmos bem, ao questionarmos os entrevistados quanto a situação econômica de suas moradias dois números chamam a atenção: a quantidade dos que são proprietários das casas onde residem e a dos que moram na casa de propriedade do dono da terra não pagando aluguel. Ora! o que podemos inferir daqui é que: em sua grande maioria os canavieiros do brejo, ou ainda são moradores ou se encontram nas pontas de ruas dos municípios. Este fato fica claro porque dos 44% que aparecem como proprietários de suas residências, a maioria absoluta destas se encontram localizadas em pontas de rua e, os 34% que declaram não serem proprietários, nem pagarem aluguel, são na verdade moradores dos proprietários. Estas duas categorias somam 78% do total, isto é, de uma forma ou de outra, bem ou mal, boa parte dos canavieiros ainda se mantém como morador, não pagando aluguel, e os que vão para as pontas de rua, na sua grande maioria são proprietários de suas "casas"¹⁶.

16- Seria mais realista chamá-las de "casebres", pois são de taipa, não possuindo as menores condições de higiene e segurança. Estas são adquiridas, em geral, quando da saída da propriedade onde era morador, compram geralmente com o pouco dinheiro da venda dos bens.

1.3.4 – O trabalho familiar no roçado

O trabalho no roçado é a expressão de união da família canavieira na luta pela sobrevivência. Nele se expressa a unidade da célula familiar na luta para produzirem alguns bens materiais necessário à sua subsistência. Assim como é fundamental o trabalho assalariado na palha da cana para manutenção da família canavieira, também é imprescindível o trabalho da família no roçado.

Na microrregião estes dois tipos de atividade econômica são características pois, com a plantação da cana, que é tradicional na mesma, convive a pequena produção de alimentos expremida entre os canaviais e o latifúndio pecuário extensivo.

A resistência dos canavieiros em manter seus roçados é grande e isto tem gerado conflitos na microrregião que se caracterizam pela morte das principais cabeças pensantes do movimento sindical local. Segundo relatório da CUT/REGIONAL/BREJO¹⁷ "a luta pela terra na microrregião, começa sobretudo, a partir dos anos 80, Entre 1980 e 1987, foram registrados 28 conflitos coletivos de maior dimensão em 11 municípios (sem considerar os conflitos menores e os conflitos individuais), que envolveram cerca de duas mil (2.000) famílias, isto é, aproximadamente treze mil (13.000) pessoas".

Esta luta pelo pequeno pedaço de terra não é uma luta individual, apenas do canavieiro, é do conjunto da categoria e neste conjunto inclui-se também a sua família. Esta por sinal, tem no roçado a expressão maior de meio de trabalho pois, é na grande maioria a família do canavieiro quem toca o roçado para frente.

17- Relatório do 1º Congresso da CUT – Regional Brejo paraibano. Guarabira 28,29,30 de julho de 1989. p.19.

Quadro 12 – Membros da família que tomam conta do roçado

Membros	V.A	V.R
Chefe de família	6	17%
Ele e a esposa	8	22%
Ele, esposa e filhos	18	50%
Esposa e filhos	3	8%
Só os filhos	1	3%
Total	36	100%

Fonte: pesquisa de campo.

No quadro 12, vemos que dos canavieiros que fizeram parte da pesquisa e que possuíam roçado, a grande maioria (50%) destes roçados eram cuidados pela família como um todo, ou seja, o trabalho no roçado era revesado entre o chefe de família, a esposa e os filhos, ou por ambos. Destes que possuíam roçado, apenas 17% dos mesmos eram cuidados apenas pelo chefe de família. Este não é um fato comum, pois expressa em geral, famílias de canavieiros que ainda não têm filhos, ou se tem, não trabalham no roçado por motivos que não nos cabe aqui analisar. Em geral estes motivos são afastamento da casa dos pais devido casamento ou migração. Ainda no quadro 12, a porcentagem de 22% que aparece de roçados que são cuidados apenas pelo chefe de família e pela esposa não é regra geral. O mais comum é toda família participar do trabalho no roçado, a exceção dos filhos que casam e passam a constituir uma nova unidade produtiva independente da dos pais.

A prioridade para o chefe de família e para os filhos homens é o trabalho assalariado na palha, enquanto que as filhas mulheres e a esposa trabalham mais no roçado familiar. Contudo, em determinados períodos do ano, estas também vão trabalhar na palha, isto na adubação, plantio e limpa da cana. O trabalho feminino no corte, enchimento e cambitagem não é fato comum na micro região.

A prática de fazer mutirão para trabalhos no roçado não é comum entre os canavieiros da localidade. Entre os entrevistados, apenas 20% tinham o costume de fazê-lo, e isto em apenas algumas ocasiões. Os 80% restantes, nunca o fizeram. É fácil imaginar-se o porque: os seus roçados são tão pequenos que facilmente são tocados pela família canavieira.

Uma outra característica rara entre os canavieiros mini-produtores da microrregião é a criação de animais. 60% deles não tem nenhum tipo de criação e os que têm, possuem um ou dois jumentos que servem para carregar cana, ou quando muito, se encontra algumas galinhas no "terreiro" da morada que servem para o consumo da família. Isto em ocasiões especiais como: batizados, casamentos, etc.

1.4 – A situação da moradia nas pontas de rua

Desfeita a relação de moradia que mantinha o trabalhador canavieiro no meio rural é tomado o seu pequeno lote de terra utilizado para o plantio das culturas de subsistência, estes partem para o meio urbano perdendo assim, a condição de morador de engenho, usina ou fazenda e passando a se caracterizarem por "canavieiros assalariados de ponta de rua", ou "trabalhadores volantes da cana", ou ainda "trabalhadores canavieiros temporários".

Temporários porque deixam de fazer parte de um círculo de trabalhadores, em geral "fichados"* que se reproduzem quase que exclusivamente durante a safra e a entresafra dos canaviais. Estes temporários passam a ter emprego certo na palha apenas nos períodos de piques da safra, passado este período, o futuro com relação ao trabalho na palha é incerto. E, volantes, porque passam a fazer parte de um exército de trabalhadores que se deslocam quase que constantemente de uma para outras zonas canavieiras para trabalharem.

Estes ex-moradores, são expulsos da morada no meio rural e passam a residir nas pontas de rua dos municípios que se situam na zona canavieira. Na tabela 13, encontra-se as porcentagens de trabalhadores canavieiros localizados na zona urbana e rural.

* Trabalhadores que possuem carteira de trabalho assinada.

Tabela 13 - Residência dos entrevistados por área rural/urbana nos três municípios pesquisados

Municípios	Al. Grande		Pilões		Arcia		Total
Urbana	22	79%	2	7%	4	14%	28
Rural	08	36%	8	36%	6	28%	22
Total de questionários	30	60%	10	20%	10	20%	50

Fonte: pesquisa de campo.

Nesta tabela, o número de trabalhadores que fixam residência na zona urbana é de 28, ou 56% do universo pesquisado, ficando os 46% para a zona rural. Este é um percentual relativamente alto – 56% na zona urbana – se considerarmos que a maioria se instalou nas pontas de rua dos municípios a menos de uma década. A grande maioria dos pesquisados que se encontram na zona urbana é de Alagoa Grande (79%). Contudo, este índice superior aos demais municípios sofre a influência do fato de ter sido em Alagoa Grande que mais aplicamos questionários (um total de 30).

A tabela 14 não deixa dúvidas quanto ao aumento da população da zona urbana em relação à rural nas zonas canavieiras do Estado da Paraíba.

Tabela 14 - População Existente na zona canavieira paraibana por área urbana e rural. 1970 - 1980

Micro-regiões homogênea	1970			1980			V. P (%)	
	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural
Litoral Paraibano	340.573	149.154	489.727	456.975	127.639	584.614	34,2	-14,4
Agro-Pastorio do Baixo Paraiba	56.720	86.238	142.958	74.901	75.975	150.874	32,1	-11,9
Piemonte da Borborema	73.178	132.022	205.200	79.624	123.179	202.803	8,8	-6,7
Brejo Paraibano	26.070	102.618	128.688	20.763	86.728	107.491	-20,4	-15,5
Zona Canavieira	496.541	470.032	966.573	632.263	413.519	1.045.782	27,3	-12,0

Fonte: Censo Demográfico, 1970 - 1980

Nesta tabela, observamos que a zona urbana apresentou um crescimento positivo na sua população de 27,3%, enquanto que a zona rural apresentou um crescimento negativo de 12,0% entre 1970 a 1980. Veja que a população urbana em 1970 era superior a população rural neste mesmo ano. Contudo, a diferença era bem pequena (496.541 para a urbana e 470.032 para a rural). Em 1980, o quadro se modifica e a zona urbana passa a ter um número de habitantes muito superior à rural (632.263 na urbana e 413.519 na rural).

A consequência não podia ser outra, senão um amontoado de trabalhadores rurais morando nas mais precárias condições nas pontas de rua dos municípios destas áreas, provocando o "inchaço" e um novo tipo de problema social pois, estes municípios não dispunham de nenhuma infra-estrutura para absorver, sem provocar impacto, tal crescimento populacional. A chegada deste "leque" de trabalhadores nos municípios pesquisados, causou substanciais alterações no espaço urbano dos mesmos. Principalmente nos municípios de Areia e Alagoa Grande, que têm nas suas pontas de rua o retrato perfeito dos bolsões de miséria dos assalariados canavieiros. Quando a crise

no mercado de trabalho apertada e a grande maioria não consegue de forma alguma recursos para alimentação, os perigos de saques tornam-se uma constante. A forma de amenizar tal tensão parte da igreja, sindicatos, prefeitura e de alguns donos de engenho ou usina, quando da distribuição de cestas básicas para as famílias que estão passando fome¹⁸.

A saída do engenho para o meio urbano tem na microrregião um destino certo – assim como nas demais zonas canavieiras de outros Estados: Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio G. do Norte, etc. – as pontas de rua. O quadro 13 deixa explícita esta realidade.

Quadro 13 e 13.1 – Origem da Moradia (rural/urbana)

Origem	V.A	V.R
Zona urbana	28	56%
Zona rural	22*	44%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo

* Entre estes estão os moradores de engenho, fazenda, usina e outros.

Local	V.A	V.R
Ponta de rua	26	93%
Bairro central	02	7%
Total	28	100%

Fonte: pesquisa de campo

Neste quadro, observamos que dos 28 canavieiros que moram no meio urbano, 93% quando da saída do campo, tiveram como destino final as ponta de ruas dos municípios, apenas dois (02) moram em bairros centrais (quadro da direita 13.1) contudo, esta excessão tem sua explicação lógica. Um, entre os dois é empreiteiro, além de ser canavieiro junto com cinco filhos e de ter duas filhas que são professoras e o outro consegue morar num bairro central por ter uma renda extra que vem de um ponto comercial que o mesmo tem no município. Com certeza se dependessem, única e exclusivamente da venda de sua força de trabalho não estariam no local onde estão.

¹⁸- Estas famílias não dispõem, na sua grande maioria, nem do pequeno roçado para manter na mesa o feijão e a farinha.

1.4.1 – Constituição das pontas de rua

As pontas de rua são áreas ocupadas por ex-moradores do campo nos municípios circunvizinhos às suas antigas localidades de morada no meio rural. O nome "ponta de rua" caracteriza a forma de ocupação da população das mesmas pois, os que no município chegam, vão ocupando as partes periféricas dos municípios dando continuidade as ruas já existente no mesmo. Geralmente as pontas de rua surgem nas entradas e saídas dos municípios. Os terrenos onde os trabalhadores formam seus bairros se situam em áreas menos valorizadas da localidade, são locais de difícil acesso e geralmente sujeitos a inundações nos períodos de chuva, ou quando é o caso, queda de barreiras das encostas dos morros¹⁹. Estes bairros – pontas de rua – constituem em verdade bolsões de trabalhadores das regiões em que se encontram, são trabalhadores proletarizados do meio rural que, na maioria, residem na área urbana.

A chegada a estas pontas de rua geralmente são planejadas. Isto quando não se dá através de expulsão conflituosa do campo de uma massa de trabalhadores rurais. Como na microrregião a expulsão de trabalhadores tem seguido uma lógica formal de "acordo" entre o trabalhador e o proprietário, a maior parte dos que chegam nas pontas de rua nos três municípios pesquisados, geralmente o fazem de forma organizada. Ou seja, mesmo quando a mudança não é de sua vontade, terminado o tempo do "acordo" com o proprietário, estes partem para um determinado local na ponta de rua, este local, por sua vez, é arranjado previamente por um compadre que já se encontra instalado ou pelo antigo patrão com quem morava.

A aquisição das casas pode ser feita através de aluguel, compra ou construção. Em geral se faz uso da compra ou construção pois os canavieiros possuem uma certa aversão ao pagamento de aluguel, uma vez que este é oneroso para o orçamento doméstico e representa uma relação de dependência entre inquilino e proprietário. Contudo, alguns são obrigados a fazerem uso do mesmo uma vez que não tem condições de comprar uma casa ou construí-la.

19- Este é o caso de Areia e Alagoa Grande, que tem boa parte dos seus canavieiros morando nas encostas de morros.

A compra da casa é feita com recursos provenientes de uma pequena poupança prévia no meio rural, assim como a construção da mesma. A compra envolve apenas uma relação comercial entre o comprador e o vendedor que se encerra com o fechamento do negócio. Já a construção, envolve relações de amizade e vizinhanças existentes antes da mudança. Pois, quando da construção, o terreno e o lugar da "obra"²⁰, a execução da mesma e as condições de sua realização, vão expressar o esforço de um conjunto de indivíduos, desde familiares, antigos vizinhos do campo, compadres e até, em alguns casos o esforço do ex-patrão²¹.

1.4.1.1 – Retrato das pontas de rua

O cotidiano nas pontas de rua é característico das mesmas. Durante os dias úteis, logo que o dia amanhece, tem início o movimento de pessoas para um lado e para outro. Uns partem em direção ao roçado, outros ao canavial, as crianças logo começam a brincar nos terreiros. O movimento de caminhões de carga, tratores, animais acusam que esta se iniciando mais um dia de trabalho. Aproximadamente as 8:00 hs o movimento tem uma rápida diminuição pois, os que tinham que ir para o trabalho lá já se encontram ou a caminho estão. O movimento nas ruas passa a ser quase exclusividade das crianças que brincam aos olhos dos mais velhos que já não têm condições de trabalharem e ficam sentados nas pequenas janelas com o olhar fixo para a rua aparentando ser uma fotografia. Seus rostos expressam uma vida de muito trabalho e sofrimento e um futuro incerto. É como se eles estivessem sentados, olhando para o tempo e fazendo a única coisa que podem: esperar a morte chegar.

Dentro das pequenas casas, a fumaça que sai pelo telhado denuncia que o almoço está sendo preparado e que a mulher também já iniciou sua jornada doméstica. Um varrem a casa, outras caminham pelos estreitos caminhos que levam aos rios, córregos e lagos com bacias cheias de roupas para lavarem. A garotada acompanha as mães, para eles tudo é diversão, se as mães permanecem em casa, cuidando dos afazeres domésticos, estes brincam na rua ou no pequeno "quintal" com seus brinquedos de latas, caixinhas

20- Geralmente, quando vão construir a casa, a mesma se situa próxima aos seus antigos vizinhos do campo.

21- Alguns patrões com a intenção de se verem livres de seus trabalhadores, compram casas ou terrenos nas pontas de rua e os oferece, prometendo também a oferta de emprego para o mesmo na sua propriedade.

de fósforo e carteiras de cigarros vazias que para eles representa dinheiro. Se elas vão lavar roupa, estes brincam na água, se já tem idade ajudam a mãe a enxaguar e espalhar a roupa na grama ou cerca para que venha a secar. Vale salientar que estas crianças são ainda bastante novas, possuem idade que varia de 1 a 5 anos pois, as que têm um pouquinho mais de idade já ajudam os pais ou irmão no trabalho da cana ou no roçado quando o família o possui.

Durante toda manhã e parte da tarde a rotina é esta. Hora do almoço – em torno de meio dia (12:00) – todos se recolhem para casa, salvo aqueles que estão nos canaviais e roçados mais distantes. Estes levam sua comida de casa quando saem pela manhã para o trabalho²² ou cozinham no local de trabalho. Depois da metade da tarde a rotina começa a se modificar. As mulheres sentam-se em grupos de frente a algumas casas e passam a conversar sobre o cotidiano e a observar as crianças brincando na rua e o movimento da mesma. A presença de estranhos na ponta de rua muda completamente o comportamento de seus moradores. Todos passam a observar o estranho com muita atenção. Quando da nossa chegada a estes locais, no primeiro contato com os moradores, onde o “gelo” ainda não havia sido quebrado, o olhar dos mesmos era de apreensão e curiosidade, as crianças se afastavam de nós e nos olhavam com um certo temor procurando abrigo perto das mães ou avós. Quebrado o gelo, depois de algumas visitas o clima era de descontração.

A noite vai chegando e com ela vem os que haviam partido para o trabalho no campo. O movimento nas ruas aumentam, aos poucos começam a chegar os canavieiros com seus facões pendurados de um lado e a marmitta em outro. Os radinhos de pilha começam a transmitir programas de cantorias nordestina. A grande maioria sintoniza uma das rádio de Guarabira que é a AM Rural, de expressiva audiência entre os canavieiros da localidade. A calma volta às ruas no horário do jantar e logo após elas ganham novo movimento, desta feita, são canavieiros reunidos em grupo, na maioria compadres, que conversam quase sempre sobre o trabalho na palha. O roçado, o pagamento, a localidade onde estão trabalhando e outros são os assuntos prediletos destes grupos. As comadres também prosseguem entre si. E em alguns casos, se reúnem em uma casa que tenha televisão para assistirem a programação. Como são poucos os aparelhos de TV da comunidade, quem as possui, geralmente, em determinados horários estão sempre com a casa cheia de indivíduos que estão a assistir. Aproximadamente às

²²- Daí a denominação “bóia fria”, pois quando vão comer a comida já se encontra fria.

20:00 hs, mais uma vez a rua parece não ter mais vida. A grande maioria se recolhe para dormir pois, a noite é curta e a próxima jornada de trabalho que os espera no dia que vai nascer é longa.

Chega o sábado e com ele a feira. Todos se deslocam para a praça ou para o mercado local onde geralmente se situa a feira. O movimento é grande e, quando a feira é realizada no domingo, o número de famílias canavieiras também. Nas pontas de rua carrinhos de mão vão, carrinhos de mão vêm, balaio vai, balaio vem, discrevendo o percurso da alimentação básica comprada na feira para o sustento da família canavieira. Os homens se reúnem nos bancos de bebidas da feira e tomam pinga com tira-gosto. Enquanto a feira significa para muitos a fonte de renda e trabalho, para outros representa um local de encontro e gasto da renda. Para estes últimos, a volta para casa significa o fim do pouco salário que ganhou durante a semana. Agora é sobreviver com o que conseguiu comprar e esperar pelo próximo salário, se houver o próximo. Ou seja, se conseguir trabalhar na próxima semana.

O sábado e o domingo é também o dia que tiram para resolverem qualquer problema na sede do sindicato local, foi neste dias que tivemos oportunidades de conversar livremente com alguns canavieiros – homens, mulheres e crianças – sobre sua realidade e da microrregião.

O domingo pela manhã ou à tarde, é o dia em que a maioria coloca a melhor roupa que tem²³ e vai para a missa, culto ou praça passear. O município fica com um clima festivo e os canavieiros se misturam ao restante da população da cidade. Contudo, os canavieiros são facilmente distinguidos dos demais moradores do município pela forma de se vestirem, pela conversa que desenvolvem e pelos locais que frequentam.

Em época de política – principalmente nas campanhas para prefeito e vereador – o clima destas campanhas toma conta das ponta de rua, é raro encontrar uma casa que não tenha colocado em sua faixa principal a foto de um ou outro candidato e a conversa nos círculos do que se reúnem não é outra senão política. Quem ganha ou quem perde, quem é melhor ou pior. Esta é a discussão entre eles.

Um fato que chamou a atenção nos municípios pesquisados, foi a quantidade de mendigos e meninos de rua nos mesmos, principalmente em Alagoa Grande e Arçua. Onde quer que se chegue: feira, sindicato, mercearia, rodoviária, praças, igrejas, etc. tem

²³- Geralmente eles só mudam de roupa no final de semana, passam a semana com a roupa do trabalho no canavial.

sempre alguém pedindo e na maioria das vezes não se encontra só, mas em grupo. A maioria dos meninos de rua são filhos de canavieiros que moram nas pontas de rua dos municípios da microrregião.

1.4.2 – A moradia nos engenhos, fazendas e usinas

A casa do trabalhador canavieiro morador, não difere muito no seu aspecto geral umas das outras. Nos engenhos, as casas são em geral de alvenaria não contendo rebôco e com a cobertura de telhas. As mais antigas ainda são de taipa cobertas com palhas de coqueiros. Em geral, todas as casas dos moradores de engenho tem o piso de barro batido e não possuem sanitário. As necessidades fisiológicas são feitas no mato, nas redondezas da morada. A mesma não possui água encanada nem luz elétrica. Entre as famílias canavieiras que foram pesquisadas 58% tinha luz elétrica instalada em suas casas. Os 42% restantes, ainda faziam uso da "lâmparina" de gás para iluminação da casa. Destes 42% que não dispunha de luz elétrica, 80% se localizava no meio rural.

Índices parecidos foram obtidos no quadro 31 com relação a disposição de água encanada em suas residências para seu uso. Do total de famílias entrevistadas, 52% tinha água encanada nas suas casas, enquanto que 36% consumiam água de cacimba, 6% de poço e 6% de rio. Veja que 48% das famílias entrevistadas não consumiam água tratada, uma vez que as mesmas, quando não tem água encanada, não costumam ferver ou filtrar a água para o consumo humano. A quase totalidade destes 48% se localiza no meio rural.

A localização das casas dos moradores nos engenhos e fazendas de cana são diferentes da localização das mesmas nas usinas. Nos engenhos e fazendas as moradas ficam dispersas umas das outras. Em geral, cada casa se situa às margens de um córrego ou outra fonte qualquer de água natural. Nestes o roçado é nas proximidades da residência e a manutenção da casa é feita pelos próprios moradores, para tal, quando da necessidade de melhorias nas casas, é comum os moradores realizarem na forma de mutirão.

Nas usinas a localização das casas é caracterizada pela sua aglomeração em um determinado setor. No caso da usina Santa Maria, existe o que os administradores das

mesma chamam de "agrovilas". Estas são vilas de casa de moradores da usina bem parecidas com casas de conjunto habitacional, não no aspecto físico, mas na distribuição das mesmas. São feitas obedecendo uma determinada ordem retilínea e com o mesmo modelo, desde a fachada principal até os cômodos internos das mesmas. As "agrovilas" ficam geralmente próximo a indústria (usina) e os roçados dos que nelas moram – quando tem roçado – ficam em áreas mais distantes que nos engenhos e fazendas. Nem todos os moradores da usina residem nas agrovilas, pois existem também residências espalhadas pelas terras da mesma, possuindo estas as mesmas características das moradas nos engenhos.

Teoricamente a manutenção – reparos e melhorias – das casas são feitas pela usina, isto só teoricamente pois, na verdade, já há muito que os próprios moradores é quem vem assumindo tal responsabilidade.

A distribuição por município e estabelecimento das famílias canavieiras que se moram no campo se encontra expresso na tabela 15.

Tabela 15 - Localidade onde residem as famílias canavieiras no meio rural¹

Municípios	Al. Grande		Pilões		Areia		Total por Localidade	
Fazenda	4	18%	1	4,5%	1	4,5%	6	28%
Engenho	2	9%	6	27%	4	18%	12	54%
Usina	0	0%	2	9%	2	9%	4	18%
Total em cada município	6	27%	9	41%	7	32%	22*	100%

Fonte: pesquisa de campo.

(*) Total de residentes no meio-rural

(1) Amostra: 50 famílias.

Nesta tabela vê-se que do conjunto de famílias entrevistadas residentes no campo, 54% morava em engenho, enquanto que 28% morava em fazenda e 18% em usina. O município de Pilões é o que aparece com o maior índice de moradores rurais 41%, contra os 27% e 32% de Alagoa Grande e Areia respectivamente.

Em qualquer tipo de moradia, seja em fazenda, engenho ou usina, as características físicas das casas são praticamente as mesmas. São casas com no máximo 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e em alguns casos, que são raros, um banheiro fora da casa. A rusticidade das casas é um traço característico das mesmas.

Quadro 14 – Origem da água que os canavieiros consomem

Origem	V.A	V.R
encanada	26	52%
de poço	03	6%
de cacimba	18	36%
de rio	3	6%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo direta

1.4.3 – Saneamento nas comunidades canavieiras

Se a porcentagem de canavieiros que dispõe de água encanada não é significativa, imagine as condições das ruas em que moram com relação a instalação de saneamento básico. Em nenhuma localidade que nós estivemos – ponta de rua, engenho, fazenda usina ou distrito – encontramos a instalação de esgotos internos. Ao contrário, todos os esgotos correm a céu aberto. O problema se torna mais sério nas pontas de rua dos municípios. Em muitos casos os esgotos com os resíduos dos banheiros correm livremente pelas ruas e atingem os fluxos de água naturais, os quais servem para o consumo dos próprios canavieiros. Assim, a contaminação das águas, representa um risco permanente para a saúde, aumentando os níveis de morbidez e mortalidade entre a população canavieira que se abastece destas águas.

Um outro fator agravante é o de pouquíssimas casas disporem de banheiros para o uso familiar. Assim, as necessidades fisiológicas são feitas nas redondezas da morada. Em períodos de chuva as águas que correm das encostas contaminam as fontes de águas

naturais. Aliás, a preocupação com a higiene para a comunidade e para o canavieiro individual não é um problema simples de ser resolvido pois, não é apenas um problema econômico, mais também cultural. A exemplo, foram instalados em algumas casas banheiros com sanitários tanto nas pontas de rua como no meio rural. Estes banheiros são de lage pré-fabricada com um sanitário e fossa séptica, em alguns locais onde os mesmos foram colocados, as famílias se recusam a utilizá-la com o argumento de que: "no mato é melhor". Veja que a educação é um princípio fundamental para a melhoria das condições de vida dos canavieiros.

1.4.4 – Alimentação das famílias canavieiras

A alimentação das famílias canavieiras não difere muito da alimentação das demais famílias que vivem nos grandes centros urbanos com renda de um único salário mínimo. O básico da alimentação das mesmas é composta por grãos (feijão e arroz); turbérculos (inhame, batata) e farinha (de milho e mandioca).

A microrregião dispõe de uma excelente produção de frutas, verduras e legumes frescos, contudo, estes não são produtos valorizados na dieta básica dos canavieiros. Esta realidade é muito bem descrita pelos canavieiros de Alagoa Grande e Areia na citação abaixo:

"Agente num gosta de fóia não,
quem come fóia é gado
nós gosta é de feijão e farinha
e se tem um pedaço de peixe seco é mió né".

Canavieiro de Alagoa Grande

"Nós gosta de feijão e quarenta²⁴...
enche o bucho, ora!
essa cunvesa de comer verdura
é coisa pra rico, num é?"

24- O quarenta é um tipo de alimentação usada pelos canavieiros. Esta será melhor explicada mais adiante em momento oportuno.

fruta nós come, mais só as veis, num é?
bom é feijão cum farinha...
demora a ter fome”.

Canavieiro de Pilões

Vê-se que a preferência dada pelos canavieiros ao feijão e a farinha é pelo fato deste ser o prato que os mantêm mais tempo com o “bucho cheio” como é dito pelos próprios. Estes alimentos, assim como as raízes e os tubérculos são alimentos que demoram a ser digeridos e são de preços acessíveis e também facilmente adquiridos via plantação nos roçados.

A ingestão de proteínas por estas famílias é quase insignificante. O consumo da carne fresca, que é uma das grandes fontes de proteínas, só é possível em quantidades muito pequenas e assim mesmo, são raras as oportunidades que estes têm de comprá-las. A válvula de escape é quando conseguem manter algum tipo de criação no terreiro da casa, esta vai servir para, em momentos especiais, alimentar a família.

As crianças, estas são um capítulo a parte, sua alimentação é tão reduzida de nutrientes básicos necessários para o perfeito desenvolvimento físico/mental que torna-se impossível não se perguntar: qual será seus destinos? a resposta pode ser encontrada nos mais diversos estudos que são realizados na Zona da Mata de Pernambuco pela UFPE que comprovam que nestas localidades, estão surgindo sub-raças de seres humanos. Uma das pesquisas em andamento no Departamento de Nutrição da UFPE, revela que os canavieiros consomem apenas 1/3 do mínimo *vital* em proteína para uma sobrevivência normal.

Enfim, no geral, os trabalhadores canavieiros e seus familiares tem de sobreviver com uma alimentação muito fraca em elementos nutrientes, especialmente em proteínas, sobretudo as de origem animal.

1.4.5 – As condições de saúde

A repercussão deste quadro de insuficiência alimentar na dieta dos canavieiros se faz sentir diretamente na saúde dos mesmos. Raro é o caso de encontrarmos um que goze de perfeita saúde. Quando não são afligidos por doenças causadas pela insuficiência alimentar, sofrem de males da profissão, tais como: problemas de pulmão, coluna, constantes dores na cabeça e nas costas, etc. O quadro 15 apresenta os tipos de doenças mais comuns que afligem os canavieiros da microrregião.

quadro 15 – As doenças mais comuns entre os canavieiros

Doenças	V.A	Colocação	V.R
Coluna	48	1º	96%
Dor de cabeça	35	2º	70%
Resfriado	34	3º	68%
Inflamação dos olhos	33	4º	66%
Dor de estômago Diarréia	22	5º	44%

Fonte: pesquisa de campo.

O problema de coluna é um dos mais sérios para a profissão e aparece em primeira colocação com 96% dos trabalhadores sofrendo deste mal. Uns sofrem de forma mais aguda que outros, contudo, entre estes 96% houve unanimidade, ou sofriam constantemente ou eram pegos uma vez ou outra por uma crise que geralmente os deixa sem poderem trabalhar. Em segundo e terceiro lugar, vem a dor de cabeça e os resfriados com índices bem próximos, 70% e 68% e em quarta e quinta colocação se encontra a inflamação dos olhos com 66% e as dores de estômago e diarréia com 44% (quadro 15).

As quatro primeiras doenças que aparecem no quadro 15, são características da profissão dos mesmos. O problema de coluna, geralmente é causado pela posição curvada do tronco no trabalho do corte da cana e pelas grandes quantidades de peso levantado durante a cambitagem e enchimento de caminhão (quando o enchimento é manual). A dor de cabeça é provocada pelo longo período de exposição ao sol, assim como os resfriados e afecções das vias respiratórias tem a contribuição do sol e da água quente que tomam quando estão nos canaviais e do pêlo que a cana solta de suas folhas. A inflamação dos olhos tem como causa principal, segundo os canavieiros, também o pêlo da palha da cana.

Diante do quadro de problemas de saúde que enfrentam os canavieiros, a procura por serviços de saúde é uma constante nas vidas dos mesmos. O país de uma forma geral, ainda não dispõe de um serviço de assistência médica eficiente para os seus trabalhadores. Esta deficiência é muito mais profunda nas áreas rurais.

Na microrregião esta situação de caos na saúde pública se faz sentir com grande intensidade. Os serviços públicos de saúde municipais, estaduais ou federais dispõem de poucas instalações na localidade. Dada a incapacidade do Estado de assumir o seu papel de prestar os serviços mínimos necessários de assistência médico-odontológica, os sindicatos se encontraram na situação de se obrigarem a assumir tal responsabilidade. Assim, a maioria dos trabalhadores e seus familiares quando estão doentes não procuram as entidades públicas pelas inadequadas condições de atendimento nas mesmas, procuram quase sempre os sindicatos. Assim estes passaram a oferecer os serviços de assistência médico-odontológico. É bem verdade que estes serviços prestados também não são de boa qualidade devido a falta de recursos para a aquisição de equipamentos suficientes para prestarem tais serviços. Contudo, na incapacidade de recorrer aos serviços privados, os canavieiros fazem sua opção pelo médico ou dentista do sindicato. Este tipo de serviço prestado pelo sindicato é um fato que muito ajuda no processo de sindicalização da categoria. Um outro motivo que torna os serviços de assistência médica dos sindicatos atrativos é o fato do mesmo, na medida do possível, com a ajuda da CEME, tentar sempre fornecer gratuitamente os medicamentos para os trabalhadores e seus familiares.

Na microrregião do Brejo, já existiu uma excessão no quadro da assistência médica dos trabalhadores canavieiros da microrregião, é o caso da usina Santa Maria. Em seu apogeu, esta oferecia serviços médicos, ambulatoriais e odontológicos para seus trabalhadores de forma exemplar, isto segundo os próprios trabalhadores. Mas a crise chegou e com ela o corte das despesas. Hoje todos os serviços que a usina prestava para os canavieiros estão desativados. Salvo a escolinha primária, que aos trancos e barrancos vem conseguindo navegar no oceano tempestuoso no qual atravessa a usina.

CAPÍTULO II

2 – CONDIÇÕES DE TRABALHO

2.1 – O trabalho na palha da cana

A população de entrevistados na microrregião depende basicamente do trabalho canavieiro¹ isto é, a grande maioria tem suas atividades relacionadas com a cana-de-açúcar. Observando o quadro 16, veremos a dependência dos mesmos com relação a cana de açúcar. Esta categoria de trabalhadores aumenta constantemente na microrregião, formando um exército latente de força de trabalho para exercer as mais variadas funções tanto no campo como no meio urbano, desde que estas atividades neste último não exijam qualificação técnica.

1- Entre os entrevistados não encontramos nenhum que exercesse no momento da pesquisa atividades que não fossem relacionadas com a cana. Contudo, sabemos que existem alguns que, em determinadas épocas do ano, desenvolvem outras atividades tais como: garis, vigilantes, serventes de pedreiro, etc. Muito embora estes constituam uma minoria pois, no geral, o que a grande maioria sabe fazer é trabalhar nos canaviais. A capacitação para outros empregos é mínima entre os canavieiros.

Quadro 16 – Tempo em que Trabalhou na Cana em 1991

Tempo/mês	V.A	V.R
Menos de 1	2	4%
1 ---- 3	3	6%
4 ---- 6	18	36%
7 ---- 9	6	12%
10 ---- 12	21	42%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro podemos perceber que uma significativa parcela dos trabalhadores (42%) desenvolveram atividades no canavial durante 10 a 12 meses no ano de 1991; outros (36%) trabalharam de 4 a 6 meses neste mesmo ano. A magnitude expressada pela faixa que vai de 10 a 12 meses trabalhados no ano, mostra que uma proporção significativa de trabalhadores tem ocupação quase permanente no trabalho da palha. Por outro lado, observa-se que uma ampla proporção de trabalhadores (58%), que corresponde a faixa de 7 a 9 meses trabalhados e inferiores a esta, são trabalhadores *temporários*.

Aliás, o índice de 42% no quadro 16, que corresponde a faixa de tempo de 10 a 12 meses trabalhados no canavial, não representa um período de trabalho contínuo num único estabelecimento, uma vez que é comum que os trabalhadores passem de um emprego para outro sempre buscando uma melhor oportunidade.

Assim, este índice é mais uma expressão de uma fração de trabalhadores que tem como ocupação quase que exclusiva o trabalho no canavial. Finalmente se somarmos o conjunto de trabalhadores que trabalharam no canavial, no mínimo 7 meses e no máximo 12 meses (12% + 42%), vamos encontrar o expressivo índice de assalariados

que trabalharam mais ou menos regularmente em 1991. Este fato vem indicar que o trabalho na palha é a atividade principal de significativa parcela da população da microrregião.

Quando do trabalho nos canaviais, as dependências para abrigar os trabalhadores são quase inexistentes e, quando existem, as condições de pousada são péssimas. Entre os canavieiros que estavam trabalhando, 36% respondeu que havia algum tipo de construção que servia como pousada para o descanso após o trabalho. Os 64% restantes, afirmaram não haver estas construções ou não fazerem uso das mesmas no caso de haver. As construções para abrigá-los são, regularmente, galpões coletivos. Estes são construídos em alvenaria sem reboco e dentro dos mesmos existe uma série de linhas de madeira que tem como finalidade segurar o teto e servir de cabide para que os canavieiros armem suas redes para dormirem.

Onde não existe estes barracões, os trabalhadores volantes, em geral, se hospedam em barracos que são alugados por eles mesmos² ou pelos empregadores que os levaram para o local de trabalho. Na nossa pesquisa, não encontramos nenhum trabalhador que não tivesse onde dormir. Contudo, segundo relato de alguns entrevistados, os mesmos afirmaram que há casos em que os canavieiros dormem ao relento — embaixo da copa de árvores — durante todo o período em que se encontra no local de trabalho, período este que geralmente dura toda a semana. Isto, segundo os próprios canavieiros, geralmente ocorre com aqueles trabalhadores que não podem ou não se dispõem a pagar aluguel de um barraco numa ponta de rua ou que não foram trabalhar naquele local por via de empregador.

Alguns trabalhadores afirmam que, neste ponto, é bom trabalhar com o empregador, sobretudo quando se vai para um local de trabalho distante da morada. Isto porque o empregador quando os leva, já tem preparado uma pousada para suas turmas, seja no barracão do proprietário da usina ou em barracos alugados nas pontas de rua do distrito ou município mais próximo do canavial onde estão desenvolvendo suas

2- Os canavieiros se juntam em turma para alugarem um pequeno barraco na ponta de rua pois, mesmo sendo um aluguel muito baixo, este representa um gasto oneroso para o salário do trabalhador. Assim o aluguel em grupo torna-se menos dispendioso.

atividades. Esta preocupação dos empreiteiros em preparar o local de repouso dos seus trabalhadores é reconhecido como mérito, pelos próprios canavieiros, e pelos sindicatos pois, caso assim não for, se denunciado por algum trabalhador, a denúncia pode sair com um custo muito alto para o empreiteiro, uma vez que o sindicato pode ir em cima do mesmo com a força da lei.

Neste contexto, uma quantidade significativa dos trabalhadores canavieiros têm como a principal fonte de renda o assalariamento. O quadro 17 apresenta esta situação.

**Quadro 17 – Meses trabalhados como assalariado no ano de 1991
– incluindo o trabalho na cana e demais empregos –**

Tempo	V.A	V.R
Menos de um mês	0	0%
de 1 a 3 meses	4	8%
de 4 a 6 meses	19	38%
de 7 a 9 meses	6	12%
Acima de 10 meses	21	42%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro, vê-se que uma significativa fração de canavieiros (42%) trabalhou durante quase todo o ano de 1991 como assalariados, seja nos canaviais ou em outras atividades agrícolas, enquanto que 38% deles trabalham, no mínimo 1/3 do ano em atividades assalariadas. Entre estes últimos estão aqueles que dividem o ano em atividades assalariadas e trabalho no roçado, ou aqueles que passam uma boa parte do ano sem atividade produtiva remunerada. Veja que tanto o quadro 17 como o quadro 16 (pág. 89), nos mostram dois tipos específicos de assalariados na microrregião. Uma maioria que trabalha como assalariados durante praticamente todo ano (42% quadro

17) e (42% quadro 16) e os que trabalham como assalariados apenas uma parte do ano – geralmente trabalham de 1/3 a 1/2 do ano – (38% quadro 17) e (36% quadro 16).

Para uma significativa proporção de trabalhadores canavieiros, parece que a atividade canavieira é um “ofício herdado” de seus antepassados e, a reconstituição de suas vidas, significa a reconstituição da história da cana-de-açúcar na microrregião. Este suposto baseia-se nos dados do quadro 18.

Quadro 18 – Tempo de trabalho vinculado a atividade canavieira

Tempo / anos	V.A	V.R
menos de 1	4	8%
1----2	1	2%
3----5	0	0%
6----9	4	8%
10----25	22	44%
25----acima	19	38%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro vemos que a grande maioria dos canavieiros tem laços com a cultura da cana já a mais de 10 anos – 82% destes, que é a soma dos dois últimos períodos de tempo – . Os 44% que trabalham entre 10 a 25 anos nos canaviais, são o retrato do avanço da cultura via incentivos ao programa do Proálcool e, os 38% que já carregam nas costas a dura marca de mais de 25 anos de trabalho na palha da cana, são a presença forte de que a cana-de-açúcar é uma cultura que fez e faz história na região Nordeste.

A dependência que estes trabalhadores sofrem por terem sua reprodução social atrelada a oferta de emprego nos canaviais varia de acordo com o tempo que os mesmos

têm como canavieiros. Quanto mais antigos na atividade, mais dependentes são do assalariamento na palha.

2.1.1 – A jornada de trabalho

O dia de trabalho dos canavieiros começa com a chegada das primeiras horas do amanhecer. Em geral, entre 4 e 5 horas da manhã os trabalhadores já se encontram de pé. Alguns partem para o canavial a pé, outros ficam na espera do transporte, quando este é o caso.

Os trabalhadores que vão trabalhar no Litoral do Estado, com partida da microrregião geralmente na segunda-feira, acordam bem cedinho neste dia e se deslocam para o ponto de encontro com o empreiteiro o qual fornece o transporte. Chegado no local de trabalho, passam a cumprir uma jornada que, para alguns, não há interrupção para o almoço, ou seja, começam a trabalhar entre 6 e 7 horas da manhã e só vão parar no final da tarde – entre 16:00 e 17:00 horas –. Esta jornada de trabalho corrida se dá pelo fato dos mesmos trabalharem por produção e a parada para o almoço representar uma “perda” de tempo uma vez que muito deles fazem a comida no canavial.

No caso destes, a solução encontrada é a jornada de trabalho corrida com a principal refeição – almoço – sendo feita entre o fim da tarde e o início da noite. Os que fazem esta opção trabalham em média dez horas corridas por dia.

Mas, há aqueles que optam por parar para o almoço. Os que assim o fazem têm uma jornada de trabalho um pouco inferior aos demais, pois segundo os mesmos, “o almoço mata a fome, mas deixa a tarde preguiçoso”. A jornada de trabalho para estes é em média de 8,5 horas, começando às 7:00 horas da manhã com uma parada às 11:00 e retornando às 12:30 horas com o encerramento do expediente, em geral, às 17:00 horas.

Em casos extremos, estes trabalhadores, em períodos de pique da safra, prolongam suas jornadas de trabalho até às 18:00/19:00 horas. O trabalho noturno no campo não

é um fato comum na microrregião, a excessão fica para os casos de queima do canavial pois, a "queima" é quase sempre feita à noite, mesmo assim, este trabalho ocupa um número muito reduzido de trabalhadores.

O quadro geral que podemos apresentar com relação aos canavieiros pesquisados, não diverge da realidade da categoria em outras regiões canavieiras da Paraíba ou de outros Estados. A jornada de trabalho dos mesmos foi em média de 9,02 horas, sendo que esta média representa apenas as horas de trabalho no próprio canavial. Ou seja, não conta o tempo com deslocamento para o canavial, nem a parada para fazer o almoço, quando este é o caso, levando em consideração tais fatores, o dia de trabalho do canavieiro vai ser totalmente preenchido pelo trabalho na palha, o que lhes sobra é a noite de sono para o repouso.

2.1.2 – O transporte

O transporte mais utilizado para levar os trabalhadores da microrregião para o trabalho é o caminhão de carga. Este dado aparece no quadro 19.

Quadro 19 – Meio de transporte utilizado para ir ao trabalho

Meio	V.A	V.R
A pé	21	42%
Veículo de tração animal	2	4%
De trator	1	2%
Caminhão de carga	25	50%
Ônibus	1	2%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro vemos que 50% dos trabalhadores canavieiros entrevistados usam como meio de transporte para chegar ao trabalho o caminhão de carga. Enquanto que 42% deles iam a pé para o trabalho. Estes 42%, representam aquela parcela de canavieiros que estavam trabalhando nos canaviais da microrregião nas propriedades próximas a suas moradias, portanto, regra geral, são os que moram nas fazendas, engenhos e arruados próximos ao local de trabalho. Já os 50% que disseram está fazendo uso do caminhão de carga para ir ao trabalho, representam aqueles que trabalham em outras microrregiões canavieiras ou em propriedades distantes da moradia. São estes trabalhadores que geralmente fazem parte das turmas de empreiteiros. São os chamados volantes.

O transporte é fornecido pelo patrão ou pelo empreiteiro para quem trabalham e, portanto, regra geral, não é descontado nenhuma fração do salário para o pagamento da condução. Até mesmo porque se assim o fosse, os trabalhadores, provavelmente, hesitariam em ir trabalhar em localidades mais distantes. Contudo, mesmo não havendo uma forma de cobrança direta do meio de transporte, sabemos que na porcentagem do empreiteiro já se encontra incluída a despesa que o mesmo terá com o transporte dos trabalhadores, ou seja, o desconto pelo transporte se dá na forma de pagamento indireto.

A falta de segurança no transporte dos trabalhadores para o local de trabalho é uma constante. Em diversos pontos, o acordo firmado no Dissídio Coletivo da categoria com relação as condições de transporte dos trabalhadores não é respeitado. A cláusula trigésima quarta, que trata da **Segurança dos Transporte dos Trabalhadores** diz o seguinte: "Os veículos destinados ao transporte dos trabalhadores rurais deverão satisfazer as condições técnicas e de segurança, conforme definida na legislação específica (parágrafo segundo do artigo 87, do regulamento do código de trânsito), ou seja, bancos fixos, cobertura e local separado para as ferramentas, ficando ainda proibido o transporte de defensivos agrícolas e adubos juntos com os trabalhadores.

Parágrafo Primeiro – O transporte será feito sem ônus para os trabalhadores, desde o ponto de recolhimento até o local de trabalho, e vice-versa, e de uma propriedade para outra.

Parágrafo Segundo – O transporte dos trabalhadores rurais terá que atender as normas de segurança exigida pelos órgãos fiscalizadores do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e Delegacia Regional do Trabalho (DRT).³

Na sua totalidade, esta é mais uma cláusula do Dissídio que não é respeitada. Os caminhões não têm cobertura ou bancos, nem tampouco lugar separado para o transporte das ferramentas. É comum ocorrer pequenos acidentes entre os trabalhadores que fazem uso do caminhão de carga para irem ao trabalho, isto quando da necessidade de uma freada brusca, passagem do veículo por buracos ou uma entrada um pouco mais rápida que o normal em curvas. Nestes casos ocorre que as ferramentas (foices, estrovencas, facões, enchadas, etc.) que são carregadas penduradas em suas cinturas ou simplesmente jogadas no assoalho da carroceria, se transformam em uma ameaça para a segurança do trabalhador.

Na sua grande maioria, os caminhões são dos tipos utilizados para o transporte de cana-de-açúcar, não possuindo nem mesmo as grades laterais, mas sim, suportes de ferro que servem para apoiar a carga de cana. Estes tipos de caminhões de carregar cana são, comumente, transformados pelo período de algumas horas em transportes de trabalhadores, que ficam constantemente expostos a sérios acidentes.

O mais sério ainda é quando do uso destes caminhões para transportar trabalhadores junto com outros tipos de carga, até mesmo de cana. Neste caso os trabalhadores vão em cima da carga. Na usina Tanques este tipo de transporte foi proibido pela administração da mesma pois, a dois anos atrás morreram três canavieiros, em períodos diferentes, por terem caído de cima da carga. Um destes canavieiros morreu porque bateu com o corpo contra um fio elétrico de alta tensão quando o veículo entrava na cidade de Alagoa Grande. Assim, a administração da usina não permite mais

3- Os direitos dos trabalhadores da cana-de-açúcar (Dissídio Coletivo 1991).

o transporte de trabalhadores em cima de cargas, nem mesmo de carona. Veja que esta não permite o transporte em cima de carga, mas em caminhão de carga...

O ônibus não é encontrado na microrregião como meio de transporte para os trabalhadores. Segundo os canavieiros locais, são raras as vezes que as usinas fretam ônibus para transportá-los. Nenhuma das duas usinas – Tanques e Santa Maria – dispõe de ônibus para o transporte de trabalhadores ao campo. Este meio de transporte é mais comum de ser encontrado nas usinas do Litoral.

2.1.3 – A alimentação no canavial

A alimentação nos canaviais é das mais simples – pra não dizer incompleta – que possa existir. O cereal básico é o feijão e o arroz acompanhados pela farinha de milho ou de mandioca, contudo, não é sempre que o prato é composto por esses três tipos de alimentos ao mesmo tempo. A mistura⁴ é um componente raro no prato dos canavieiros, uma vez que são alimentos que adquiri-los custam mais caro que os cereais.

Geralmente a “mistura” destes trabalhadores, quando existe, é um pequeno pedaço de charque ou peixe seco. São raros os casos dos mesmos almoçarem com carne verde ou de sol. Já as frutas são mais utilizadas como “mistura” na alimentação – banana, manga e abacaxi – pois estas são de mais fácil aquisição que as carnes em geral. Por sinal o abacaxi, que também é conhecido como “galinha de pobre” ou “galinha do rabo verde”, é uma fruta bastante saborada como mistura para o almoço no campo.

Este tipo de alimentação acima descrita é normalmente utilizada pelos canavieiros que trabalham dentro da própria microrregião e levam seu almoço de casa. Já os que vão trabalhar em canaviais mais distantes e fazem a comida no próprio canavial, comem uma refeição mais simples ainda. Estes se alimentam, na maior parte, com o que

4- Forma dos canavieiros chamarem as proteínas animais. Carne, peixe, ovo.

chamam de *quarenta*⁵. Este tipo de alimentação é muito utilizada pelos trabalhadores de Alagoa Grande, principalmente os moradores do distrito de Zumbi, para a alimentação quando estes vão trabalhar nos canaviais do Litoral ou de outras microrregiões que não a do Brejo.

A alimentação destes trabalhadores é quase que totalmente insenta de legumes e verduras. Sua alimentação é praticamente composta por comida que eles chamam de "grosseiras" ou alimentos que provocam a sensação de "bucho-cheio" por um bom período de tempo. São alimentos que demoram bastante tempo para serem digeridos se comparados com alimentos mais leves.

O jantar é quase praticamente provido de tubérculos (macaxeira, inhame, batata) acompanhados de café. O desjejum da manhã é um copo de café com um pouco de "bolacha" seca, isto se houver a "bolacha", caso contrário, os mesmos vão trabalhar com apenas o copo de café. Como já me referi anteriormente, trabalhar chupando um "bago" de cana é a saída que muitos deles encontram para amenizar a fome. Esta, por sinal, é uma constante na vida dos canavieiros. Quando questionados se passavam fome, eles davam uma risada e a maioria respondia sem hesitar que sim. Entre os pesquisados, 84% responderam que passavam fome quando estão no canavial pois, segundo eles, é preciso economizar para sobrar um pouco de dinheiro para a compra da alimentação da família. Este fato fica bastante claro na fala abaixo:

"Quando nós vai trabaiá longe
tem que economizar no cumé, num é?
senão nós gasta o ganho da semana só cum nós,
e os muleque in casa? vão cumé o que?"

Canavieiro de Zumbi.

5- O "Quarenta" é uma espécie de angu feito da farinha de milho. O milho que eles plantam durante parte do ano é utilizado para tal. Este é moído, ficando na forma de farinha de milho, eles levam esta farinha para o canavial e chegada a hora do almoço, aproximadamente às 11:30, fazem o fogo e colocam água em uma panela para ferver. A farinha de milho é colocada na água com um pouco de sal, se tornando um "escaldado". Em pouco tempo está pronto o "Quarenta" que vai ser a principal alimentação do dia. Quando há um pedaço de carne de charque ou de peixe seco, é adicionado dentro do "Quarenta" para servir de mistura, caso contrário, o "Quarenta" terá como composição apenas a farinha de milho e o sal.

"O quarenta é bom né?
porque nós não gasta quase nada no campo,
a comida mió nós compra pra casa."

Canavieiro de Canafistula

Existe uma grande preocupação com a alimetação dos "moleques" em casa, como fica claro na fala acima. Os canavieiros fazem tudo para economizar o máximo possível para não faltar a comida em casa. É nesta noção de economia que tem sentido o "Quarenta". O milho utilizado para fazer este tipo de refeição é plantado por eles mesmos, moído em casa, ou no caso de Zumbi, a Associação dos Moradores do distrito obteve uma máquina de debulhar e moer o milho para entregar a farinha já pronta para as famílias canavieiras⁶. Isto proporciona aos canavieiros que trabalham distantes de suas casas se alimentarem no próprio canavial sem "quase" contraírem dividas nos barracões⁷.

2.1.3.1 — Abastecimento de água potável

A cláusula vigésima sétima do Dissídio Coletivo trata sobre o abastecimento de água potável nos locais de trabalho. A mesma contém o seguinte: "O empregador proporcionará água própria e adequada ao consumo humano nos locais de trabalho para seus empregados".

Entre os canavieiros que fizeram parte da pesquisa, 89% respondem não ter à sua disposição água tratada para beber nos canaviais pois, a maioria pega esta água em cacimbas rios ou lagos e a tomam "in natura". No período de verão o fornecimento da

6- Esta máquina de debulhar e moer o milho é cuidada com um carinho todo especial, pois foi conseguida com o esforço da "finada" Penha sindicalista que morreu em 1990 em acidente na BR 230, quando se destinava a Campina Grande para prestar depoimento sobre o assassinato da "finada" Margarida Maria Alves — ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande — . Os dirigentes da associação fazem questão de dizer: "isto é herança da finada Penha".

7- Espécie de cantina que existe em algumas usinas e propriedades canavieiras que vendem alimentos para os trabalhadores "volantes" para descontar do salário no final da semana.

água potável é um fator importante para estes trabalhadores que são submetidos a fortes esforços físicos e ficam durante longos períodos expostos ao intenso calor do sol.

Quando os responsáveis pelas turmas levam a água potável para o consumo dos trabalhadores, ela é armazenada em recipientes impróprios tais como: depósitos de agrotóxicos, fertilizantes ou de material metálico já enferrujado, não proporcionando, assim, a devida higiene exigida para com a qualidade da água a ser consumida pelos trabalhadores.

Aliás, diga-se de passagem, as condições de higiene dos trabalhadores no campo são nefastas não só com relação a água, mas a tudo que diz respeito a itens de conforto/higiene. A água que consomem, as necessidades fisiológicas, o banho após o dia de trabalho, são todas necessidades satisfeitas de acordo com a característica do local onde trabalham. Como banheiro eles usam o campo, como água para beber e banhar o corpo rios e lagos. Após o dia de trabalho também usam as fontes naturais das localidades onde se encontram.

As consequências destas condições de higiene são claras. Elas são as principais causas, junto com a desnutrição, da maioria das doenças infecto-contagiosas que afligem as populações de trabalhadores canavieiros.

2.2 – Canavieiro: Profissão perigo

O trabalho dos canavieiros é considerado pelo LAT (Laboratório de Análise do Trabalho)⁸ como sendo uma atividade de alto risco para a saúde e para a integridade física do trabalhador.

Este laboratório de pesquisa classifica os riscos presentes no interior do processo de trabalho canavieiro em cinco (5) categorias: físicos, ergonômicos, operacionais, químicos e biológicos.

⁸- Faz parte do departamento de engenharia da produção do centro de tecnologia da UFPB - João Pessoa.

Os riscos físicos são aqueles que são causados pelo elevado nível de ruídos, vibrações do trabalho dos operadores de máquinas — tratores carregadeiras — e pela irradiação solar, calor e as variações climáticas;

Os ergonômicos são os provocados pelas pesadas cargas que os enchedores manuais carregam, assim como os semeadores, adubadeiras e destacadores e a postura de trabalho de todos os trabalhadores manuais;

Os físicos mecânicos são os potenciais de acidentes com pedras, tocos, folhagem da cana, ferramentas e com maquinário agrícola, notadamente os riscos com os facões e os decorrentes do transporte inseguro dos trabalhadores (caminhões, carretas e tratores, inadequados para o transporte de pessoas);

Os riscos químicos são os causados pelo uso inadequado de agrotóxicos, adubos, corretivos e as poeiras vegetais e minerais;

Já os biológicos são os riscos causados pelas picadas de animais peçonhentos (cobras, escorpiões, abelhas e outros) e a contaminação bacteriológica causada pelo contato e ingestão de água poluída.

Na microrregião podemos constatar a real existência destes cinco tipos de riscos, provenientes da profissão canavieira. Uns são mais comuns que outros e é isto que vamos ver no próximo tópico.

2.2.1 — Os acidentes do trabalho

Os acidentes mais comuns entre os canavieiros da microrregião são, sem dúvidas, os provenientes dos riscos mecânicos. Entre os canavieiros entrevistados, 80% responderam que os tipos de acidentes mais comum entre eles são os ferimentos e cortes; 12% responderam que são os sofridos por pancadas e quedas e, 8% responderam que são variados os acidentes entre os trabalhadores da palha.

Durante a safra de 1991, 4% dos trabalhadores que foram entrevistados, ficaram parados durante alguns dias por motivo de acidente sofrido como se encontra expresso no quadro 20.

Quadro 20 – Motivo de afastamento do trabalho na safra/1991

Motivos	V.A	V.R
não parou	24	48%
doença	23	46%
acidente	2	4%
outra razão	1	2%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Este índice de 4%, que representa um número absoluto de dois (02) trabalhadores do universo pesquisado, pode não ser tão expressivo uma vez que a amostra foi de 50 famílias canavieiras. Mas, se fizermos uma extrapolação considerando o total de trabalhadores canavieiros da microrregião, teremos um número significativo de acidentados no processo produtivo – que inclui o trabalho no campo e na indústria.

Como nós não temos o número exato de trabalhadores canavieiros da microrregião, vamos considerar, a título de exemplo, o total de trabalhadores que trabalham na usina Santa Maria, que é de 5.000⁹. Assim, para a magnitude de trabalhadores deste porte, nós teríamos um total de 200 trabalhadores/safra que ficariam parados em determinados períodos por motivo de acidente de trabalho. Mesmo considerando que nestes números existe um erro amostral, chega-se a conclusão que é significativo o número de acidentados nos canaviais da microrregião. Se formos levar em consideração o número de trabalhadores que pararam na safra de 1991 por motivos de

9- Este número representa uma aproximação feita por um dos administradores da usina em maio de 1992. Nesta aproximação inclui-se os trabalhadores do campo e da indústria.

doenças, vamos ver que a situação é mais nefasta ainda. A porcentagem destes foi de 46% (quadro 20) dos entrevistados.

A assistência que estes trabalhadores dispõem em caso de doença ou acidente é "quase" inexistente. Digo "quase" porque todas as usinas possuem carros ambulância e ambulatório. Contudo, as ambulâncias geralmente servem apenas e esporadicamente aos trabalhadores da indústria. É mais fácil encontrar uma ambulância transportando funcionários do setor administrativo para casa ou para a indústria, que transportando um canavieiro acidentado.

Aliás, com relação a assistência em caso de doença ou acidente, o Dissídio Coletivo da categoria regulamenta esta assistência nas quatro cláusulas seguintes:

– Cláusula Trigésima Nona: Salário Doença.

"Assegura-se a eficácia dos atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais do sindicato suscitante, para o fim de abono de faltas ao serviço, com excessão daquelas que se referem aos primeiros 15 (quinze) dias de afastamento e, desde que existente convênio do sindicato com o INAMPS".

– Cláusula Quadragésima: Garantia aos acidentados.

"Assegura-se ao trabalhador vítima de acidente do trabalho, 180 (cento e oitenta) dias de estabilidade no emprego, contados após a alta do órgão previdenciário".

– Cláusula Quadragésima Segunda: Transporte em Caso de Acidente.

"Fica o empregador responsável pelo transporte, ou seu custeio, do trabalhador ou membro de sua família, em caso de acidente de qualquer natureza ocorrido na propriedade. Doença ou parto".

– Cláusula Quadragésima Terceira: Primeiros Socorros.

"O empregador manterá nos locais de trabalho, ou em área próxima que garanta a urgência, caixas de medicamentos contendo: iodo, gaze, mercúrio-cromo, esparadrapo ou similares, bem como medicamentos variados para a aplicação dos primeiros socorros de acidentes, doenças ou indisposição, por pessoas com noções elementares de primeiros socorros".

Veja que estas cláusulas acima citadas deixam explícitas as necessidades de atendimentos essenciais básicos e constantes aos trabalhadores canavieiros e, estas não se referem apenas aos poucos trabalhadores da indústria, mas sim, a todos os canavieiros, incluindo entre estes o trabalhador do campo.

Observando o quadro 21, vamos perceber a situação com relação ao pagamento dos salários quando de uma parada por algum motivo relacionado com a saúde.

Quadro 21 – Remuneração caso esteja doente ou acidentado
– continuidade do pagamento do salário pelo patrão –

Continuidade	V.A	V.R
não pagou	19	73%
pagou uma parte	06	23%
pagou completa	01	4%
Total	26	100%

Fonte: pesquisa de campo

Neste quadro, observamos que dos 26 canavieiros que pararam durante a safra de 1991, por algum motivo relacionado à saúde, 73% não tiveram a continuidade do pagamento do salário, enquanto que 23% receberam apenas uma parte do que deveriam receber, e só 4% conseguiu receber o salário integral dos dias em que permaneceu afastado do trabalho.

Esta distorção entre a prática na microrregião e o que rezam as cláusulas que regulamentam como deveria ser esta prática, é de certa forma fácil de ser explicada. A maior fração dos trabalhadores que se mantêm afastados do trabalho por motivos de saúde e que não recebem nenhuma assistência, são na verdade os trabalhadores que não possuem carteira de trabalho assinada. Estes são tratados como se fossem uma peça (ou máquina) do processo produtivo. Se trabalham, são remunerados pelo "quantum" da

produção que vierem a dar, se não trabalham não ganham e, quando no caso de doença ou acidente, são simplesmente arremessados para escanteio como se fossem um instrumento de trabalho que, por algum motivo técnico, não se encontra em condições de ser utilizado. São os "esquecidos" e, quando muito, recebem uma pequena quantidade em dinheiro ou em produtos alimentares básicos para manterem-se com a boca fechada e não despertarem a atenção dos sindicatos locais. Grande parte destes trabalhadores se dão por satisfeitos com esta prática e até chegam a dizer que o patrão é "bonzinho", pois não tinha nenhuma obrigação para com o mesmo¹⁰, e ainda assim lhe deu ajuda, ajuda esta que na maioria das vezes não passa de uma esmola.

2.2.2 – Equipamentos de proteção e ferramentas de trabalho

Os empregadores da microrregião não manifestam nenhum interesse em adquirir equipamentos de proteção necessários ao trabalho na palha. Assim como não é prática a distribuição de ferramentas também necessárias ao trabalho na cana. A cláusula décima nona, que trata das ferramentas e equipamentos de proteção, é bastante explícita em seu conteúdo que reza: "Os empregadores se obrigam a fornecer as ferramentas necessárias à produção das tarefas a eles (os trabalhadores) atribuídas, inclusive os equipamentos de proteção individual de trabalho." (DISSÍDIO: 1991, 12).

Os equipamentos de proteção individual (luvas, capas, botas, filtros para respiração, etc.); são quase inexistentes na prática do trabalho canavieiro local. Não existe uma conscientização da classe trabalhadora para o uso destes equipamentos e, deste modo, os mesmos não fazem nenhuma questão que eles sejam existentes. Em alguns casos esporádicos, quando da pressão de qualquer órgão fiscalizador, é oferecido alguns destes equipamentos para os trabalhadores. Contudo, há uma certa relutância por parte dos próprios canavieiros em aceitar os equipamentos, isto, provavelmente,

10- Por não serem "fichados" acham que os patrões não têm nenhum tipo de obrigação formal para com os mesmos.

ocorre porque os mesmos não estão corretamente orientados quanto a importância do uso destes equipamentos.

Os trabalhadores dão muito mais importância ao fornecimento, por parte dos empregadores, de ferramentas que fazem uso no processo produtivo (facões, enxadas, foices, extrovencas, etc.). Para estes, mais importante que receber uma bota de couro ou uma camisa de mangas compridas para o trabalho na palha, é receber um facão. Este interesse tem uma relação direta com a utilidade que o "facão" exerce na atividade canavieira, visto que este é um dos mais importantes instrumentos de trabalho da profissão. Sem o equipamento de proteção podem trabalhar e produzir, mas sem o facão, nada farão.

É bem verdade que a falta da presença do equipamento de proteção individual, significa um desrespeito dos empregadores para com as disposições legais que regulamentam seu uso. Contudo, os trabalhadores não deixam de ter sua parcela de culpa, uma vez que não dão a devida importância a estes equipamentos. Os sindicatos e órgãos fiscalizadores também podem ser responsabilizados, pois poderiam contribuir mais desenvolvendo campanhas e políticas para formação da consciência dos trabalhadores quanto a importância da prática do uso dos equipamentos de proteção individual. Sindicatos e demais órgãos da classe trabalhadora não devem ter como único objetivo a luta por melhores salários, mas, também, a melhoria das condições de trabalho, que passa, sem dúvida, primeiro pela conscientização da classe a qual representa.

Aliás, diga-se de passagem, que a prática de não dar importância aos equipamentos de proteção individual é mais uma expressão do processo de desgaste da força de trabalho no campo brasileiro.

2.3 – Os personagens: Patrões, Empreiteiros e Assalariados

Os principais agentes do setor canavieiro da microrregião são os patrões, os empreiteiros e os assalariados. Estas três categorias, junto com suas ramificações, compõem o mercado de trabalho canavieiro.

Quando da determinação das relações existentes entre estas três categorias, vamos ter um panorama geral da organização do mercado de trabalho e das diversas relações de trabalho que existem na microrregião.

Com certeza as relações são específicas, uma vez que o setor canavieiro nordestino e brasileiro guardam suas diferenças. Dentro da região Nordeste há especificidades nos tipos de relações que estas três classes – patrões, empreiteiros e assalariados – mantêm. Se faz mister apresentar o papel que desempenha cada categoria desta na microrregião, uma vez que o entendimento da forma de organização do mercado de trabalho passa pela forma de interrelações que existe entre estas três classes.

2.3.1 – Os Patrões: Fonte de exploração e renda

O setor canavieiro nordestino apresenta dois movimentos distintos: de um lado, se dá a intensificação e concentração de capitais em empresas agroindustriais, localizadas nas regiões denominadas de tabuleiros costeiros. Estes setores concentram as grandes empresas agroindustriais do complexo sucro-alcooleiro e trabalham dentro de uma lógica que tem a tendência de incorporar modernas tecnologias no seu processo de produção. De outro lado, encontra-se as regiões marginais aos tabuleiros e é nestas que

encontramos uma reestruturação do parque sucro-alcooleiro caracterizada pelo esgotamento do modelo. Nesta realidade, está inserido o parque sucro-alcooleiro paraibano, onde as microrregiões do Baixo Paraíba e da Zona da Mata representam os "tabuleiros costeiros" que se dinamizam e expandem. Em contrapartida, a microrregião do Brejo paraibano representa o esgotamento do modelo e a parte marginal do complexo sucro-alcooleiro paraibano.

É dentro deste contexto que vamos encontrar a lógica de ação da classe patronal da microrregião. No Brejo, a importância dos patrões para o mercado de trabalho canavieiro é variável de acordo com a dinâmica da cultura. Em conjunturas expansivas, estes passam a ser os agentes que proporcionam o "emprego" do trabalhador e são vistos como os grandes empreendedores econômicos locais. São a fonte de renda e emprego. Os trabalhadores canavieiros quando se referem a um determinado patrão da localidade, o fazem sempre levando em consideração a quantidade de empregos que o mesmo oferece ou que tenha potencial para oferecer.

Em períodos de conjunturas expansivas, isto é, quando a oferta de trabalho por parte dos patrões é maior, os trabalhadores vêm nestes a possibilidade de trabalho e auto-reprodução, fazendo defesa do patrão e até se submetendo a situações extremas, dada a dependência do emprego. Já nos períodos de menor oferta de trabalho, ou de crises da cultura, esta visão é totalmente invertida, pois os trabalhadores passam a ver nos patrões o personagem a ser criticado como responsável pela sua situação de penúria e miséria.

Na verdade, os trabalhadores têm consciência de que a sua condição de miséria tem íntima relação com a riqueza e o poder dos patrões de gerar emprego, de pagar salários mas também que, eles só podem lograr ter o pão de cada dia na sua mesa, quando estão trabalhando. Deste mesmo ponto de vista os trabalhadores vêm os empreiteiros, este é uma das pontes de passagem para o emprego mas é também uma das fontes de exploração.

Aqui, patrão não é apenas o proprietário dos meios de produção, mas pode ser também o empreiteiro que muitas vezes é ao mesmo tempo um trabalhador canavieiro

assalariado. Isto porque há empreiteiros com turmas de trabalhadores que também trabalham como canavieiros assalariados. Neste caso, o dono da propriedade é o seu patrão e ele (o empreiteiro) por sua vez, é patrão da turma de trabalhadores.

Em geral, como já se observou, a pessoa do patrão assume conotações diferentes de acordo com o estágio em que se encontra a oferta de trabalho canavieiro. No ano de 1991, por exemplo, os patrões foram uma categoria muito criticada pelos trabalhadores da microrregião, uma vez que conseguir trabalhar por um bom período de tempo durante este ano, era uma verdadeira aventura. Já em períodos de grande oferta de trabalho – safra – é comum o alvo dos ataques serem os sindicatos, pois nestes períodos certas frações de trabalhadores passam a ver a luta sindical como uma ameaça ao seu emprego.

2.3.2 – Os Empreiteiros: Acesso para o trabalho na palha

A figura do empreiteiro nos canaviais brasileiros não é nenhuma novidade, assim como em outras atividades agrícolas que venham a demandar grandes quantidades de mão-de-obra em determinados períodos do ano¹¹. A constituição do mercado de trabalho canavieiro nordestino e, mais especificamente, do Brejo paraibano, não é diferente, também é marcado por esta figura que desempenha um papel de fundamental importância nos canaviais da microrregião.

Não só no Brejo aparece a figura do empreiteiro corporificada em um canavieiro, ou em um ex-canavieiro, mas também nas demais microrregiões produtoras de

11- Em geral o empreiteiro aparece nas atividades sazonais que fazem uso do emprego temporário. No setor canavieiro, a palavra "Empreiteiro" indica o indivíduo que mantém controle sobre turmas de trabalhadores canavieiros. O empreiteiro da construção civil é aquela figura que faz empreitada de obra e este, em geral, tem controle sobre bens de capital, ou seja, capital constante. Já o empreiteiro dos canaviais mantém controle sobre o capital variável, ou seja, sobre a força de trabalho. O empreiteiro dos canaviais faz empreitada de tarefas para cumprir, assim como faz empreitada de turmas de trabalhadores. Isto é, ele pode contratar um serviço qualquer em engenho, usina, fazenda, etc. Assim como pode apenas fornecer sua turma de trabalhadores para trabalharem para os proprietários, neste caso ele ganha uma comissão sobre a produção de cada trabalhador fornecido. No sentido estrito da palavra, o empreiteiro canavieiro é mais um fornecedor de mão-de-obra que um executor de obras. É um mercador de força-de-trabalho.

cana-de-açúcar do Estado ele se faz presente assumindo o papel de atravessador entre o trabalhador e o trabalho na palha. No Brejo, a situação é apresentada no quadro 22.

Quadro 22 – Modalidade de acesso ao trabalho na cana

Forma	V.A	V.R
Conta própria	23	46%
Através de empreiteiros locais	18	36%
Através de empreiteiros de fora	7	14%
Outros	2	4%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro, podemos observar a dependência que tem o trabalhador canavieiro do Brejo de conseguir emprego através dos empreiteiros. Se somarmos as porcentagens dos que tiveram acesso ao trabalho na cana através dos empreiteiros locais ou de fora do município, veremos que 50% dos trabalhadores entrevistados tiveram como "ponte" de acesso ao trabalho o empreiteiro. Os 46% que aparecem como independentes deste intermediador são, na verdade, em geral, os pequenos produtores e outros residentes do município assim como os moradores que trabalham nos engenhos e fazendas do município.

Os "moradores"¹² da microrregião mantêm uma maior independência do trabalho que nas turmas de empreiteiros porque, durante boa parte do ano, seus patrões ou outros das vizinhanças lhes fornecem trabalho. Contudo, esta é uma independência relativa, pois quando não existe trabalho na propriedade onde moram, ou perto destes espaços, o canavieiro morador procura se engajar numa turma de empreiteiro para trabalhar em outras propriedades distantes, ou até em outros municípios do Estado.

12- São os residentes de engenho, usina ou fazendas de cana e não os residentes do município como um todo.

Entretanto, há casos em que o morador trabalha na propriedade do patrão em uma turma de empreiteiro. Neste caso o indivíduo passa a ter dois patrões, pois, tem o "patrão de moradia" e o "patrão de trabalho". Ora! se o canavieiro, por ser morador de uma propriedade de outrem, já cria uma relação de patrão e empregado então porque surge entre estes a figura do empreiteiro para colocá-lo para trabalhar na propriedade do seu "patrão de moradia"? O fato se dá porque diante dos compradores dos seus serviços, que são os proprietários, o empreiteiro aparece como sendo um especialista autônomo para execução de determinadas tarefas nos canaviais, "assumindo" as responsabilidades jurídicas¹³ pela sua turma. Neste caso o proprietário fica na responsabilidade apenas de pagar a quantia combinada no final de semana, ficando assim, isento de responsabilidades de cunho social para com os trabalhadores.

Neste caso, na tomada de decisão quanto ao preço da tarefa, o proprietário da terra se mantém numa posição cômoda, pois todo desempenho da "turma" em seu canavial vai ser de responsabilidade do empreiteiro. Este vai ocupar-se da organização da administração e controle do desempenho dos trabalhadores.

2.3.2.1 – Seleção e exploração dos trabalhadores canavieiros

Como já me referi anteriormente, o empreiteiro é uma importante figura para se entender o mercado de trabalho canavieiro e a viabilização do processo de exploração da força-de-trabalho nos canaviais nordestinos.

O empreiteiro possibilita, ou melhor, facilita a usurpação dos direitos trabalhistas dos canavieiros quando retira da guarda dos proprietários de engenho, usina ou fazenda a responsabilidade pelo pagamento das obrigações trabalhistas. Como estes não assumem a responsabilidade destes direitos como pessoa jurídica, os trabalhadores que

13- Isto significa que o proprietário não terá nenhuma preocupação com o pagamento de décimo terceiro salário, férias, auxílio saúde ou demais obrigações trabalhistas que existam na relação capital trabalho. Cabe aqui ressaltar que se o proprietário não tem nenhuma responsabilidade sobre as turmas de empreiteiros, muito menos tem os empreiteiros para com suas turmas.

fazem parte de "turma de empreiteiro" se encontram sempre no impasse de não saberem de quem vão cobrar seus direitos, se dos proprietários das terras onde trabalham ou dos empreiteiros para quem trabalham.

"...nós fica jogado feito cachorro lepreto, o patrão diz que é o empreiteiro quem paga e o empreiteiro diz que é o patrão".

Canavieiro morador

Nesta mistificação de papéis o único perdedor é o trabalhador canavieiro, pois o mesmo quase nunca recebe o que tem de direito. Seus mecanismos de reivindicação são muito limitados, uma vez que se exigir do patrão fica marcado para perder o emprego e se é morador pode perder o direito à moradia. Se reivindicar do empreiteiro certamente não trabalhará na próxima empreitada. Um agravante desta situação é o fato de na microrregião existir um excedente de mão-de-obra significativo que torna as coisas mais difíceis para os trabalhadores e mais fáceis para os proprietários e empreiteiros. Um resultado desta situação é que no caso do pagamento do décimo terceiro salário, muitas vezes, o trabalhador tem que contentar-se em receber apenas uma pequena parte do que tem direito.

Uma outra forma de viabilizar a exploração dos trabalhadores canavieiros através dos empreiteiros é pelo quantum de trabalho exigido por cada trabalhador em cada empreitada. Quando o empreiteiro contrata um serviço com um proprietário e parte para executar a tarefa, este — o empreiteiro — tem como remuneração um valor que vai ser a diferença entre o cobrado ao proprietário e o que é pago aos trabalhadores. Por exemplo, se o empreiteiro contrata um serviço por X, o pagamento do trabalhador será X-1, a diferença será a renda do empreiteiro e, para que esta renda seja cada vez maior, é necessário que ele realize este trabalho o mais rápido possível, para que possa aproveitar as conjunturas de piques da demanda por mão-de-obra. O empreiteiro vai exigir o máximo de produtividade dos trabalhadores que ganham por produção e, o

valor monetário desta produção que é dada pela sua turma não vai exceder o X-1. Na turma uns ganham mais que os outros, de forma que a somatória dos salários não excederá o X-1. Neste caso ele assume o papel de patrão e de administrador do processo de trabalho.

No outro caso, que é a entrega da turma para os proprietários, ele pode ou não assumir o papel de administrador do processo de trabalho. Quando não, quem o faz é o *cabo*¹⁴. Neste caso, a remuneração ou renda periódica do empreiteiro por ter fornecido a turma de trabalhadores, será dada pela produção de cada trabalhador. Isto é, ele terá uma porcentagem¹⁵ sobre a produção de cada trabalhador da sua turma. Assim, é do seu interesse que a turma extenda o período do seu serviço e produza o máximo possível para que ele possa ganhar mais. Aqui mais uma vez a intensidade da capacidade de trabalho de cada canavieiro é exigida ao máximo, só que desta feita os trabalhadores serão exigidos pelo *cabo* que passa a controlar o processo produtivo no lugar do empreiteiro.

Este processo define um espécie de "seleção" entre os trabalhadores canavieiros pois, mesmo trabalhando e ganhando por produção, como é o caso da maioria, se eles não produzem suficiente, com uma boa produtividade, serão excluídos da turma pois, mesmo ganhando de acordo com o que produzem, seus patrões ganham mais se estes produzirem mais.

Entre os trabalhadores pesquisados, a grande maioria, 82%, estavam trabalhando por produção; 8% por diária; e, 10%, trabalhavam misto, isto é, na produção e diária. Mas, os canavieiros fazem restrições ao trabalho na diária, isto porque é exigido dos mesmos uma intensidade de trabalho muito superior às suas condições e, segundo os mesmos, quando trabalham na diária o empreiteiro ou o *cabo* não param de abusar-lhes, fazendo-os de verdadeiros escravos.

14- É o operário administrador do proprietário que controla o processo de trabalho das turmas, mede a produção de cada trabalhador e serve de intermediário entre o trabalhador e o proprietário.

15- Na época da pesquisa, segundo os canavieiros, esta porcentagem oscilava em torno dos 5 a 10%, dependendo da época do ano e do município onde estavam trabalhando.

"trabaiá na diária é muito rim porque agente tem que aguentar muito abuso...

na hora de cumé só dão tempo d'agente engulir...

agente tem que trabaiá até o sol se pô e quando é lua cheia nos periodos de safra, agente trabaiá até adespois das 6.

Canavieiro de Canafistula

Na verdade, não existe muita diferença entre a intensidade do trabalho na diária ou na produção, visto que na produção eles mesmos se obrigam a ter uma intensa carga de trabalho, isto é, se auto exploram. A diferença entre o trabalho na diária e na produção, aparece para os trabalhadores no fato de que, segundo eles, na produção têm mais "liberdade" e há possibilidade de ganharem um pouco melhor. Já na diária estão constantemente sobre pressão e o ganho é limitado. O que não é perceptível pelos mesmos é o fato de que em ambos os casos a alta capacidade de produção individual de cada trabalhador é que vai determinar ou não a sua permanência no trabalho, sendo que o ganho maior na produção se dá pelo fato deles se auto-explorarem até limites também extremos.

Assim, como na visão dos canavieiros o trabalho por produção é um trabalho mais "livre" e de melhor remuneração, quando perguntamos para os mesmos como preferem trabalhar no canavial a resposta não poderia ser diferente. A grande maioria, 94%, não teve dúvidas em responder que era por produção. Mas, na desmistificação desta preferência, observamos claramente que o que não lhes convém é o rigor com que são tratados quando estão trabalhando na diária, fazendo assim, a opção pelo trabalho na produção. O trabalho na produção além de fazer com que o próprio trabalhador exija de si o máximo da sua capacidade de produção — liberando os proprietários de tal tarefa e do custo adicional — permite que não só o canavieiro seja explorado, mas sim, quase toda sua família. Uma estratégia utilizada pelos canavieiros para aumentar a renda familiar é levar os filhos menores e a esposa para o canavial, desta feita para lhe

microrregião – controlam um número bem maior de trabalhadores, em média 110, existem alguns que possuem mais de duzentos trabalhadores a sua disposição.

Enfim, este moderno mercador de força-de-trabalho chamado de empreiteiro é parte constitutiva do mercado de trabalho canavieiro do Brejo e das demais zonas canavieiras do Estado e é através dele que se facilita a alocação da mão-de-obra para as mais diversas localidades. Ele também viabiliza a intensificação do *quantum* de trabalho quando cria uma “concorrência” entre os trabalhadores canavieiros para participarem das “turmas” e poderem, assim, arranjar trabalho com mais facilidade.

O trabalho do empreiteiro no Brejo é muito fácil, uma vez que a microrregião possui mão-de-obra abundante, ele não precisa se deslocar um passo, se quer, para compor suas turmas pois, os trabalhadores vão ao seu encontro. Isto provoca uma concorrência desequilibrada no mercado de trabalho com prejuízo para os trabalhadores pois estes não logram receber salários equivalentes a tarefa cumprida como determina a lei e, se reclamarem, haverá outros para trabalharem em seu lugar. No período da pesquisa, todos os entrevistados recebiam salários inferiores ao estabelecido no Dissídio Coletivo de 1991.

Quando os trabalhadores se engajam em uma turma de empreiteiro, a maioria, 76%, não faz qualquer exigência ao mesmo, seja sobre em que vai trabalhar, onde vai trabalhar, quais as condições de trabalho ou o que seria mais comum, quanto vão ganhar. Simplesmente acompanham a turma com suas ferramentas de trabalho prontos para executar a tarefa determinada.

Só para se ter uma idéia da importância do empreiteiro na microrregião, quando perguntamos para os trabalhadores se já haviam trabalhado com empreiteiro durante o ano de 1992, ano de execução da pesquisa, 46%¹⁹ responderam que sim. Este índice pode não ser tão expressivo quanto parece, mas para apenas três meses do ano é significativo. Destes que haviam trabalhado com empreiteiros em 1992, 80% já tinham trabalhado com mais de um empreiteiro. O que mostra um grande deslocamento do

19- O que dá mais importância aos 46% é o fato de que a pesquisa se realizou entre janeiro e março, isto é, apenas nos três primeiros meses do ano.

trabalhador de uma turma para outra, sempre em busca de melhores empregos, salários e condições de trabalho. A troca de patrão é fato comum, seja ela por parte do proprietário – quando o empreiteiro retira sua turma de uma propriedade para outra – seja por parte do empreiteiro – quando o trabalhador deixa uma turma para ir trabalhar em outra.

Esta frequente mudança de patrão e propriedade também foi constatada na pesquisa realizada pelo SEDUP em 1986²⁰. “Apesar de trabalharem com uma certa constância em serviços da cana, os trabalhadores mudam com relativa frequência de propriedade (ou por expulsão direta dos patrões, ou por iniciativa pessoal, numa tentativa de ganhar mais), não conseguindo adquirir estabilidade, ficam mais desprotegidos na busca de direitos” (Relatório SEDUP: 1986, p. 37).

Contudo, prosseguindo, na página 38 do mencionado relatório, surge uma diferença fundamental entre a pesquisa que foi realizada em janeiro de 1986, para esta de 1992 que deu origem a presente dissertação. Em 1986, as conclusões sobre os trabalhadores canavieiros da região foram que: “na sua maioria não dependem de intermediários para a obtenção de trabalho. A região não se caracteriza pela existência de turmas volantes, como em outras regiões. No Brejo, os trabalhadores moram relativamente perto dos seus trabalhos, vão e voltam no mesmo dia, e não costumam se deslocar em massa para trabalhar em outras regiões.” Como observamos anteriormente, os resultados da atual pesquisa foram bastante diferentes, pois a mesma mostrou que a grande maioria depende do empreiteiro para trabalhar e o deslocamento destes trabalhadores para outras microrregiões canavieiras já é fato comum e a existência do trabalhador volante é uma realidade.

20- Ver Relatório SEDUP: “Aspectos das Condições de Vida e de Trabalho dos Assalariados da Cana-de-Açúcar do Brejo paraibano”. Janeiro de 1986.

2.3.3 – Os assalariados da palha da cana

Os trabalhadores dos canaviais do Brejo paraibano tem como principal fonte de renda o assalariamento nas atividades canavieiras. Seu trabalho nos roçados são esporádicos e só é exercido quando da incapacidade de conseguir trabalho alugado. Se o mercado de trabalho da microrregião não consegue absorver toda mão-de-obra disponível, esta por sua vez passa a se deslocar para outros municípios em busca de trabalho. O trabalho do canavieiro assalariado – chefe de família – no pequeno roçado, significa uma dificuldade na oportunidade de se assalariar.

Para sua família esta realidade já não é válida como vimos no quadro 10. Ou seja, é comum os membros da família dos canavieiros assalariados terem como fonte de trabalho as atividades no roçado. Veja que 48% dos membros das famílias dos entrevistados tem como principal atividade o trabalho no roçado. Este é a prioridade e, como o mesmo não oferece trabalho durante o ano todo, em determinados períodos do ano, quando o trabalho no roçado já não é tão necessário, a família também passa a trabalhar, quando há oportunidade, no canavial. A tabela 16 mostra as principais atividades em que geralmente trabalham os membros da família dos canavieiros entrevistado em cada município da pesquisa.

Tabela 16 - Atividades em que geralmente trabalham os membros da família dos entrevistados em cada município.

Municípios Atividades	Al. Grande		Pilões		Arcia		Total por Atividade	
	Só na cana	8	53%	3	20%	4	27%	15
Só no roçado	16	67%	5	21%	3	12%	24	48%
No roçado e na cana	6	60%	2	20%	2	20%	10	20%
Atividades não agricolas	0	0%	0	0%	1	100%	1	2%
Total por município	30	60%	10	20%	10	20%	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

É habitual que o roçado seja cuidado pela família, contudo, esta também se assalaria nos canaviais. Entre os entrevistados 30% têm suas famílias trabalhando exclusivamente na cana. Estes representam uma parte dos que não dispõem de roçado para a produção de subsistência, uma vez que as famílias que possuem roçados têm suas atividades mais voltadas para os mesmos, enquanto que o chefe da família trabalha mais como assalariado nos canaviais.

A maior parte das famílias canavieiras, 48%, trabalha só no roçado familiar. Este índice representa aquelas famílias em que os filhos ainda não têm idade para o trabalho na palha ou são composta na maioria por mulheres. A opção do trabalho feminino no canavial só é bem vinda quando as mulheres não têm a opção de trabalho no roçado ou quando a necessidade delas trabalharem é muito latente. Mesmo assim, o mais comum é a família dos canavieiros trabalharem só no roçado (48%) ou no roçado e na cana (20%) (estes dados se encontram expressos na tabela 16). Esta conjugação do trabalho na cana e no roçado é bem articulada pela família canavieira. Os que trabalham

só no roçado, 48%, ou só na cana, 30%, com certeza gostariam de se encontrar na situação de articulação do trabalho em ambos: no canavial e no roçado.

Os que conseguem trabalhar apenas na cana, com certeza, é porque não conseguiram colocar um roçado em 1991. E os que trabalham apenas no roçado é porque ou não precisaram trabalhar na cana ou não conseguiram trabalho na mesma. O que fica explícito nestas famílias é o fato da necessidade de poderem dispor do trabalho assalariado na palha e no roçado familiar.

A característica dos roçados serem cuidados, na maioria, pelos familiares — se bem que o canavieiro chefe de família também eventualmente trabalha no roçado familiar — se dá pelo fato de que o chefe de família precisa se deslocar, quase constantemente, para outras regiões canavieiras à procura de trabalho e, nem o roçado ou tampouco o trabalho assalariado na cana, por si sós, não são suficientes para cobrir os meios de sobrevivência da família trabalhadora rural.

Regularmente, os pais e os filhos mais velhos precisam sair a trabalhar em qualquer microrregião que ofereça emprego para os mesmos; o mesmo não é comum entre a esposa, filhas e filhos mais novos. Aliás o deslocamento da mão-de-obra da micro região para trabalhar fora é expressivo como pode ser visto no quadro 23.

Quadro 23 — Municípios em que foram trabalhar em 1991

destino do trabalho	Al. Grande		Areia		Pilões		Serraria		S. Rita		Sapê		outros	
	V.A	V.R	V.A	V.R	V.A	V.R	V.A	V.R	V.A	V.R	V.A	V.R	V.A	V.R
Alagoa Grande	14	61%	2	22%	7	50%	1	100%	3	33%	4	45%	7	54%
Pilões	2	9%	0	0%	1	7%	0	0%	2	22%	2	22%	3	23%
Areia	7	30%	7	78%	6	43%	0	0%	4	45%	3	33%	3	23%
total	23	46%	9	18%	14	28%	1	2%	9	18%	9	18%	13	26%

Fonte: pesquisa de campo

Observe que uma boa fração de canavieiros entrevistados foram trabalhar em municípios que não os da pesquisa — Alagoa Grande, Pilões e Areia — . Os municípios preferidos pelos canavieiros para trabalhar fora da microrregião são Santa Rita e Sapé. Estes aparecem com um índice de 18%, respectivamente, de destino dos trabalhadores da microrregião. Veja bem, se somarmos, na última linha do quadro 23, o total de canavieiros que trabalharam durante o ano de 1991, em municípios que não os da microrregião do Brejo, vamos encontrar um significativo índice (64%). Isto significa que entre o universo de canavieiros entrevistados, 64% trabalharam na microrregião e fora da mesma.

Estes trabalhadores que se deslocam com frequência para outros municípios são os que chamamos de volantes e são também os que mais fazem uso do atravessador-empregado para trabalharem fora da microrregião.

Enfim, conforme já mencionamos, os assalariados da microrregião do Brejo são em sua grande maioria trabalhadores dos canaviais. Contudo, há diferenças marcantes entre estes trabalhadores. Podemos encontrar três categorias de trabalhadores assalariados canavieiros: volantes, fichados e operários da indústria.

Os volantes são trabalhadores temporários que trabalham nas mais diversas regiões, chamados também de safristas e, quase nunca, possuem carteira assinada (clandestinos);

Os fichados são trabalhadores com carteira assinada e trabalham em geral para médios e grandes fornecedores de cana nas fazendas, engenhos e usinas e podem ser permanente ou temporários. Nesta categoria se encontra também os de carteira "meladas";

Os assalariados da indústria em geral trabalham dentro das unidades produtivas sucro-alcooleira e é a fração que podemos chamar

de "elite", pois dentre todos os assalariados estes são os que gozam de melhores condições assistenciais e de trabalho e são mais bem pagos que os demais trabalhadores da palha da cana.

É entre as primeiras categorias de assalariados acima descritas que encontramos as mulheres e as crianças que trabalham nos canaviais.

2.3.3.1 – O trabalho feminino

O emprego da mão-de-obra feminina nos canaviais nordestinos é um fato real e mesmo que o acesso de mulheres no trabalho canavieiro seja proporcionalmente muito menor se comparado com a dos homens no Brejo paraibano, estas ainda são encontradas desenvolvendo atividades na palha. A nossa pesquisa mostrou que a utilização da mão-de-obra feminina tem diminuído na microrregião nos últimos anos. Uma explicação plausível para tal pode ser a redução da oferta de empregos devido a estagnação da atividade sucro-alcooleira na região e a abundância de força de trabalho masculina.

Entre as mulheres que entrevistamos na nossa pesquisa, encontramos uma quantidade significativa (85%) que já tinham trabalhado como assalariadas nos canaviais. Esta porcentagem caiu para 25% quando perguntamos a quantidade que ainda permanecia trabalhando na cana. A explicação, segundo as próprias mulheres e os sindicatos, para tal fato é que já não é tão fácil uma mulher conseguir trabalho nos canaviais como era há alguns anos atrás. Segundo estes, as atividades que as mulheres desempenhavam nos canaviais eram mais leves e por isso os salários eram mais baixos. Hoje, as atividades que elas desempenhavam é substituído em parte pelo trabalho do menor e, em outra parte, por homens que também passaram a ganhar menos. Para os representantes da classe canavieira, o fato da mulher gozar de direitos que os homens não gozam afastou, em parte, o trabalho feminino dos canaviais.

A razão das mulheres se encontrarem ainda desenvolvendo atividades canavieiras vincula-se ao fato de que as mesmas, na sua grande maioria, exercem certas funções que dispensam uma atividade física tão intensa quanto o corte e o enchimento. Isto não quer dizer que as mulheres não exerçam também estes tipos de tarefas, mas que elas são escaladas em geral para atividades tais como: adubação, limpa de mato, aplicação de veneno, etc.. Contudo, na própria microrregião encontramos mulheres que trabalham, quando é possível e necessário, no corte ou enchimento, e segundo os próprios trabalhadores o trabalho da mulher no corte e no enchimento é muito mais comum nas microrregiões do Litoral paraibano e Baixo Paraíba.

As condições em que as mulheres trabalham são as mesmas condições dos homens. Não há nenhuma lei que regulamente o trabalho feminino nos canaviais. A cláusula vigésima quarta que trata das condições de trabalho da mulher foi "indeferida" no Dissídio Coletivo de 1991. O tipo de transporte, alimentação, condições de higiene repouso, etc. a que são submetidas, são exatamente iguais às dos demais trabalhadores.

A forma de remuneração do trabalho das mesmas no campo é em tese igual a forma de remuneração dos homens. Assim, quando estas estão trabalhando por produção, nas tarefas que exigem maior vigor físico, a sua remuneração é quase sempre inferior a dos homens, salvo algumas exceções.

A grande maioria das mulheres (62%) que fizeram parte da pesquisa não possuíam carteira assinada, mesmo possuindo carteira de trabalho e já tendo trabalhado em diversas unidades agroindustriais, jamais tiveram suas carteiras de trabalho assinadas e também jamais receberam qualquer benefício por uma ocasião especial (parto, doença ou acidente). A exceção aqui fica para as mulheres que são esposas de alguns moradores e que tiveram o transporte fornecido pelo proprietário das terras onde moravam para a maternidade ou posto de saúde mais próximo ou, quando era o caso do morador procurar o patrão, este arranjava uma parteira para providenciar o parto. Mas como elas mesmas afirmam: "isto é coisa do passado" assim como também é coisa do passado o fornecimento de leite e mel para a família moradora.

Não é prática na microrregião a mulher levar os filhos consigo quando vai ao trabalho no canavial, salvo aqueles que possam ajudá-la de alguma forma. Os pequeninos em geral, são levados para o roçado ou ficam em casa sozinhos com um irmão ou irmã mais velhos aguardando a chegada dos pais.

No questionário que foi aplicado às mulheres, incluímos uma pergunta que tratava sobre o auxílio maternidade e, para nossa surpresa, as mulheres nem sabiam do que tratava este auxílio. A pergunta era: "o patrão paga as quatro semanas antes do parto e as oito após o parto?". As mesmas se mostravam surpresas e respondiam: "aqui não existe isto não", ou respondiam que nem sabiam que existia. Irônico também era a resposta que davam quando perguntávamos até que mês da gestação era costume trabalhar: "até o menino nascer" era a resposta delas.

Estas mulheres, assim como os homens, enfrentam hoje sérios problemas quando da necessidade de arranjar trabalho na palha. Não que a legislação com relação ao trabalho da mulher seja "dura" — como dizem as lideranças locais, porque esta na microrregião é rotineiramente desrespeitada — ou que sua produtividade seja mais baixa que a do homem, o fato é que o mercado de trabalho canavieiro do Brejo já não logra absorver toda a mão-de-obra disponível na microrregião.

Para termos uma visão mais ampla sobre o trabalho da mulher nos canaviais da microrregião, é mister observarmos a tabela 17.

Tabela 17 - Número de mulheres que trabalham ou ajudam na cana por faixa de idade

Municípios e Distritos	Faixas de idades						Total das que trabalham na cana		Total em cada distrito e município
	07 - 14		15 - 18		acima de 19				
Al. Grande	1	17%	2	33%	3	50%	6	29%	21
Canafistula	0	0%	1	33%	2	67%	3	18%	17
Zumbi	0	0%	1	33%	2	67%	3	20%	15
Pilões	2	24%	3	38%	3	38%	8	31%	26
Arcia	0	0%	2	33%	4	67%	6	22%	27
Total	3	12%	9	35%	14	53%	26*	25%	106**

Fonte: Pesquisa de campo.

(*) Total de mulheres que trabalham ou ajudam na cana.

(**) Total de mulheres nas três faixas de idades apresentadas.

Nesta tabela vê-se que a porcentagem de mulheres que ainda estavam trabalhando ou ajudando o marido na palha da cana (25%) é bem reduzido. Como já me referi anteriormente, esta diminuição da mão-de-obra feminina nos canaviais locais não se dá por opção das mulheres canavieiras ou porque estas não precisem mais trabalhar na palha. Poder se assalariar ou não na palha é uma escolha que não depende da mulher, mas sim da necessidade de mão-de-obra feminina nos canaviais.

Ainda na tabela 17, veja que os municípios que apresentam os maiores índices de mulheres que trabalham na palha é Alagoa Grande e Pilões, com 29% e 31%, respectivamente. Em Alagoa Grande a maioria destas mulheres são do bairro do

cruzeiro²¹ e trabalham como assalariadas volantes. É nestes bolsões de miséria que encontramos a grande maioria dos canavieiros que são, literalmente, desprovidos de meios de produção — dificilmente possuem o roçado familiar ou até mesmo o facão para trabalhar — são os assalariados que vivem quase que totalmente à margem dos programas assistenciais. São os "marginalizados dos direitos".

Em Pilões o índice de 31% (tabela 17) de mulheres que trabalham na palha tem uma explicação lógica. Grande parte delas é moradora de engenho e trabalham para os proprietários das terras em que moram, isto apenas em determinados períodos do ano. Diferente das trabalhadoras volantes, elas dificilmente mudam de patrão e no período da safra o patrão (dono da propriedade em que moram), em alguns casos, garante o emprego das mesmas. Ainda na tabela 17, veja que os dois distritos de Alagoa Grande, Canafistula e Zumbi, ficaram com os índices mais baixos de mulheres que trabalham nos canaviais. Estes baixos índices nos dois distritos em relação aos demais municípios, talvez se explique pelo fato de que nestes é habitual a mão-de-obra migrar para trabalhar no Litoral e Baixo Paraíba e, no caso do trabalho feminino, é muito mais difícil para este viajar para trabalhar durante toda a semana fora de sua localidade. Com isto não pretendemos afirmar que a mão-de-obra feminina da microrregião não vá trabalhar em outras localidades que não no próprio Brejo, apenas que é mais difícil esta prática entre as mulheres. Até mesmo por uma questão de cultura pois os homens, em geral, só permitem que as esposas e filhas trabalhem em canaviais próximos às localidades da residência.

Um outro dado interessante, que pode ser visto na tabela 17, é a porcentagem de mulheres que trabalham na palha por faixa de idade. Aqui, encontramos a maioria das mulheres que trabalham nos canaviais na faixa de 15-18 anos e acima de 19 anos, 35% e 53%, respectivamente. Isto é, estas duas faixas de idades somam um total de 88% das mulheres que trabalham na palha. O número de mulheres que se encontram na faixa de

21- Bairro de ponta de rua do município de Alagoa Grande que tem a maior parte de sua população trabalhando como assalariados na palha, fica situado em um dos pontos mais altos do município (morro) e neste a miséria é explícita e degradante.

idade entre 7-14 anos e trabalham no canavial é pequeno, seu índice é de 12% (tabela 17).

2.3.3.2 – O trabalho do menor

A quantidade de menores que trabalham na microrregião é significativa. A presença destes é mais marcante que a presença feminina. O campo é o local de trabalho onde encontra-se presente uma grande variedade de trabalhadores (velhos, mulheres, crianças das mais variadas idades, etc.). Já na indústria o trabalho é restrito a apenas alguns trabalhadores e não é prática das usinas – pelo menos na Santa Maria e Tanques – contratar crianças com idade inferior a 14 anos e mulheres para trabalharem dentro da mesmas. Nesta unidade o trabalho destas últimas se encontra restrito ao laboratório e, mesmo assim, são funcionárias que possuem uma certa capacitação técnica.

Segundo um dos administradores da usina Santa Maria, quem quiser ver crianças trabalhando nos canaviais é só ir até o campo pois os fornecedores das usinas e engenhos e as próprias usinas aceitam com bons olhos o trabalho do menor na palha. Mesmo quando estes não têm uma condição física satisfatória para assumir as tarefas sozinhos, são levados por seus pais ou irmãos para ajudá-los. Uma vez que a grande maioria dos serviços é pago por produção, qualquer contribuição adicional que a criança venha a dar é bem vinda, pois esta contribuição se refletirá no salário que será recebido no final de semana.

Mas, entre estes menores que ainda não assumem a responsabilidade de cumprir o trabalho sozinhos, existem aqueles que já tiveram o seu *cordão umbilical* de aprendiz cortado²². Estes são uma significativa fração dos menores e fazem parte ativa do

22- Durante o período em que trabalham ajudando os pais ou irmãos, não passam de um aprendiz e ainda não são considerados canavieiros. Após uma certa idade – em geral 12/14 anos – estes já têm absorvido a profissão e, através do trabalho individual, passam a ganhar seu próprio salário passando a fazer parte do mercado de trabalho canavieiro (nasce um canavieiro).

mercado de trabalho canavieiro. Viajam para outras microrregiões para trabalharem e a maioria já possui a carteira de trabalho, muito embora pouquíssimas se encontrem assinadas, também trabalham nas turmas de empreiteiros, enfim, são canavieiros *formados*.

Estes menores já carregam nas suas feições os traços característicos dos canavieiros: pele ressecada e queimada pelo sol, manchas e cicatrizes pelo corpo e, principalmente, a verdadeira idade "escondida" pelas condições físicas que apresentam, ou seja, assim como os pais e irmãos mais velhos, a sua aparência nunca expressa a idade que têm, eles apresentam ter bem mais idade do que a real. Quando das entrevistas, para ter a certeza de que a idade era mesmo aquela que informavam, perguntávamos qual era o ano do nascimento; em todos os casos, para nossa surpresa, a idade era realmente correta. Para estes, quando eram questionados com respeito a idade em que começara a trabalhar na palha, alguns respondiam: "não sei, foi bem novinho", ou então, "eu me criei no canavial".

Para se ter uma idéia da quantidade de menores que trabalham nos canaviais da microrregião é mister observar a tabela 18.

**Tabela 18 - Número de filhos que trabalham ou ajudam na cana
por faixa de idade**

Municípios e Distritos	Faixas de idades						Total dos que trabalham na cana		Total em cada distrito e município
	7 - 14		15 - 18		acima de 19				
Al. Grande	5	16%	12	39%	14	45%	31	100%	31
Canafistula	3	16%	6	32%	10	53%	19	86%	22
Zumbi	4	17%	8	35%	11	48%	23	96%	24
Pilões	2	8%	11	42%	13	50%	26	100%	26
Areia	6	15%	15	38%	18	46%	39	87%	44
Total	20	14%	52	38%	66	48%	138*	94%	147**

Fonte: Pesquisa de campo.

(*) Total de filhos que trabalham ou ajudam na cana.

(**) Total de filhos nas três faixas de idades apresentadas.

Observe que nesta tabela o percentual de menores que trabalham na palha e se encontram na faixa de idade de 7 a 14 anos é de apenas 14%. Contudo, se somarmos este percentual com o da faixa que vai de 15 a 18 anos, veremos que o índice vai ser expressivo (52%). O que significa estes 52%?. Ora, este índice significa que mais da metade dos filhos dos canaveiros entrevistados são também canaveiros e menores de idade. Este é um dado relevante, para se ter uma idéia da importância do trabalho dos menores na microrregião.

Esta mesma tabela nos mostra um outro dado interessante: em alguns casos — como o de Alagoa Grande e Pilões — a quantidade de filhos que tem a família canaveira nas três faixas de idade apresentadas é exatamente igual ao número de filhos que trabalham ou ajudam no canavial. Isto é, 100% dos filhos nestes dois municípios

estão de uma forma ou outra ligados ao mercado de trabalho canavieiro. Em Canafistula, Zumbi e Arcia o índice não chega a ser 100%, mas fica bem perto, 86%, 96% e 97%, respectivamente.

As condições de trabalho a que estes menores são submetidos são exatamente iguais às dos demais trabalhadores canavieiros. Não há nenhuma diferença de tratamento no trabalho dos menores, mulheres e homens adultos no trabalho do canavial. A forma de remuneração dos menores nos canaviais se dá em tese na mesma forma de remuneração dos adultos. Mas a maioria ganha menos já que o seu salário vai depender da sua capacidade produtiva.

2.4 – As unidades produtivas

As principais unidades produtivas do Brejo paraibano são os engenhos de processamento que produzem rapadura e aguardente e as usinas Santa Maria e Tanques.

Os engenhos são os precursores da cultura canavieira local e a existência destes se abalou drasticamente com a implantação das duas usinas na microrregião. Neste contexto, passaram a atuar de forma marginal sendo aos poucos transformados em meros fornecedores de matéria-prima para as usinas. Quer dizer, aqueles foram deixando de processar a cana e passando ou a arrendar suas terras para as usinas ou a plantar e fornecer a matéria-prima para as mesmas.

Este processo de transformação/extinção dos engenhos no Brejo paraibano é relativamente recente, se comparado com o que ocorreu no litoral. Segundo o SEDUP, o processo na microrregião foi lento até os anos 70 e se acentuou nas duas últimas décadas, 70/80. Para se ter uma idéia, dados do SEDUP²³ mostram que em 1900, existiam só no município de Arcia cerca de 109 engenhos; em 1957 deste total apenas 80 (oitenta) continuavam moendo, já em 1978, apenas 37 (trinta e sete) engenhos se

23- Ver: "Aspectos das Condições de Vida e de Trabalho dos Assalariados da Cana-de-açúcar no Brejo paraibano". p. 12 a 14.

encontravam em atividade; e quando da pesquisa que deu origem ao citado relatório realizada em 1984, o SEDUP só encontrou 25 engenhos funcionando no município de Areia. E, não temos dúvidas de que na presente década (90) este número já seja bem inferior, até mesmo porque durante a realização da nossa pesquisa, testemunhamos o processo de encerramento das atividades de alguns destes engenhos que ainda funcionavam, dentre estes o engenho Quatí e Gameleira. Aliás, com relação a este último, tivemos a oportunidade de acompanhar a retirada dos moradores das terras do mesmo. A história deste engenho (Gameleira) será relatada ainda neste capítulo.

No relatório do SEDUP encontra-se ainda a afirmação que no município de Pilões, antes dos anos 60, haviam cerca de 42 engenhos em pleno funcionamento, sendo que todos saíram de atividade até o ano de 1983, com exceção de um que ainda se encontra em funcionamento. Para a microrregião como um todo, estima-se no SEDUP que exista no total cerca de 40/45 engenhos em toda microrregião, exercendo mais o papel de fornecedores de cana para as usinas, apesar de continuarem moendo parte de sua produção no engenho.

Veja que nestes dados do relatório do SEDUP fica claro a perda do espaço dos engenhos da microrregião para as usinas. Esta reestruturação de atividades no setor canavieiro e a centralização da atividade pelas "usinas", tem provocado significativas transformações na microrregião, uma vez que quebra com todo um ciclo de relações as quais tinham seus suportes no funcionamento destes antigos engenhos, a saber: a relação de moradia.

Mas não cabe aqui discutir sobre a relação de moradia, uma vez que esta já foi apresentada anteriormente. Cabe sim, discutir a o impacto da perda de espaço dos engenhos para as usinas, na composição atual da força de trabalho onde as relações salariais são as fundamentais e mais generalizadas. Igualmente o impacto nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores canavieiros locais, que em média mostra uma acentuada degradação. Por outro lado, a crise do mercado de trabalho canavieiro nada mais é que a expressão da crise de uma ou outra unidade produtiva, que por sua vez expressa a crise generalizada do setor canavieiro nordestino. A este respeito basta

observar a relação que há entre a crise do mercado de trabalho canavieiro nos municípios de Areia e Pilões com a crise da usina Santa Maria.

2.4.1 – A usina Santa Maria

Nesta parte, apresentamos um pouco da situação da usina Santa Maria, porque sua crise repercute diretamente na oferta de empregos do setor canavieiro do Brejo paraibano.

Dentre as unidades produtivas que “funcionam” atualmente no brejo paraibano encontra-se a usina Santa Maria. Localizada nos limites do município de Areia e Pilões, pertence à família do Sr. Solon Lira Lins e é, apesar das crises que vem atravessando, a unidade produtiva mais moderna da microrregião. A usina Santa Maria é produtora de açúcar e possui uma destilaria anexa que produz álcool, o ano de anexação da destilaria à usina foi 1978, como pode ser visto na tabela 19.

Tabela 19 - Destilarias posteriores e anteriores ao Proácool, ano de entrada em funcionamento, características do empreendimento, capacidade, produtiva e localização. Paraíba – 1985

Empresas	ano de entrada	Características do empreendimento	Capacidade de produção*	Localização
<u>I - Anteriores ao Pró-Álcool</u>				
1 - Santa Helena	1977	Anexa	9,0	Sapé
2 - Giasa	1977	Autônoma	21,4	P. de Fogo
3 - Santana	1981	Anexa	8,7	S. Rita
<u>II - Depois do Pró-álcool</u>				
1 - Miriri	1977	Autônoma	20,3	Sapé
2 - Santa Maria	1978	Anexa	6,3	Areia
3 - Agican	1978	Autônoma	27,8	Mataraca
4 - Tabú	1979	Autônoma	21,6	Caaporã
5 - São João	1979	Anexa	28,6	Santa Rita
6 - Jacuipe	1982	Autônoma	15,8	Lucena
7 - Japungú	1982	Autônoma	10,9	Santa Rita
8 - Una	1984	Autônoma	21,6	Sapé
Total	—	—	200,1	—

Fonte: Coordenação de agroindústrias - COAGRIN

In: DANTAS, A. "Municípios em estudos na zona canavieira".

Paraíba, mimeo.

(*) em milhões de litros

Observe na tabela 19 que das 11 (onze) destilarias que existem na Paraíba 4 (quatro) são anexas as usinas já existentes e entre estas se encontra a destilaria da Santa Maria, a única que se localiza na microrregião canavieira do Brejo paraibano. Conforme cadastro do INCRA, a usina Santa Maria declara possuir terras em Pilões e Areia que somam 3.452 ha. A partir da década de 70, a usina aumentou significativamente esta

quantidade de terras, passando a arrendar terras de engenhos e fazendas para a produção de cana.

A quantidade de cana medida por toneladas sofreu significativo aumento a partir, principalmente, de meados da década de 70, assim como o número de fornecedores de cana-de-açúcar. Se observarmos na tabela 20, veremos que dentre as usinas que se dispõem de dados, a Santa Maria aparece como uma das principais unidades produtivas do Estado, tanto pelo volume de cana medida por tonelada, assim como pelo número de fornecedores, acompanhada de perto pela usina São João localizada em Santa Rita.

Tabela 20 - Fornecedores e quantidades de cana-de-açúcar fornecida segundo as safras e as empresas agroindustriais receptoras - Paraíba 74/75, 75/76 e 80/81

Nº de ordem	nome da empresa	município onde se situa	safras					
			74/75		75/76		80/81	
			nº de fornec.	quantidade de cana (t)	Nº de fornec.	quantidade de cana (t)	Nº de fornec.	quantidade de cana (t)
1	Santa Maria*	Areia	220	39.202.100	309	80.790.850	325	277.032.500
2	Tanques	Alagoa Grande	284	139.909.630	286	106.586.600	196	121.183.910
3	Monte Alegre	Mamanguape	105	84.182.875	94	58.757.070	123	91.533.320
4	Santa Helena*	Sapé	247	—	—	146.641.985	145	196.702.080
5	São João*	Santa Rita	250	134.595.010	311	111.864.890	128	140.260.600
6	Santana*	Santa Rita	114	46.016.880	186	55.877.640	156	97.101.330
7	Santa Rita	Santa Rita	120	—	—	68.877.650	150	97.909.360
8	Santo A. (Agican)	Mataraca	—	—	—	—	193	222.915.267
9	Miriri	Sapé	—	—	—	—	107	7.575.310
10	Artur T. (Giza)	P. de Fogo	—	—	—	—	195	176.919.840
11	Tabu	Caaporã	—	—	—	—	—	—
12	Japungu	Santa Rita	—	—	—	—	—	—
13	Jacuipe	Lucena	—	—	—	—	—	—
14	Una	Sapé	—	—	—	—	—	—

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA - Delegacia Regional da Paraíba - 1987

In: DANTAS, A. "Municípios em estudos na zona canavieira". Paraíba, mimeo.

(*) com destilaria anexa.

Ainda na tabela 20, veja a trajetória ascendente da usina Santa Maria. Da safra 74/75 para a de 75/76, ou seja, em um ano, ela duplica a quantidade de cana moída por hectare e aumenta em quase 50% seu número de fornecedores. Na safra 74/75, dentre

as cinco usinas de que se dispõe de dados na tabela 20, a usina Santa Maria aparece em 5º lugar, ou seja, na última colocação entre as cinco usinas. Já na safra 75/76, entre as sete usinas que aparecem na tabela 20, a Santa Maria passa a ocupar a quarta colocação e vai seguindo sua trajetória ascendente, para fechar na safra 80/81 na primeira colocação em quantidade de cana moída por tonelada, assim como no número de fornecedores.

Estes foram, como diz um dos administradores da usina, "um período de ouro, onde todo mundo trabalhava e ganhava dinheiro". Mas como todo período de auge um dia prova o sabor do declínio, a usina fechou a década de 80 enfrentando uma forte crise que vai estourar no início dos anos 90, chegando a provocar periódicos fechamentos da usina em plena safra com a paralisação do processo produtivo. Aliás, já bem antes dos anos 90, na safra 83/84, a usina começava a revelar sinais de fraqueza, caindo para décima segunda colocação no Estado por tonelada de cana moída (200.000t). Se o passado desta usina foi promissor, o presente é de crise e o futuro incerto. Como se encontra expresso nas palavras de um administrador da mesma:

"Aqui já produzimos muito, chegamos a produzir 24 horas sem parar, a usina só não usou 100% da sua capacidade porque o campo não tinha como colocar tanta cana. Tinha em torno de 6.000 homens trabalhando no campo e na indústria. Mas a coisa começou a ficar ruim e hoje se encontra na situação que vocês estão vendo: todo mundo parado, passando fome, a usina devendo um mundão de dinheiro e a gente sem saber quando volta a trabalhar. Se não tiver uma solução logo, não sei o que vai acontecer... no final do ano passado (1991) foi a invasão de Arcia, com o risco de saques, que foi evitado, acho que da próxima vez pode ser muito pior".

Administrador da usina

É verdade que a crise que o administrador expressa em suas palavras não é pequena. A usina tem uma dívida muito grande com o Banco do Brasil, este é o principal credor da mesma, vindo após os trabalhadores. Uma atitude para a retomada do processo produtivo já não passa apenas pela vontade dos proprietários da usina e pela vontade dos trabalhadores em voltarem a trabalhar. A indústria em si exige investimentos para repor a maquinaria que estragou pelo não uso e pela falta de manutenção. Segundo a própria administração da usina já faz algum tempo que não se realiza nenhum serviço de manutenção na indústria e esta se encontra em claro processo de sucateamento. Outro problema quando se quiser voltar a produzir será o fornecimento da matéria-prima para o uso da indústria, pois já faz algum tempo que a usina vem apenas cortando a cana dos seus canaviais. Faz tempo que ela não investe no campo, e até as fazendas que eram arrendadas para fornecerem cana para a indústria foram entregues a seus donos quando do término do contrato. Durante o ano de 1992, quando a mesma já se encontrava fechada em pleno período de safra, era fácil encontrar caminhões da usina Tanques puxando cana dos canaviais da usina Santa Maria para processá-las em Alagoa Grande.

São fatos como estes que não deixam dúvidas de que o futuro da Santa Maria não é promissor. Se os canaviais que a mesma dispunha para se abastecer não eram suficientes quando estavam em condições bem melhores, hoje a situação com toda certeza é muitas vezes pior. Isto leva o administrador da usina a concluir que quem quiser levar a usina ao seu funcionamento normal, vai ter que investir no mínimo 4 ou 5 anos no campo, caso contrário, colocar a indústria para funcionar apenas com a cana que se tem hoje no campo, significa mantê-la com uma alta capacidade ociosa por muito tempo.

Um fato que tende a agravar a situação da usina Santa Maria é o problema da produtividade dos canaviais do Brejo, uma vez que esta é menor que as de outras regiões canavieiras da Paraíba e Brasil, a produtividade média da região é de apenas 40t/ha; em alguns municípios do Litoral esta fica em torno das 55t/ha, enquanto que no Sudeste, a produtividade fica em torno das 75t/ha. Veja que estas são diferenças significantes para

determinar o bom desempenho de uma unidade agroindustrial do tipo da usina Santa Maria. Afirma-se que fatores simples como estes não foram levados em consideração quando da instalação da usina no local em que se encontra. Isto porque, pela capacidade de produção instalada na indústria, seria preciso que o campo tivesse uma produtividade bastante elevada para dar conta desta capacidade, o que não é verdade.

O número de empregos diretos e indiretos que esta usina gera é significativo na Paraíba e principalmente na microrregião. Considerando a previsão da média de empregos totais que ela gera segundo um dos seus administradores que é de 5.000 empregos e a previsão feita pelo LAT²⁴ do número de canavieiros do Estado que é de 75.000, obtemos um índice de geração de empregos diretos e indiretos pela usina Santa Maria de 7%. Esta porcentagem quer dizer que a usina Santa Maria chega a gerar 7% dos empregos do setor canavieiro paraibano em piques da safra, quando está funcionando, é lógico. Para ilustrar melhor a importância desta unidade agroindustrial e de outras mais na geração de emprego no Estado, basta observar a tabela 21.

24- LAT - Laboratório de Análises do Trabalho. *"Convenções Coletivas: Quantificando o Roubo dos Patrões"*. Relatório. João Pessoa, UFPB, p. 8.

Tabela 21 - Mão-de-obra direta empregada na indústria alcooleira/açucareira no Estado da Paraíba-1983

Destilarias e Usinas	Emprego Direto-Sector Industrial
Arthur Tavares	660*
Miriri	660*
Santo Antonio	693*
São João	912
Santa Helena	882
Santa Maria	820
Santana	304*
Santa Rita	304
Tabú	660
Jacuípe	660
Japungu	365
Total	6.920

Fonte: Pesquisa Direta

In: Mendes Filho, Gildásio Alvares, "Avaliação do Desempenho do Proálcool na Paraíba" UFPb- Mst Administração, João Pessoa, 1993

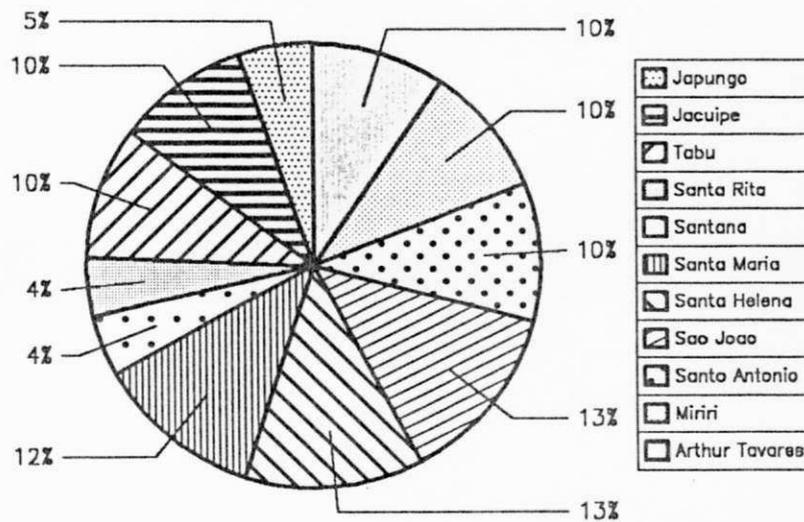
(*) Estimativa

Nesta tabela pode-se observar a importância que a usina Santa Maria tem na geração de empregos diretos na Paraíba. Veja que na tabela se encontram presentes as maiores usinas do Estado e, a Santa Maria aparece na terceira colocação na geração de empregos diretos²⁵ ficando atrás apenas de duas outras gigantes que também possuem destilarias anexas, São João e Santa Helena. Aliás, diga-se de passagem, a situação desta última — Santa Helena — também não é das melhores ela enfrenta uma situação de

25- Os empregos diretos são aqueles gerados dentro da indústria e que a grande maioria dos trabalhadores possuem a carteira de trabalho assinada: motoristas, pessoal de escritório, agrônomos, engenheiros, técnicos de laboratórios, operários etc. Não inclui o pessoal do campo.

crise bem parecida com as crises da usina Santa Maria. Até agosto de 1992 esta se encontrava já há bastante tempo parada e em maio de 1992, quase que se dava um confronto armado entre os reideiros da usina e os seus proprietários. Ambos os lados se encontravam prontos para um enfrentamento no dia 8 de maio de 1992, quando a policia interveio e capturou várias armas de grossos calibres que seriam utilizadas pelas partes envolvidas. "...a policia apreendeu um (01) mosquefal (de uso exclusivo das forças armadas), quatro (04) espingardas calibre 12, uma (01) pistola taurus calibre 7.65, quatro (04) revólveres calibre 38 e um (01) revólver magnum 357, além de cem (100) cartuchos de munição."²⁶ O delegado local nesta mesma reportagem afirma que "daria para começar uma "guerrinha".

Grafico 3- Níveis de empregos diretos gerados pelas principais usinas do Estado - 1983.



Como já me referi anteriormente, estas crises na qual passa o setor canavieiro paraibano tem como característica refletir a crise de uma ou outra unidade produtiva. Especialmente quando a crise se instala nas principais unidades agroindustriais do Estado. Estas unidades, assim como os respectivos indices de emprego se encontram no

26- Jornal Correio da Paraiba. Sábado 09 de maio de 1992. p. 17. Matéria intitulada: "Na Usina Santa Helena".

gráfico 3. Veja que as usinas que mais geram empregos no Estado são três: São João, Santa Helena e Santa Maria.

Esta, assim como a Santa Maria, também enfrenta sérios problemas devido às queixas trabalhistas que atingem cifras muito altas. A usina Santa Maria e a Santa Helena, são gigantes adormecidos que repousam sobre a fonte de renda de seus súditos: os canaviais. A situação chegou a tal ponto que o grito que entoa da garganta dos canavieiros não é por melhores condições de trabalho ou por melhores salários, mas por *trabalho*.

2.4.1.1 – O caso do engenho Gameleira²⁷

O caso que aqui vamos descrever é típico da crise do setor canavieiro e da usina Santa Maria na microrregião.

A história do conflito do engenho Gameleira começa com o seu arrendamento em 1975. Na época o proprietário deste antigo engenho, o Sr. Luis Lira de Melo, não tendo recursos para tocar o engenho fez o arrendamento deste para a usina Santa Maria, sendo o contrato de arrendamento válido pelo período de 5 (cinco) anos, assim, de 1975, até 1979, as terras do engenho passaram a fazer parte das várias outras terras arrendadas pela usina.

Passado este período de 5 (cinco) anos, ou seja, a partir de 1979, o engenho foi arrendado por um novo período, só que desta feita a uma terceira pessoa. Este novo contrato teria validade no período de 1979 a 1986, encerrado-se este período o engenho voltou para as mãos da usina que por sua vez começou a introduzir mudanças na estrutura interna do antigo engenho. Uma dessas mudanças e a mais importante, foi a imediata redução das áreas destinadas aos roçados das famílias moradoras, que era em

27- Fica expresso os nossos sinceros agradecimentos a D. Maria, Pres. do STR de Areia na época da pesquisa que nos permitiu acompanhar pessoalmente o desfecho deste caso e nos fez um relato completo da história deste engenho do período em que foi arrendado pela usina, até a retirada de todos os seus moradores para torná-lo uma fazenda de gado.

torno de 3 a 4 hectares e passaram a ser, na sua grande maioria, de apenas 6 tarefas²⁸, aproximadamente 2 hectares.

Esta mudança, segundo a presidente do STR de Areia, deixou as 52 (cinquenta e duas) famílias que moravam no antigo engenho impossibilitadas de realizarem suas plantações de subsistência. Assim, os moradores começaram a se movimentar contra esta atitude e passaram a se reunir, organizados por duas moradoras do engenho (Carminha e Albertina), que com o ocorrido passaram a se destacar como lideranças entre os moradores.

A opção para os moradores era se submeterem as novas regras ou desocuparem a casa sem receber nenhum direito. Alguns moradores optaram por deixar o antigo engenho não colocando o patrão em "questão". Os demais, organizaram-se em um grupo e entraram com uma ação trabalhista através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Guarabira.

O problema maior veio à tona quando surge a pergunta: Quem é realmente responsável pelos direitos dos moradores — que são ao mesmo tempo trabalhadores assalariados da palha — do antigo engenho? os proprietários do engenho se defendiam afirmando que já desde 1975 os moradores não trabalhavam mais com eles, uma vez que eles estavam afastados das atividades do engenho e quem tocava o trabalho nas suas terras eram os arrendatários; já os arrendatários — usina Santa Maria — se defendiam afirmando que os moradores do engenho eram trabalhadores bem antes do arrendamento, portanto, da responsabilidade dos proprietários do mesmo.

Estava colocado o impasse. A verdade é que para qualquer observador, ambos eram responsáveis pelos moradores do antigo engenho. Isto porque do lado dos proprietários, estes eram responsáveis pelo tempo em que os moradores viviam em suas terras — muitos que ali estavam tinham nascido e se criado nas terras do engenho, herdando a moradia dos seus pais que já eram moradores do engenho Gameleira —. E,

28- Chamamos aqui mais uma vez a atenção do leitor para o fato de que cada tarefa tem aproximadamente 1/3 de hectare, sendo assim, a redução feita pelos proprietários da usina era legal, uma vez que este é o limite mínimo permitido pela legislação que regula os direitos dos moradores. "Lei do Sítio". Só que é bom salientar que esta lei traz um parágrafo que diz o seguinte: "as áreas de terras... concedidas aos trabalhadores acima do limite de 2 hectares, constituem direito adquirido não podendo ser reduzida".

do lado da usina Santa Maria, esta era responsável pelos direitos trabalhistas dos trabalhadores. Uma vez que, durante o período de arrendamento os moradores eram operários da usina.

O caso foi parar na justiça e o parecer foi o seguinte: os moradores, diante do fato de não poderem permanecer nas terras do engenho passando o direito de moradia para a viúva ou filhos, só deveriam sair da mesma quando fossem "indenizados". Também considerou como responsável pelos trabalhadores tanto os proprietários do engenho como a usina Santa Maria. Assim, foi feito um acordo que incluía os proprietários das terras do antigo engenho, os proprietários da usina Santa Maria, os moradores e o STR de Areia.

A decisão era retirar os moradores das terras do engenho e esta decisão se dá com a entrada em cena de um terceiro personagem: O Sr. Clóvis Pereira Cabral, que é genro e futuro herdeiro do Sr. Luis Lira de Melo, proprietário das terras do engenho. O Sr. Clóvis é o novo arrendatário das terras do engenho — arrendou a parte dos outros futuros herdeiros — e tem como intenção transformar o mesmo em uma grande fazenda de gado. Só que desta feita, o arrendamento foi condicionado a retirada dos moradores que restavam nas terras do engenho, lá só passaria a permanecer um morador que seria o vaqueiro da propriedade.

Assim, o acordo entre as partes envolvidas ficou da seguinte maneira: do lado dos proprietários do engenho, estes "indenizariam" os bens de raízes²⁹ que os moradores tinham em seus pequenos lotes de terras e dariam de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias depois do pagamento da "indenização" para os moradores deixarem as terras do antigo engenho. Do lado dos proprietários da usina, esta pagaria os direitos trabalhistas dos trabalhadores pelo tempo em que as terras do engenho estiveram arrendadas a usina e os moradores trabalhando para a mesma e a usina assumiria o direito de moradia dos moradores que tinham que deixar as terras do engenho. Assim, a usina transferiu para suas terras os que lá queriam morar porque não tinha o dinheiro para pagar os direitos

²⁹- *bens de raízes* são todos os tipos de fruteiras que venham a existir no lote de terra e que tenha sido plantado pelo morador ou pelo seus antepassados (cajueiros, mangueiras, bananeiras, etc.).

trabalhistas dos mesmos, mas na condição de moradores recentes, deixando invalidados as dezenas de anos de moradia no engenho Gameleira.

Enfim, o desfecho do caso foi o seguinte: parte dos moradores do antigo engenho foram embora abandonando tudo para trás, sem receber nenhum direito. Uma outra parte recebeu a indenização pelos bens de raízes e comprou uma "casinha" na periferia (ponta de rua) de Areia ou município circunvizinho e lá foi morar. Estes ainda aguardam sem muitas esperanças os direitos trabalhistas por parte da usina. E, uma terceira parte, tornou-se novamente morador, desta feita da usina Santa Maria. Este terceiro grupo guarda mais esperanças de um dia receberem os direitos trabalhistas pois, esperam que se a usina vier a falir de uma vez, os seus direitos sejam pagos com a posse da propriedade em que se encontram.

Observe que o desfecho do caso foi favorável só para duas das três partes envolvidas: os proprietários do antigo engenho se "livraram" de todos os antigos moradores sem assumir nenhuma responsabilidade. Sem problemas, o engenho passou a ser fazenda de gado, as terras do engenho, por sinal, já estavam sendo cercadas com arame farpado quando da nossa pesquisa, para ser colocado dentro da mesma o gado. A maioria das casas e sítios dos antigos moradores estavam abandonadas e as casas, eram destelhadas e deixadas só com as paredes em pé, em alguns casos também as paredes eram derrubadas. O argumento que o proprietário do antigo engenho usava para destelhar as casas minutos após o ex-morador ter retirado sua pouca mobília era que: a retirada das telhas evitava que os marimbondos tomassem conta.

Já a usina, em verdade, não pagou direitos trabalhistas a nenhum morador do antigo engenho. Uma vez que a mesma assumiu o direito de moradia dos que quisessem continuar como moradores e estes esperam a usina obter "condições" para o pagamento de tais direitos.

Quanto aos antigos moradores do engenho Gameleira — agora fazenda de gado — o que receberam mesmo foi a "indenização" pelos bens de raízes. Esta indenização variou de valor de acordo com o que havia no lote de terra do antigo morador. No período de visita ao campo, tivemos a oportunidade de acompanhar a

presidente do STR de Areia e ajudarmos a fazer o levantamento de alguns bens de raízes dos poucos moradores que ainda permaneciam no local — por sinal este era o papel que o sindicato assumiria neste acordo: fazer o levantamento dos bens de raízes e estipular o valor da indenização —. Dos valores que nos foi fornecidos pela presidente do STR de Areia, concluímos que os moradores receberam em média³⁰ US\$ 845 (oitocentos e quarenta e cinco dólares). Recebido esta indenização pelos bens de raízes, a regra era esquecer que um dia foram moradores daquela propriedade ou que ali se encontra a origem dos seus antepassados. *É chegada a hora de abandonar o "habitat" natural porque o boi pede passagem, o novo "habitat" está a sua espera: as pontas de rua ou favelas dos centros urbanos.*

A insatisfação entre os antigos moradores é grande. Entre os que tivemos oportunidade de conversar sobre o assunto todos foram unânimes: "só saímos de lá porque não tínhamos outra opção". A reclamação é porque, segundo estes, mesmo indo ser morador nas terras da usina a situação não seria a mesma do antigo engenho, teriam que começar tudo do zero, o roçado nestas novas terras quase não existe e o trabalho assalariado não está fácil de arranjar.

Veja que o resgate da história do antigo engenho Gameleira apresenta três períodos distintos: no primeiro, o declínio da atividade canavieira baseada nos antigos engenhos; no segundo, o avanço das atividades sucro-alcooleira baseado nas usinas com destilarias anexas e; em terceiro, a redução das atividades sucro-alcooleira com a consequente expansão da atividade pecuária.

Aliás, com relação a este último momento, segundo o atual arrendatário das terras do antigo engenho, o Sr. Clóvis Pereira Cabral, a cultura da cana-de-açúcar no Brejo está condenada e o motivo desta condenação, para ele, são os altos custos das obrigações trabalhistas. Isto porque, segundo ele, a microrregião faz uso de uma quantidade de mão-de-obra muito grande para a produção da cana. "Durante todo o ano paga-se salário para plantar, limpar, cortar, cambitar e encher. Não tem quem

30- Dentro desta média haviam moradores que só receberam o equivalente a US\$ 352 (trezentos e cinquenta e dois dólares) por seu lote não dispor de muitas fruteiras ou porque as que existiam estarem morrendo.

aguento". Ainda segundo o Sr. Clóvis, a tendência na microrregião é o avanço da pecuária de corte, o que já vem ocorrendo há algum tempo na microrregião.

2.4.2 – A usina Tanques

A usina Tanques se localiza no município de Alagoa Grande e produz apenas açúcar. É uma unidade produtiva mais antiga que a usina Santa Maria – os equipamentos que possui são obsoletos e antiquados com relação a outras usinas do Estado – apesar disto, tem uma quantidade de terras que é superior às da usina Santa Maria. Enquanto a Santa Maria dispõe de 3.452 ha, a Tanques possui 4.953,6 ha, isto de acordo com o cadastro do INCRA de 1980. Não dispomos de dados sobre a quantidade de operários que a mesma emprega, mas sabemos que o número é inferior ao da usina Santa Maria. A usina Tanques não chega a absorver toda mão de obra disponível no município de Alagoa Grande.

Contudo, dado os constantes fechamentos da Santa Maria, a Usina Tanques vem tendo um papel de destaque na manutenção da atividade canavieira da microrregião. Aliás, entre os canavieiros que responderam a nossa pergunta sobre em qual unidade produtiva tinham trabalhado pela última vez, a usina Tanques ficou na frente da Santa Maria com um índice de 12%, enquanto que a Santa Maria obteve um índice de 10%. Este fato está colocado no quadro 24.

**Quadro 24 – Local onde o entrevistado trabalhou pela
pela última vez como assalariado**

Local	V.A	V.R
Usina Tanques	6	12%
Usina Santa Maria	5	10%
Litoral	12	24%
Fornecedores	21	42%
Baixo Paraíba	6	12%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo

O quadro 24 também mostra que uma significativa porcentagem dos canavieiros entrevistados foram trabalhar em outras microrregiões canavieiras do Estado – Litoral e Baixo Paraíba – estas duas microrregiões apresentam índices de 24% e 12% respectivamente, somando um total de 36% de trabalhadores que tiveram que ir se assalariar fora da microrregião do Brejo.

Os fornecedores foram os que mais ofereceram emprego ao trabalhador rural na microrregião³¹.

³¹- Os fornecedores aqui são os engenhos, fazendas e demais unidades que fornecem cana para as usinas, e também utilizam a cana para consumo da própria unidade.

CAPÍTULO III

IV – OS SALÁRIOS E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

3.1 – O salário mínimo nacional

Antes de entrarmos na discussão sobre a remuneração dos canavieiros da microrregião, é importante que façamos uma análise geral sobre a atual situação do salário mínimo nacional, assim como da situação de remuneração da mão-de-obra do setor agrícola do país.

Esta análise é importante, uma vez que os salários dos canavieiros tem um estreito vínculo com o salário mínimo nacional¹ e a situação dos salários do setor agrícola reflete, por sua vez, um quadro da remuneração de toda força de trabalho empregada

1- O piso de salário dos canavieiros tem como base o salário mínimo nacional. Este é regulamentado no dissídio na cláusula segunda que trata da garantia salarial. Esta mesma cláusula segunda reza que: "Fica assegurado à categoria profissional durante o período de vigência do presente acordo em Dissídio Coletivo, a percepção do salário nunca inferior ao salário mínimo, acrescido de 10% (dez por cento). Veja que esta cláusula relaciona diretamente o salário do canavieiro ao salário mínimo nacional com um acréscimo de 10% para a categoria.

na agricultura. Entre esta força de trabalho do setor agrícola se encontram os canavieiros que são a categoria específica da nossa análise.

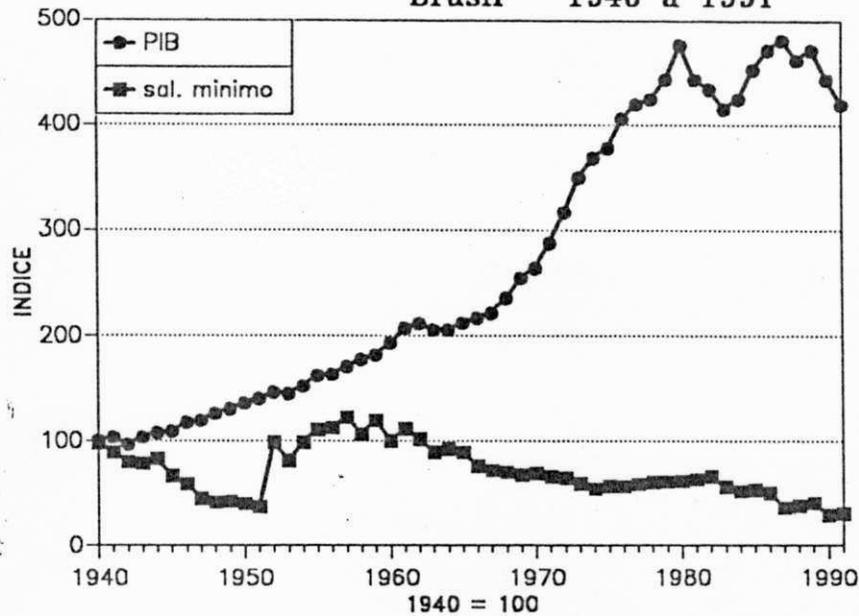
A história do desenvolvimento econômico neste país é termômetro da crescente geração da riqueza assim como da sua concentração. Apesar da crise pela qual passa o sistema capitalista mundial, principalmente nos países do terceiro mundo, o crescimento da riqueza nacional nunca deixou de existir. A acumulação e a valorização do capital seguem seu ritmo normal. Desta feita, nas décadas recentes a acumulação capitalista cresceu não tanto sobre a égide do capital industrial, mas sim, do capital financeiro.

O mercado financeiro deixa de ser o termômetro da valorização do capital industrial e dos reinvestimentos produtivos e passa a representar, ele mesmo, o ciclo da reprodução do capital. Esta fase se caracteriza pela acumulação do capital sem que o mesmo tenha que passar, necessariamente, pela esfera do capital industrial.

O capital industrial segue seu caminho de valorização, só que desta feita sobre os efeitos da concentração da riqueza nova ou da já existente. Em todo o período de crise do capitalismo mundial, principalmente no Brasil, uma constatação se torna clara: de um lado, o crescimento da riqueza nacional segue sem atropelos sua escalada ascendente e, de outro, a dura realidade de que, apesar do "bolo" ter crescido, as promessas de distribuí-lo não se concretizaram. O resultado é a diminuição da participação da classe trabalhadora na produção da riqueza nacional.

No Brasil, e, em geral, nos países do terceiro mundo o desenvolvimento sócio-econômico se baseia no uso da mão-de-obra barata. Por outro lado é indiscutível que ao longo dos anos a crise tem feito como principal vítima os salários dos trabalhadores. Em qualquer setor que analisemos encontramos implícita a política de cassação dos salários em nome do desenvolvimento econômico e o que é pior, esta cassação é colocada sempre como consequência da crise. Contudo, apesar de tal crise a riqueza nacional continua a crescer, em contra partida, os salários continuam a declinar. O gráfico 4, mostra esta realidade.

Grafico 4- Salario Minimo Real
 PIB Per Capita
 Brasil - 1940 a 1991



Fonte DIEESE. In: Pesquisa DIEESE. "O salário mínimo nacional".
 Número 4, abril de 1992. Ed. Especial.

Este gráfico mostra a evolução do PIB per capita e do salário mínimo no Brasil do ano de 1940 a 1991. Veja que apesar das dificuldades que a economia brasileira atravessou neste intervalo de tempo o PIB mostrou uma tendência sempre crescente. É bem verdade que na década de 80, este indicador sofreu uma significativa redução (ver gráfico 4), contudo, esta redução nem de longe pode ser comparada com a do salário mínimo, que só conseguiu ficar acima do seu valor real de 100% no ano de 1940, no então período que vai deste 1955 a 1962. Passado este período de ganho real o salário mínimo passa a despencar paulatinamente ao longo dos anos fechando o ano de 1991, com um valor real de apenas 25% em relação a 1940.

Observe que este gráfico apresenta dois indicadores de fundamental importância para a economia. De um lado, o PIB per capita, que representa a produção da riqueza material por habitante e, de outro lado, a redução do salário mínimo, que representa a remuneração de aproximadamente 70% da força de trabalho deste país, em outras

palavras, a variável salário representa a participação do fator trabalho na apropriação da riqueza produzida.

Assim, o gráfico 4 nos dar um panorama de como vem se comportando os salários em relação ao comportamento do PIB. Veja que estamos chegando ao início do século XXI e apesar do país ter atravessado a fase de economia agrário exportadora para se transformar numa latente nação industrial, a grande maioria de seus cidadãos (principalmente os trabalhadores) ainda se encontram vivendo em péssimas condições de vida. A situação chegou a tal ponto que na atual década a classe pobre de ontem é a miserável de hoje e a miserável de hoje pode não passar de uma estatística amanhã, estatística que representará a quantidade de mortos pela violência urbana ou pela desnutrição e doença que em alguns cantos do mundo já há muito foram quase erradicadas. O salário mínimo, que num primeiro momento tinha como intenção a melhoria das condições de reprodução da força de trabalho não qualificada ao longo do tempo, perde o seu rumo.

A criação do salário mínimo no Brasil representa a luta dos assalariados para garantirem uma remuneração melhor para os trabalhadores não qualificados. Este ao longo do tempo tem também passado a servir como base de cálculo não apenas para remunerar a força de trabalho não-qualificada, mas também a qualificada, uma vez que quando se fala em piso de salário para uma determinada categoria, se fala sempre em uma certa quantidade de salários mínimos².

Nestes termos, de uma certa forma, a situação do poder de compra do salário mínimo passou a refletir a situação de uma significativa parcela dos trabalhadores brasileiros. Assim, avaliar a capacidade do poder de compra do salário mínimo é, ao mesmo tempo, utilizar um termômetro que nos vai dar uma idéia de como se encontra o poder de compra de uma elevada fração dos trabalhadores brasileiros.

De forma geral, vamos analisar mais de perto o que vem acontecendo com o salário mínimo nas últimas décadas. Anteriormente já observamos que a situação deste com

2- Um bom exemplo, é o piso nacional de diversas categorias de trabalhadores qualificados que têm como medida para a remuneração da sua força de trabalho o salário mínimo. (a exemplo a categoria dos engenheiros que têm como piso salarial a quantia de 8,5 salários mínimos)

relação ao PIB per capita não é nada satisfatória. No gráfico 4 vimos que o salário perde poder aquisitivo de forma violenta e vem tomando direção oposta à da evolução da produção de riqueza no país entre 1965 e 1991.

Para visualizarmos melhor a situação do salário mínimo, é mister analisarmos um pouco os números que nos são apresentados na tabela 22.

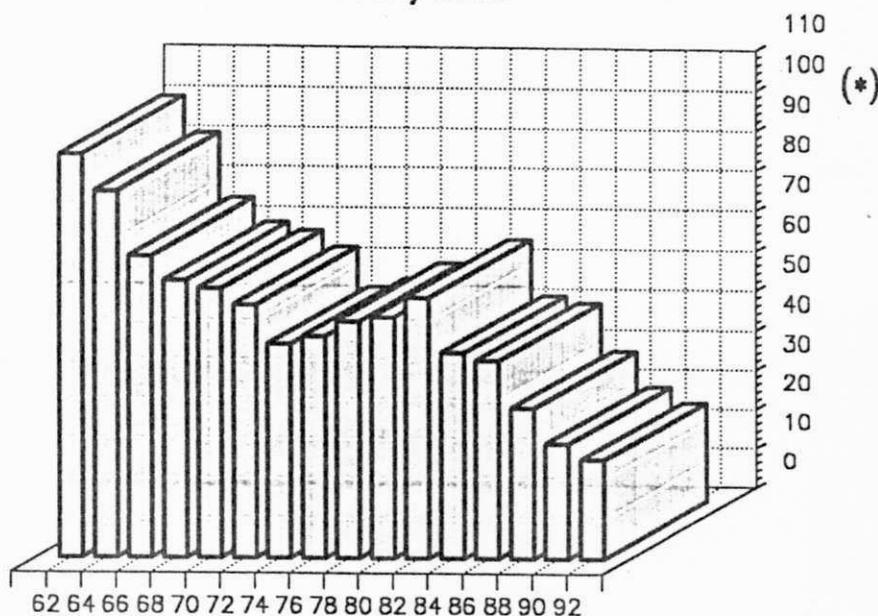
Tabela 22 - Salário Mínimo Real Maiores e Menores Valores

mês/ano	Valor Real em Cr\$ de Março/92	Índice Julho/40 = 100
Jun/40	468.664,50	100,00
Jul/51	165.902,02	35,40
Ago/56	667.866,50	142,50
Jan/59	675.258,68	144,08
Mar/86	243.112,61	51,87
Mar/90	147.801,19	31,54
Mar/92	96.037,33	20,49

Nota: Deflator utilizado ICV-DIEESE 1 a 3 Salários Mínimos.
Fonte: DIEESE.

Esta tabela apresenta os maiores e os menores valores do salário mínimo desde o ano de 1940 até início de 1992. Observe que por um curto período de tempo – de agosto de 56 a janeiro de 59 – o salário mínimo teve um ganho significativo no seu poder de compra em relação ao ano de 1940. Esta elevação representa sem dúvida um curto momento conjuntural onde a economia passava por um período de *boom* impulsionada pela política do pós-guerra. Mas como a tabela mostra este foi um único momento isolado, logo após o mesmo, passa novamente a despencar chegando ao ano de 1962 com o mesmo poder de compra que tinha em 1940. A partir do ano de 1962, a tendência foi a queda progressiva do seu poder aquisitivo. As paulatinas perdas do salário mínimo podem ser visualizadas no gráfico 5.

**Gráfico 5- Variação do salário mínimo
1962/1992**



(*) Valor médio até junho - Fonte: Dieese

Veja neste gráfico que em 1962, o salário mínimo tinha o mesmo poder aquisitivo que em 1940, ou seja, 100%. Dai em diante a realidade para os que vivem deste passa a ser negra e incerta pois, o salário mínimo passa a se "destróçar" ao longo do tempo para fechar o primeiro semestre de 1992, com um insignificante 25% de poder aquisitivo com relação ao ano de 1940.

Esta é uma estatística preocupante, uma vez que a economia brasileira se caracteriza por uma grande fração de seus trabalhadores (mais de 2/3) ganhando até um salário mínimo. E como se este fato não fosse suficiente, um outro dado que sem dúvida mostra ainda com mais clareza a gravidade da situação é o de o Brasil possuir o terceiro menor salário mínimo entre os vinte e quatro (24) países listados na tabela 23.

**Tabela 23 - PNB Capita, menor remuneração mensal e jornada de trabalho
semanal - países selecionados.**

Pais	PNB Per Capita US\$ 1987 ^(b)	Salário Mínimo Mensal US\$ ^(a)	Horas de Trabalho Semana
EUA	18.530	680 ⁽¹⁾	40
Suécia	15.550	454 ⁽²⁾	40
Canadá	15.160	920 ⁽¹⁾	40
Dinamarca	14.930	1.325 ⁽¹⁾	37,5
França	12.790	1.000	39
Holanda	11.860	1.075	42,5
Itália	10.350	500 ⁽²⁾	35-38 ⁽⁴⁾
Espanha	6.010	600	42
Tchecoslováquia	5.820	76	40
Venezuela	3.230	135-140	40
Argentina	2.390	98	N/D
Hungria	2.240	92 ⁽²⁾	40
Uruguai	2.190	80	40
Polónia	2.070	69	40
Brasil	2.020	43⁽³⁾	44
Mexico	1.830	100	40
Síria	1.640	87 ⁽²⁾	40
Peru	1.470	40	40
Equador	1.040	150	40
Paraguai	990	180	40
Egito	680	33 ⁽²⁾	40
Marrocos	610	141	48
Bolivia	580	45	40
Senegal	520	100	40

Fontes: A - Consulados e embaixadas.

B - PNUD. Relatório sobre Desenvolvimento Humano, 1990.

Notas. 1 - O salário mínimo é fixado para o salário hora. O valor apresentado foi calculado com base na carga horária mensal de trabalho.

2 - O valor apresentado refere-se aos menores salários, já que não existe a figura do salário mínimo nesses países.

3 - Salário mínimo em dólares calculado de acordo com a cotação do dólar livre em 14/04/92, Cr\$ 2.217,95.

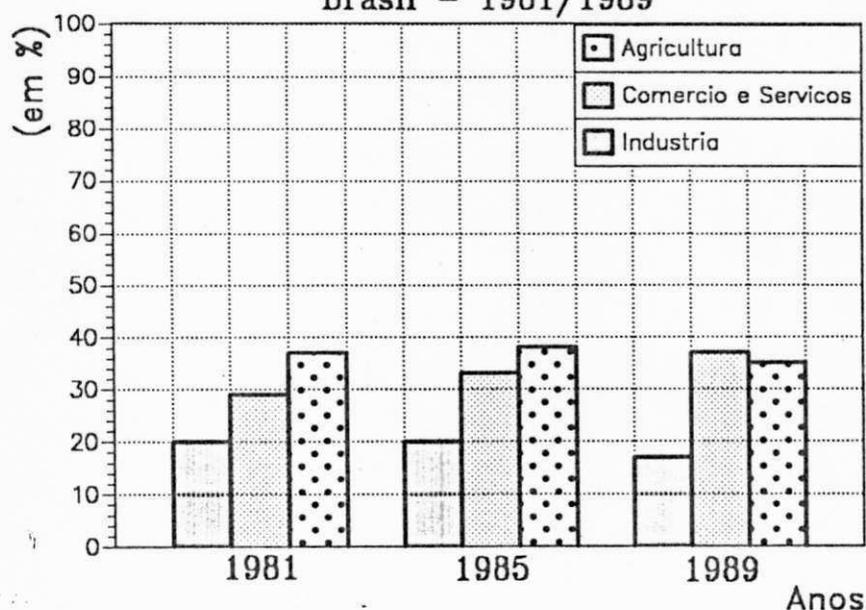
4 - A duração da jornada é aproximada, pois não há legislação que a regule.

Fonte: DIEESE.

Observe que nesta tabela, o Brasil se encontra na vigésima primeira colocação em se tratando da remuneração mínima da força de trabalho. Some-se a isto o fato de que em todos os setores da economia – indústria, serviços e agricultura – existe uma significativa quantidade de trabalhadores que não chegam a receber nem mesmo o piso salarial mínimo.

O gráfico 6 mostra a porcentagem de trabalhadores que recebem como remuneração por sua força de trabalho até um salário mínimo por setores da economia.

Gráfico 6- Trabalhadores recebendo até 1 salário mínimo, por setor da economia Brasil - 1981/1989



Fonte: IBGE. PNAD, 1981, 1985, 1989.

Veja neste gráfico que no setor de comércio e serviços a porcentagem de trabalhadores que recebem até um salário mínimo cresce significativamente – em 1981 era de 29%, em 1985 passou para 23% e chegou em 1989 com um índice de 37% – acumulando um aumento relativo de 8% no período. A agricultura chega em 1989 com um índice inferior (35%) ao ano de 85 e 81, 38% e 38% respectivamente. Isto não quer dizer que o número de trabalhadores que recebiam até um salário mínimo tenha diminuído, mas que o setor agrícola foi o que sofreu a maior redução no número de

trabalhadores empregados. A exceção aqui fica para os trabalhadores do setor industrial, este manteve constante os índices dos que recebiam até um salário mínimo nos anos de 1981 a 1985, (20%), e aparece em 1989 com um índice inferior aos anos anteriores (17%, gráfico 6). Com certeza os dados com relação a este setor nos anos seguintes mostram uma tendência ao aumento destes trabalhadores que recebem até um mínimo, isso devido a forte recessão que se instalou no país neste período.

Da análise que acabamos de fazer sobre a produção da riqueza nacional e a evolução dos salários, chegamos a uma conclusão que talvez seja óbvia, mas importante de ser confirmada. Qual seja? que apesar da grande crise que se instalou na economia capitalista mundial, em especial nos países subdesenvolvidos, a produção da riqueza segue sua trajetória ascendente, em contrapartida, os salários mergulham num poço escuro sem perspectivas de recuperação.

3.1.2 - Os salários no setor agrícola

Discutida a questão do salário mínimo de forma geral nos três setores da economia, vamos então afunilar mais a análise e ver como se encontram os salários apenas no setor primário (agricultura), uma vez que é neste que foi realizada a pesquisa.

Se a situação da remuneração da força de trabalho no país como um todo é um quadro preocupante, sem sombra de dúvidas no setor agropecuário da economia brasileira é um verdadeiro caos. Este é o setor que logra receber a menor remuneração média da economia, ou seja, aquele que tem a menor participação na apropriação da riqueza produzida. A análise de dados oficiais, assim como extra-oficiais, nos remetem com facilidade a tais conclusões. Veja, por exemplo, na tabela 24, a situação do rendimento médio mensal nas atividades agropecuárias em 1980 no Estado da Paraíba.

Tabela 24 - Rendimento médio mensal nas atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca – Paraíba 1980 –

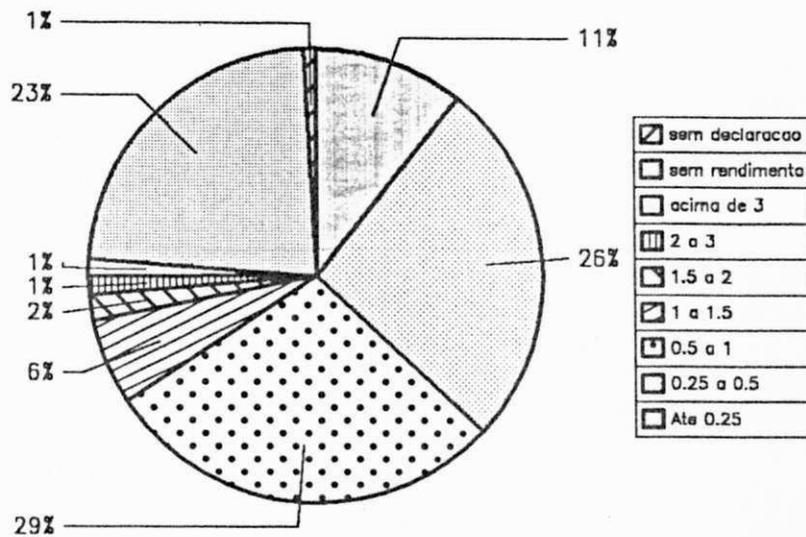
R.M.M* (Salário mínimo)	Número de pessoas por classe de rendimentos (V.A)	Porcentagem de pessoas por classe de rendimento (V.R)
Até 1/4	44.395	10,75%
Mais de 1/4 a 1/2	108.291	26,24%
Mais de 1/2 a 1	118.119	28,62%
Mais de 1 a 1 1/2	25.133	6,09%
Mais de 1 1/2 a 2	7.658	1,85%
Mais de 2 a 3	5.403	1,30%
Mais de 3 a 5	2.860	0,69%
Mais de 5 a 10	1.605	0,38%
Mais de 10 a 20	574	0,13%
Mais de 20	224	0,05%
Sem rendimento	94.900	22,99%
Sem declaração	3.447	0,83%
Total	412.609	100%

Fonte: IBGE; Censo Demográfico, Mão-de-obra, Paraíba 1983.

* Rendimento Médio Mensal

Observe que nesta tabela a grande maioria (66%) tem rendimento entre 1/4 até 1 salário mínimo mensal. Dentro deste conjunto, é significativo que 37% dos trabalhadores tem rendimentos na faixa que vai de 1/4 até 1/2, salário mínimo. Igualmente expressivo são os que declaram não ter nenhum rendimento, com um índice também alto de 22,99%. Para visualizar melhor a situação que se apresenta na tabela 24, é mister darmos uma rápida olhada no gráfico 7, pois o gráfico fala por si só.

Grafico 7- Rendimento medio mensal no setor agricola em salario minimo



Neste gráfico fica fácil visualizar a distorção entre as menores porcentagens de indivíduos que recebem as menores faixas de rendas, ou que não possuem rendimentos e as irrisórias porcentagens que aparecem para aqueles que ganham acima de 1 (um) salário mínimo. Veja por exemplo, que os quatro maiores índices (29%, 26%, 23% e 11%) representam o quantum de indivíduos que ganham até no máximo 1 (um) salário mínimo, ou não possuem nenhum rendimento, como é o caso da faixa que representa 23% do gráfico. Somando os que ganham até 1 (um) salário mínimo e os que declaram não possuir rendimentos (29%, 26%, 23% e 11%), vamos encontrar o expressivo índice de 89%. Em outras palavras, 89% dos indivíduos que se encontram nas atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca deste Estado, possuem rendimentos médios mensais que oscila entre 0 (zero) a 1 (um) salário mínimo.

Ora, depois de apresentar a situação em que se encontra a grande massa dos trabalhadores que recebem até 1 (um) salário mínimo nos diversos setores da economia do país e no setor agrícola do Estado da Paraíba, o quadro que se visualiza é dos mais

deploráveis. Se de acordo com os próprios números oficiais encontramos que 66% de indivíduos participantes nas atividades agropecuárias de extração vegetal e pesca ganham entre 1/4 a 1 salário mínimo e 22,99% não tem nenhum rendimento, a única coisa que podemos dizer é que esta situação não representa nenhuma política de retomada do crescimento nem de crise crônica do sistema capitalista, representa sim, a concretização vergonhosa e paulatina de um processo de lento extermínio de ampla frações da classe trabalhadora deste país. É o extermínio do que o capitalismo tem de mais importante para sua sustentação: o trabalho vivo. Dispondo de um amplo exército industrial de reserva que vai além dos limites necessário à dinâmica do capitalismo, o Brasil pode até se dá ao luxo de deixar que a violência acabe com eles.³

3.2 – As perdas salariais dos canavieiros

Apesar das sucessivas provas de força organizacional que tem apresentado os canavieiros nas suas campanhas salariais, esta força que a categoria tem demonstrado não se mostra eficaz contra o descumprimento que toma conta das relações entre patrões e assalariados. É necessário observar que a classe tem uma grande capacidade de conseguir a normatização das relações de trabalho, ou seja, existe uma "certa facilidade" em se colocar as normas no papel (o preto no branco), o problema surge quando da necessidade de fazer cumprir as normas que se encontram regulamentadas nos dissídios coletivos da categoria.

3- O que significa a matança de presos neste país senão o extermínio de uma parte do exército industrial de reserva, assim como a matança de menores, prostitutas ou agricultores. Olhar a matança destas classes como consequência da violência que elas venham a promover dentro da sociedade, é mostrar a aparência do fenômeno, não a essência. Na figura do assaltante, na maioria dos casos, se esconde um homem que não tem opção por um emprego digno. Na figura do presidiário, na maioria dos casos, se esconde um ex-trabalhador, que um dia já logrou ganhar "salário" e se manter honestamente. Na figura do menor de rua, se esconde uma família desestruturada, que na maioria dos casos, o pai não teve condições de com o que ganha colocar em sua casa o mínimo necessário para manter o filho no conforto do lar. Este é o quadro que delineamos do capitalismo brasileiro. A violência para com estas classes é fruto do próprio capitalismo. Trabalhador aqui no Brasil, especialmente, é barbaramente trucidado pelo fato do sistema não ter necessidade deste. E esta situação se perpetuará até o ponto em que o extermínio do exército industrial de reserva colocar em risco a existência do sistema, aí sim, quando o extermínio da força de trabalho colocar em risco, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo nacional, a partir deste momento, não tenham dúvidas de que se dará uma solução prática e rápida para a violência social. Enquanto isto, apesar da violência, o capitalismo brasileiro vai bem obrigado. A produção e a apropriação de riquezas navega calmamente no oceano tempestuoso que também navega a força de trabalho, só que esta última se encontra em um barco torpedeado prestes a ir a pique, seus passageiros se encontram na situação de "salve-se quem puder".

O paulatino desenvolvimento dos acordos por parte dos patrões tem provocado um esvaziamento na luta pela normatização das relações de trabalho no setor canavieiro. Este tipo de atitude pelo lado dos patrões (desrespeito dos acordos coletivos) tem se mostrado como uma preciosa arma utilizada pelos mesmos para a redução dos salários dos canavieiros, assim como para a maior exploração da força de trabalho.

Pesquisas recentes (1990) do Laboratório de Análises do Trabalho (LAT) e da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educação (FASE) tentam apresentar o quadro das perdas salariais dos canavieiros do estado dado o descumprimento dos acordos coletivos. Os dados são alarmantes.

Segundo o relatório⁴ destes dois órgãos de pesquisa (LAT/FASE) o descumprimento coloca os trabalhadores canavieiros deste dois estados num grande quadro de perdas salariais que agravam as condições de trabalho e de vida da categoria. Entre os principais fatores que provocam perdas entre a categoria, são destacados seis no citado relatório: salário, tarefa, medição e não pagamento do repouso semanal remunerado, férias e 13º salário.

Estes fatores que são levantados não esgotam de forma alguma as fontes de perdas salariais dos canavieiros dos dois estados a que se referem. Contudo, são parâmetros para avaliação da situação de descumprimento dos acordos.

O citado relatório apresenta os três primeiros fatores acima citados (salário, tarefa, medição) em um quadro comparativo dos montantes recebidos e não recebidos, durante a vigência das convenções avaliadas, o qual transcremos abaixo:

4- "Convenções coletivas qualificando o roubo dos patrões" (LAT/FASE - Alagoas)

**Quadro 25 – Perdas salariais (em PNS's*) dos canavieiros da
Paraíba e Alagoas**

Estado/safra	A receber** (em PNS's)	Recebido (em PNS's)	Perda (em PNS's)
Pb (87/88)	22,7	9,0	13,7
Pb (88/89)	23,6	6,3	17,3
Al (88/89)	21,2	8,4	12,8

Fonte: LAT/UFPb e FASE/Al

(*) Piso Nacional de Salários. (salário mínimo nacional mais uma porcentagem que na Paraíba é de 10% e em Alagoas é de 6%).

(**) Tarefa média realizadas vezes 12 meses, vezes piso salarial ($T_m \times 12 \times P_s$).

Observe que no quadro apresentado temos um panorama da situação dos perdas dos trabalhadores canavieiros e estas se mostram significativas. Cabe aqui lembrar que o citado quadro só apresenta perdas derivadas dos três primeiros fatores mencionados anteriormente.

A coluna de perda no quadro 25, representa o montante que cada trabalhador canavieiro perdeu no ano das respectivas safras nos três fatores apresentados. O quadro vai demonstrar a gravidade da situação se considerarmos o universo de canavieiros de cada estado. Ou seja, considerando, segundo o relatório, as populações médias de 75.000 trabalhadores canavieiros para a Paraíba e de 150.000 para Alagoas, vamos encontrar a magnitude das quantias que foram apropriadas indevidamente pela classe patronal nas respectivas safras.

Assim, para a Paraíba, nós temos os seguintes números na safra 87/88: $(13,7 \text{ PNS's}) \times (75.000)$, ou seja, 1.027.500 PNS's. Vamos fazer uma comparação da safra

88/89 de Alagoas, vamos então trabalhar apenas com estas duas safras da Paraíba e de Alagoas, abandonando assim, a safra 87/88 da Paraíba.

Nestes termos nós ficamos com os seguintes números para a Paraíba na safra 88/89: $(17,3 \text{ PNS's}) \times (75.000) = 1.297.500 \text{ PNS's}$, ou seja, a classe patronal do estado da Paraíba, devido ao descumprimento dos acordos que regem as regras para o pagamento dos fatores salário, tarefa e medição, se apropriaram indevidamente de 1.297.500 PNS's dos trabalhadores do estado. Esta quantia equivale a uma "economia" para a classe patronal do estado da ordem de US\$ 592.717.000 (quinhentos e noventa e dois milhões, setecentos e dezessete mil dólares).

Já para o estado de Alagoas nós ficamos com os seguintes números para a safra 88/89: $(12,8 \text{ PNS's}) \times (150.000) = 1.920.000 \text{ PNS's}$, ou seja, os patrões de estado de Alagoas deixaram de pagar para os trabalhadores o equivalente a 1.920.000 PNS's, o que representa uma perda para a categoria dos canavieiros alagoanos da ordem de US\$ 877.084.000 (oitocentos e setenta e sete milhões e oitenta e quatro mil dólares).

Concluindo o citado relatório o LAT e a FASE afirmam que: "As Convenções Coletivas de Trabalho, no que se refere à atividade agrícola canavieira, não cumprem o seu papel institucional de normatizar as relações de trabalho". Esta é uma verdade que nós também não podemos omitir, até mesmo porque ao longo do presente trabalho, várias foram as passagens em que fizemos referência ao desrespeito ao acordo coletivo de 1991. **Para a categoria dos canavieiros os direitos conquistados não significam direitos garantidos.**

As convenções coletivas têm exercido o papel de apenas criar um estado de direito para a categoria canavieira, estado este que inexistente na prática da vida do operário do setor sucro-alcooleiro.

Para se ter uma noção mais clara das perdas salariais dos canavieiros é mister observar a tabela 25.

Tabela 25 – Preço da cana x salário dos canavieiros do NE

mês/ano	cana (t) (Cr\$)	salários (Cr\$)	Ts de cana para pagar salário
Mar/90	297,17	4004,47	13,48
Abr/90	297,17	4004,47	13,48
Mai/90	297,17	4004,47	13,48
Jun/90	513,45	4209,96	8,20
Jul/90	513,45	5346,19	10,41
Ago/90	897,01	5671,77	6,32
Set/90	1004,65	6601,38	6,57
Out/90	1004,65	7003,40	6,97
Nov/90	1605,35	10650,00	6,63
Dez/90	1794,83	10650,00	5,93
Jan/91	2028,05	13558,16	6,69
Fev/91	2976,77	17485,00	5,87
Mar/91	2976,77	18700,00	6,28
Abr/91	2976,77	21700,00	7,29
Mai/91	3259,56	24831,68	7,62
Jun/91	3259,56	24831,68	7,62
Jul/91	3748,48	24831,68	6,62
Ago/91	3804,72	37861,60	9,95

Fonte: DIEESE.

Obs: Salários a partir de abril/91 com abono, Lei 8178/91

Esta tabela apresenta a evolução do preço da tonelada de cana pago aos produtores e a evolução dos salários no período de março de 1990 a agosto de 1991. Na quarta coluna da tabela, temos a quantidade de toneladas de cana para pagar o salário do canavieiro.

Ao se estabelecer a relação entre salário versus tonelada de cana, observamos na tabela 25 que em março de 1990, o empregador necessitava de 13,48 toneladas de cana para pagar o salário do canavieiro. Em agosto de 1991, esta quantidade foi reduzida para 9,95 toneladas (última linha da tabela). Veja que tal redução se deu devido ao fato de o preço da tonelada de cana paga ao produtor ter subido mais que os salários dos canavieiros.

É interessante também observar na tabela 25, que entre o mês de março de 1990 e agosto de 1991, a quantidade de toneladas de cana para pagar os salários já esteve bem inferior a 9,95 toneladas. A exemplo, observe-se que em fevereiro de 1991 a quantidade de toneladas de cana para pagar o salário do canavieiro do Nordeste cai de 13,48 toneladas em março de 1990, para 11 (onze) meses depois, fevereiro de 1991, chegar a cifra de 5,87 toneladas. Nos meses seguintes ela apresenta uma pequena recuperação e chega a agosto de 1991 em 9,95 toneladas. A partir de abril de 1991, encontra-se incluído no cálculo da tabela 25, o abono salarial determinado pelo governo. Isto significa que estas quantidades de toneladas de cana para pagar os salários dos canavieiros do Nordeste podem ser menores, uma vez que nem todos os patrões pagam o abono para os seus empregados.

O quadro que aqui se delinea não é nada animador, é sim estarrecedor, pois a variação dos preços relativos das mercadorias força de trabalho e tonelada de cana ao longo de 18 meses não caminham no mesmo ritmo. A última alcança um preço progressivo enquanto a primeira um crescimento decrescente em valores reais. O quadro será o inverso se tratar-se da compra de um trator em lugar da força de trabalho no mesmo período. Com certeza ao longo do tempo, se precisaria cada vez de mais toneladas de cana para comprar o trator, pois neste caso, a variação dos preços relativos dos produtos agrícolas são inferiores aos dos produtos industrializados.

3.3 – Os salários na microrregião do Brejo

Apresentado o quadro com relação ao salário mínimo nacional, especificamente, no setor agrícola, assim como a situação salarial dos canavieiros no Nordeste, resta-nos afunilar a análise partindo para a apresentação dos dados que tratam dos salários na microrregião do estudo. É desta tarefa que nos incumbiremos no presente tópico.

É uma característica que já se torna marca entre os canavieiros, estes receberem remunerações bastante baixas. O Brejo não é exceção. A tabela 26 apresenta os salários ganhos pelos trabalhadores que fizeram parte da pesquisa de campo na semana de trabalho anterior a entrevista.

Tabela 26 – Salários ganhos pelos canavieiros na semana de trabalho anterior à pesquisa

Salário Semanal (em CRS)	V.A	V.R	Equivalência (em US\$ *)
até 10.000	12	26 %	até 5,8
de 10.000 - 20.000	21	46 %	de 5,8 até 11,8
de 20.000 - 30.000	12	26 %	de 11,8 até 17,6
de 30.000 - 40.000	01	2 %	de 17,6 até 23,5
de 40.000 - 50.000	0	0 %	de 23,5 até 29,4
Total	46 **	100 %	—

Fonte: Pesquisa de Campo.

(*) O valor do dólar foi calculado pela média dos cinco dias da semana Trabalhada, o resultado encontrado foi: CRS 1.700,00 (Hum Mil e Setecentos Cruzeiros)

(**) Total de canavieiros entre os 50 entrevistados que trabalharam na semana anterior à pesquisa.

obs: o salário mínimo na época da pesquisa era de Cr\$ 92.000 (noventa e dois mil cruzeiros), ou seja, aproximadamente US\$ 54,11 (cinquenta e quatro dólares e onze centavos).

Nesta tabela vemos que a maioria dos trabalhadores canavieiros (46%) que fizeram parte da pesquisa e trabalharam na semana anterior à pesquisa, ganharam entre dez e vinte mil cruzeiros. Nesta faixa, mesmo os que tiveram os salários mais altos (US\$ 13,8), não chegaram a ganhar a proporção correspondente ao salário mínimo (US\$ 13,70 semanal), sendo que os que ganharam até US\$ 5,8, tiveram uma perda de mais de 50%.

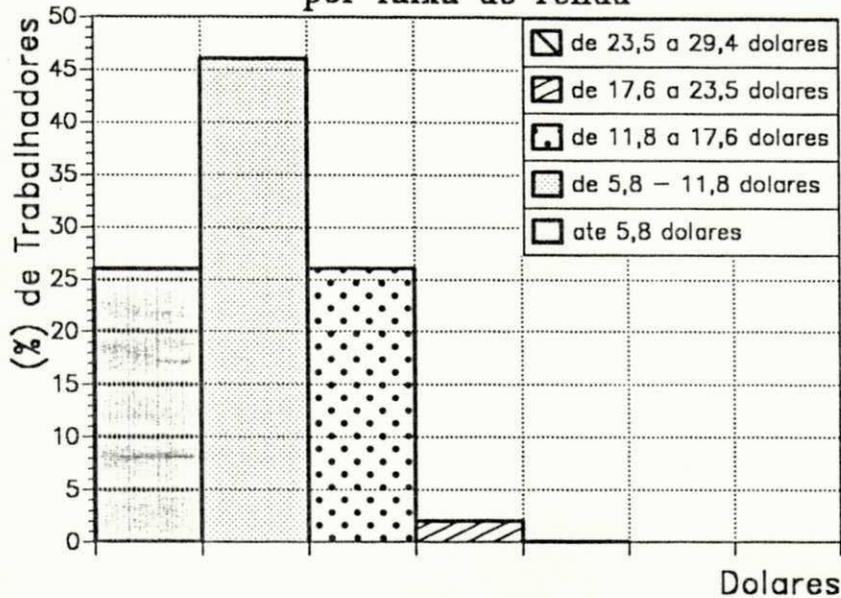
Na análise anterior, partimos da hipótese de que o piso salarial dos canavieiros normatizado na convenção coletiva é igual ao salário mínimo nacional, o que não é totalmente verdade. Isto porque a convenção coletiva dos canavieiros da Paraíba de 1991 (Dissídio Coletivo), deixa explícito que o piso salarial dos canavieiros não pode ser inferior ao salário mínimo nacional acrescido de 10%. Isto é, o trabalhador canavieiro a época da pesquisa, deveria ganhar um mínimo de Cr\$ 92.000 + 10%, o que daria um salário mensal de Cr\$ 101.200 (cento e um mil e duzentos cruzeiros).

Assim sendo, para os 46% que ganharam na faixa de dez a vinte mil cruzeiros, os que tinham os salários mais altos tiveram uma perda salarial semanal da ordem de US\$ 2,94 e os que tinham os salários mais baixos tiveram uma perda salarial semanal da ordem de US\$ 8,82 semanal.

Observe ainda que 26% dos trabalhadores tiveram rendimentos inferiores a US\$ 5,58 semanal, juntando as duas primeiras faixas salariais, temos que 72% dos trabalhadores da cana ganham menos que o equivalente ao salário mínimo semanal (US\$ 13,70).

A terceira faixa de ganho, que vai de Cr\$ 20.000 a 30.000 semanal, é uma faixa de trabalhadores intermediária com uma média salarial correspondente ao salário mínimo. Entretanto, muitos dos que se encontram entre estes 26% de trabalhadores podem ter ganho tanto acima, como abaixo do salário mínimo. Uma vez que a semana de trabalho deveria valer para o canavieiro Cr\$ 25.300 (vinte e cinco mil e trezentos cruzeiros) ou US\$ 14,70, o que corresponde ao salário mínimo nacional adicionado de 10% como se encontra determinado no dissídio coletivo da categoria. Esta situação fica melhor representada no gráfico 8

Grafico 8- Salarios ganhos na semana de trabalho anterior a pesquisa por faixa de renda



Fonte: pesquisa de campo, 1992

3.3.1 – O décimo terceiro salário

Observada a situação com relação aos salários pagos na última semana de trabalho, vamos ver qual é o quadro com relação ao pagamento do décimo terceiro salário na microrregião do estudo, especificamente, nos três municípios pesquisados – Alagoa Grande, Pilões e Areia.

No quadro 26, temos o panorama geral dos trabalhadores que fizeram parte da pesquisa e que receberam ou não o décimo terceiro salário proporcional ao tempo de serviço.

**Quadro 26 – Pagamento do
13º salário**

Sim/Não	V.A	V.R
Sim	21	42%
Não	29	58%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro vemos que 42% dos canavieiros entrevistados receberam o décimo terceiro salário enquanto que 58%, afirmaram não haver recebido. Veja que entre estes 42% que receberam o décimo terceiro salário, não significa que todos receberam de acordo com o tempo que trabalharam durante o ano de 1991. Significa sim, que receberam um valor qualquer que ainda não nos interessa no momento, pois ainda não entramos no mérito se este valor foi o correto ou não, discutiremos este assunto um pouco mais adiante.

Assim, vamos ver como se apresenta a situação com relação ao pagamento do décimo terceiro salário em cada município da pesquisa.

No município de Alagoa Grande o quadro 27 mostra as porcentagens dos que receberam ou não o décimo terceiro salário.

**Quadro 27 – Pagamento do
13º Salário em Alagoa Grande**

Sim/Não	V.A	V.R
Sim	19	63%
Não	11	37%
Total	30	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro vemos que 63% dos canavieiros entrevistados neste município, receberam o décimo terceiro salário no ano de 1991, enquanto que 37% não recebeu. É bom lembrar que foi neste município que aplicamos o maior número de questionários, um total de 30 do universo de 50, só que estes trinta foram divididos entre o próprio município – Alagoa Grande – e mais dois distritos – Canafistula e Zumbi – .

A situação com relação ao pagamento do décimo terceiro salário em Pilões no ano de 1991, se encontra no quadro 28.

**Quadro 28 – Pagamento do
13º salário em Pilões**

Sim/Não	V.A	V.R
Sim	01	10%
Não	09	90%
Total	10	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro, vemos que a porcentagem de canavieiros que recebeu o décimo terceiro no município de Pilões foi de apenas 10%, em contrapartida, os que não receberam foi de 90%. Este baixo índice no município de Pilões, assim como no município de Areia (ver quadro 29) pode ser reflexo da crise da usina Santa Maria. Pois, no período da pesquisa, a mesma se encontrava fechada e os trabalhadores canavieiros do município de Pilões e Areia são muito dependente desta unidade produtiva. Isto não quer dizer que se a usina estivesse funcionando a pleno vapor a situação com relação ao pagamento do décimo terceiro salário em Pilões e Areia fossem tão diferente das do município de Alagoa Grande. Quer dizer apenas que o quadro nestes dois municípios talvez não seria como se apresenta. Veja no quadro 29 a situação de Areia.

**Quadro 29 – Pagamento do
13º salário em Areia**

Sim/Não	V.A	V.R
Sim	01	10%
Não	09	90%
Total	10	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Este é o perfil que se apresentou nos três municípios pesquisados com relação ao pagamento do décimo terceiro salário. Como a quantidade de canavieiros que receberam este benefício em Pilões e Areia foi insignificante, para efeito de análise da proporcionalidade ou não do valor pago em relação ao tempo de serviço vamos tomar como referência apenas os trabalhadores do município de Alagoa Grande, um vez que é neste município que o índice de pagamento do décimo terceiro salário é bem mais expressivo que nos demais.

Como nós vimos anteriormente no quadro 27 (pág. 167), registra que a quantidade de trabalhadores que recebeu o décimo terceiro salário em Alagoa Grande foi de 19 (dezenove). O quadro 30 traz listado estes dezenove trabalhadores e os meses que trabalharam em 1991, assim como os valores que estes receberam de décimo terceiro salário, tanto em cruzeiros como em dólares⁵.

Quadro 30 – 13º Salário: Valor recebido "proporcional" ao tempo de serviço em Alagoa Grande – 1991.

Tempo Meses	Valor recebido em CR\$	Proporção em US\$	Valor corrigido (Cr\$)	Valor corrigido (US\$)
7	9.500,00	5,58	53.600,00	31,52
12	12.200,00	7,17	92.000,00	54,11
6	30.000,00	17,64	46.000,00	27,00
5	24.000,00	14,11	38.300,00	22,54
5	10.000,00	5,88	38.300,00	22,54
12	10.000,00	5,88	92.000,00	54,11
12	10.000,00	5,58	92.000,00	54,11
12	25.000,00	14,70	92.000,00	54,11
12	38.000,00	22,35	92.000,00	54,11
4	25.000,00	14,70	30.600,00	18,03
4	20.000,00	11,76	30.600,00	18,03
4	24.000,00	14,11	30.600,00	18,03
5	12.000,00	7,05	38.300,00	22,54
3	17.200,00	10,11	23.000,00	13,54
4	18.000,00	10,58	30.600,00	18,03
5	3.850,00	2,26	38.300,00	22,54
4	24.000,00	14,14	30.600,00	18,03
4	24.000,00	14,14	30.600,00	18,03
6	4.500,00	2,64	46.000,00	27,00

Fonte: Pesquisa de campo.

* Inclui Canafistula e Zumbi

5- A indexação de todos estes valores em dólares tem como finalidade proporcionar ao leitor uma comparação dos valores da época da pesquisa com os valores da época em que estiver fazendo a leitura do trabalho. Para tanto, o mesmo só terá que saber o valor do dólar no momento em que estiver lendo a dissertação.

O quadro 30 nos mostra que — comparando a quantidade de meses trabalhados pelo canavieiro no ano de 1991 e o valor recebido como pagamento do décimo terceiro salário — não há uma proporcionalidade entre o tempo de serviço e o valor do décimo. Veja que o quadro 30 registra valores recebidos diferenciados para tempos idênticos durante o ano de 1991, ou tempos de trabalhos inferiores sendo recompensados com valores maiores que aqueles canavieiros com tempos de trabalhos mais prolongados.

Este fato significa que, na microrregião do Brejo, o pagamento de décimo terceiro salário não segue as normas que o regulamentam. Ou seja, entre os que têm o “privilegio” de receber o décimo terceiro salário o fazem segundo as decisões dos patrões. Observe bem que no quadro 30, aparecem, por exemplo, quatro canavieiros que trabalharam durante os 12 meses do ano e os valores pagos de décimo terceiro salário foram diferentes.

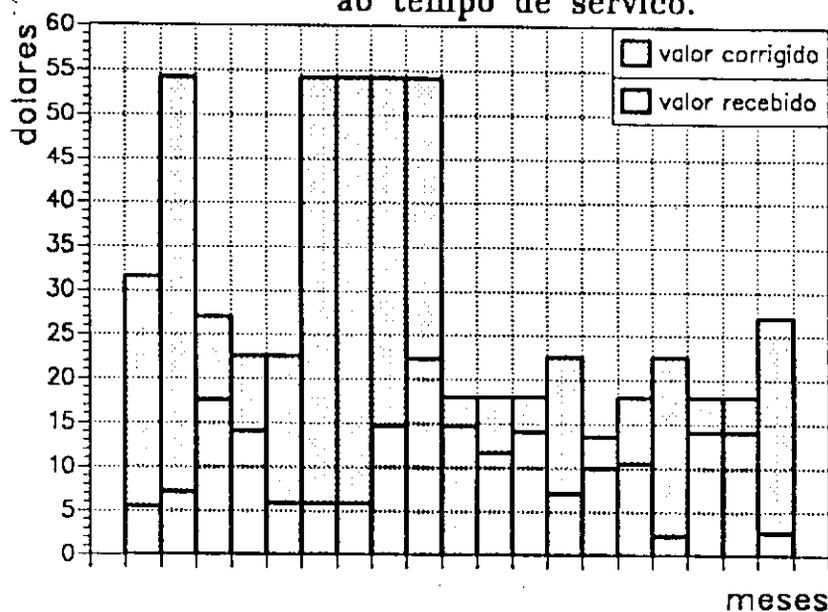
Ora, se o trabalhador passou todo o ano trabalhando com o mesmo patrão, o seu décimo terceiro salário deveria ser igual ao salário mínimo nacional mais 10%, como é normatizado na convenção coletiva. Estamos vendo claramente pelo quadro 30 que tal prática não ocorre, ou não ocorreu em 1991. No exemplo acima mencionado, dos quatro canavieiros que trabalharam 12 meses, o valor recebido pelos mesmos foi de US\$ 7,17; 5,88; 5,88 e 14,7 respectivamente.

No mesmo quadro 30, existe alguns casos de canavieiros que trabalharam 5 (cinco) meses e receberam de décimo terceiro salário o mesmo valor de alguns que trabalharam 12 (doze) meses. Mesmo no caso dos que trabalharam apenas 5 (cinco) meses do ano, o valor por eles recebido se encontra bem abaixo do que realmente deveria ser na época.

Ainda no quadro 30, podemos observar que nenhum dos valores que foram pagos pelo décimo terceiro salário é o valor correto proporcional ao tempo de serviço. Comparando os números das colunas 3 e 5 do quadro 30, vemos que os valores recebidos pelos canavieiros estão sempre abaixo do que deveria ser.

Esta situação fica melhor expressada no gráfico 9. Este apresenta os valores recebidos e corrigidos de décimo terceiro salário.

Grafico 9- 13 salario: valor recebido e valor corrigido proporcional ao tempo de servico.



Fonte: pesquisa de campo, 1992

Assim, através do gráfico 9 podemos ver claramente a perda salarial de cada trabalhador. Partindo deste gráfico e do quadro 30, podemos chegar a um quadro das perdas médias salariais entre os canavieiros quando do recebimento do décimo terceiro salário no ano de 1991. Estas perdas médias se encontram colocadas no quadro 31.

Quadro 31 - 13º Salário: Valor médio recebido e valor médio corrigido em Alagoa Grande

Total de trabalhadores	Meses trabalhados (Total)	Valor total recebido (CR\$)	Valor total recebido (US\$)	Meses trabalhados (média)	Valor médio recebido (CR\$)	Valor médio recebido (US\$)	13º Valor médio corrigido (CR\$)	13º Valor médio corrigido (US\$)	Perda salarial média (US\$)
19	126	341.250,00	200,73	6,6	17.875,00	10,51	50.569,00	29,74	19,23

Fonte: Pesquisa de campo.

O quadro 31 é uma dedução do quadro 30, onde se registra os valores médios recebidos assim como as perdas médias salariais dos trabalhadores canavieiros.

Na coluna 5 do quadro 31, encontramos a média de meses trabalhados por cada canavieiro em 1991 que foi de 6,6 meses. Estes trabalhadores receberam, por sua vez, uma média de Cr\$ 17.875,00 (dezessete mil oitocentos e setenta e cinco cruzeiros) ou US\$ 10,51 (dez dólares e cinquenta e um centavos), tal como indicam as colunas 6 e 7 do quadro 31.

A coluna 8 registra o valor médio que cada trabalhador deveria ter recebido individualmente de décimo terceiro salário por ter trabalhado em média 6,6 meses em 1991, isto é, eles deveriam ter recebido Cr\$ 50.569,00 (cinquenta mil quinhentos e sessenta e nove cruzeiros) ou US\$ 29,74 (vinte e nove dólares e setenta e quatro centavos). Isto significa dizer que cada trabalhador perdeu em média de décimo terceiro salário no ano de 1991 o equivalente a US\$ 19,23 (dezenove dólares e vinte e três centavos).

Este é o quadro que se apresentou entre os canavieiros entrevistados da microrregião em se tratando do décimo terceiro salário. A seguir, vamos agora ver como se encontra a situação com relação a variação da cesta básica no Estado para termos uma noção de como estes salários estão refletindo nas condições de vida e trabalho dos mesmos.

3.4 - A variação da cesta básica

Não é tão simples estabelecer a relação existente entre os salários canavieiros da microrregião e a variação da sua cesta básica. A dificuldade decorre do fato de que não existe o cálculo da cesta básica para o estado da Paraíba como um todo, ou para a microrregião especificamente. Assim a opção que nos resta é trabalhar com a cesta básica do município de João Pessoa. A variação desta é calculada pelo DIEESE a cada mês. Temos plena consciência de que esta não é a forma ideal para analisarmos a situação com relação a variação da cesta básica dos canavieiros do Brejo, tomando como parâmetro o caso do município de João Pessoa, mas esta é a única alternativa que dispomos.

Antes de qualquer análise é mister que conheçamos quais são os produtos que compõem esta cesta e as suas respectivas quantidades. Estes dados são apresentados na tabela 27.

**Tabela 27- Produtos que compõem a cesta da
ração essencial mínima**

Produtos	Quantidades
Carne	4,5 Kg
Leite	6.0 l
Feijão	4,5 Kg
Arroz	3,6 Kg
Farinha de mandioca	3,0 Kg
Tomate	12 Kg
Pão	6,0 Kg
Cafê	300 g
Banana	7,5 dz
Açúcar	3,0 Kg
Óleo	900 ml
Manteiga	750 g

Fonte: Boletim DIEESE. Número 137

Estes produtos que se encontram listados na tabela 27, representam a ração essencial mínima para uma família composta por 4 pessoas, sendo dois adultos e duas crianças para se alimentarem por um mês

Conhecida a composição desta cesta, vamos ver a sua variação no município de João Pessoa no ano de 1992. A tabela 28 traz esta variação.

Tabela 28 - Custo e variação da ração essencial mínima em João Pessoa de janeiro a setembro de 1992

Meses	Custo (Cr\$)	Variação (%)	Porcentagem do salário mínimo	Tempo de trabalho*
Janeiro	50.348,61	26,17	56,98	115h 20min
Fevereiro	64.441,32	27,99	72,94	147h 37min
Março	77.682,39	20,55	87,92	177h 57min
Abril	99.155,93	27,64	112,23	227h 09min
Mai	110.817,00	11,76	52,37	106h 00min
Junho	129.960,00	17,28	61,42	124h 19min
Julho	163.307,74	25,66	77,18	156h 12min
Agosto	199.847,44	22,37	94,45	191h 10min
Setembro	247.692,15	23,94	51,56	104h 21min

Fonte: Boletim DIEESE. Números (131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139)

(*) Tempo que o trabalhador que ganha até 1 (hum) salário mínimo precisa para comprar a ração essencial mínima em cada mês. (Decreto-lei nº 339 de 30,04/1938).

Como nós podemos observar nesta tabela, a variação da cesta básica no município de João Pessoa no período de janeiro a setembro de 1992 oscilou sempre na casa dos 20%. Para ser mais preciso durante estes nove meses a variação foi em média de 23% por mês.

Veja que em todos os meses foi necessário usar, em média, 74,11% do salário para a compra da cesta básica e esta é apenas a cesta alimentar. Fora a parte alimentar, com o que sobra do salário — que em média é 35% — o trabalhador ainda terá que dividir para os seguintes itens: habitação, transportes, vestuário, educação e cultura, saúde, equipamentos domésticos, recreação, limpeza doméstica e material de higiene pessoal.

Veja por exemplo que no mês de abril, mesmo que o trabalhador utilizasse todo o salário mínimo, não daria para comprar a cesta alimentar. No mês de Maio, a quantidade do salário mínimo para comprar a cesta alimentar básica, diminui um pouco devido ao salário ter recebido aumento, mesmo assim, neste mês foi necessário usar mais da metade do salário para a trabalhador adquirir a cesta.

Tomar como parâmetro a variação da cesta básica alimentar de João Pessoa para analisar a situação específica dos canavieiros da microrregião do Brejo, resolve uns problemas e cria outros.

Num primeiro momento, o custo da cesta básica de João Pessoa não tem grandes diferenças de custos da mesma cesta nos municípios do Brejo. Contudo, certamente a composição da cesta alimentar básica nesta microrregião, marcada pela origem rural de seus trabalhadores é diferente da cesta dos pessoenses. Nem por isso poderia pressupor-se que o custo da cesta seja tão inferior, uma vez que esta cesta alimentar básica apresentada na tabela 28 é para o consumo de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) e as famílias canavieiras apresentam uma média de 6,4 pessoas.

De qualquer forma, observando a evolução da cesta pessoense e nela a alta proporção do salário mínimo gasto só com a alimentação, podemos extrapolar e inferir que as condições de reprodução dos trabalhadores canavieiros fica seriamente afetada quando relacionada com os níveis salariais da região brejeira. Basta lembrar que 76% dos trabalhadores canavieiros ganham menos que um salário mínimo e entre estes 76%, uma significativa quantidade têm rendimentos que chegam ao máximo de 1/2 salário mínimo.

Por outro lado, a média de meses trabalhados é de 6,6 meses/ano, o que desenha um quadro estarrecedor, que eventualmente pode ser mitigado, em alguma medida, nas famílias que podem contar com um roçado que lhes permite obter alguns alimentos básicos para seu auto-consumo.

Por todas as considerações feitas, pode-se afirmar que a grande maioria das famílias canavieiras se reproduzem apenas ao nível da mera sobrevivência física.

Contudo, se a situação é negra para quem ganha o salário mínimo, então não o é apenas para os trabalhadores canavieiros. É para mais de 60% de todos os trabalhadores do país que logram ter um rendimento igual ou menor que um salário mínimo. E para se ter um idéia de como se encontra a situação deste salário mínimo é suficiente que se compare o seu valor nominal⁶ e necessário⁷ de janeiro a setembro de 1992. Estes valores são fornecidos na tabela 29.

Tabela 29 - Salário Mínimo Nominal e Necessário – Jan/Set de 1992 –

Período	Salário Mínimo Nominal (Cr\$)	Salário Mínimo Necessário (Cr\$)
Janeiro	96.037,33	534.383,00
Fevereiro	96.037,33	641.837,00
Março	96.037,33	749.798,00
Abril	96.037,33	975.100,00
Maio	230.000,00	1.105.877,00
Junho	230.000,00	1.354.634,00
Julho	230.000,00	1.687.679,00
Agosto	230.000,00	2.286.523,00
Setembro	522.186,94	3.043.080,00

Fonte: Boletim DIEESE. Nº 137. Ano XI. Setembro de 1992.

Esta tabela como os respectivos valores do mínimo nominal e necessário fala por si só da situação de quem vive do piso mínimo de salário nacional.

6 - Salário Mínimo Nominal: Salário Mínimo Vigente.

7 - Salário Mínimo Necessário: Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim," (Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo II - Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada mês o maior valor da razão essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário.

3.4.1 - As unidades de medida e as perdas salariais

As unidades de medidas utilizadas para quantificar a produção dos canavieiros é um outro fator que tende a agravar a situação salarial dos mesmos. Como o pagamento dos salários por produção é a maneira mais usual entre os canavieiros do Nordeste e a forma de mensurar esta produção se dá geralmente com instrumentos não oficiais a perda salarial dos trabalhadores é significativa.

Estas unidades variam de estado para estado e em alguns casos de regiões para regiões. As unidades de medidas utilizadas no Nordeste se encontram no quadro 32.

Quadro 32 - Unidades de medidas do setor canavieiro nordestino

Unidades	Bahia	Sergipe	Alagoas	Pernambuco	Paraíba	R. G. do Norte
De Comprimento	Braça (2,4m) ou (2,2m)	Braça (2,2m)	Braça Corrida (2,2m)	Braça Corrida (2,2m)	Braça (2,2m)	Braça (2,2m)
de area	Tarefa (6×30b) ou (1.037m ²)	Tarefa (6×30b) ou (1.037m ²)	Braça (4,84m ²)	Braça ou Cubo (4,84m ²)	Cubo (4,84m ²)	Cubo (4,84m ²)
			Conta (10×10b, 484m ²) ou (10×15b, 726m ²)	Conta (10×10b, 484m ²)	Conta (12×13b, 755m ²)	Conta (12×13b, 775m ³) Mil Covas (25×25b, 3025m ²)
De Peso	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada	Tonelada Carga (100 Kg)	Tonelada Carga (170 Kg)

Fonte: LAT/FASE. In: Convenções coletivas: quantificando o roubo dos patrões. (Relatório)

Veja que na última linha do quadro 32, em quase todos os estados a medida de peso que aparece é a tonelada e apenas na Paraíba e no Rio Grande do Norte surge a carga. Na Paraíba a carga é utilizada na microrregião do Brejo e equivale a quantidade de cana que é transportada por um animal (jumento, burro ou cavalo). O peso da carga é normatizada na convenção coletiva dos canavieiros da Paraíba como sendo 100Kg, já no Rio Grande do Norte a carga é normatizada como sendo de 170Kg.

Quando se utiliza a carga como unidade de peso os cortadores e cambiteiros são prejudicados através da sobrecarga dos animais. Pesquisas do LAT/FASE, realizadas em 1987, mostraram que no caso da Paraíba a perda é grande. "Um exemplo dessa situação foi constatada em 1987, quando na Paraíba foram observados 30 pesagens que variaram entre 170Kg e 220Kg, apresentando uma média de 170Kg, enquanto o peso estipulado na convenção é de 100Kg". (LAT/FASE)

Veja que a sobrecarga se torna um instrumento fundamental para a redução dos salários de quem ganha por produção no caso dos canavieiros da Paraíba, especificamente do Brejo paraibano. Neste caso, o cortador e o cambiteiro perdem em média 70Kg da sua produção por carga. Como o cambiteiro ganha por carga colocada e o cortador por carga cortada a perda salarial representa mais de 40% em cada carga.

Mas não é só na carga que os canavieiros são lesados. No caso da medição com a vara o prejuízo também é grande. Desta feita não é nem tanto pelo tamanho da vara em si, mas sim, pela forma de medir o que o trabalhador produziu. Ocorre que quando o cabo ou apontador vai fazer a medição, este joga a vara no chão e torna a jogá-la novamente até chegar ao fim da parte a ser medida. O problema surge porque quando ele vai tirar a vara de um ponto para outro, nessa jogada da vara no chão, ela nunca é colocada a partir do último ponto que foi medido, deixando assim um espaço entre uma jogada e outra que não é medido. É a este fato que os canavieiros chamam de *pulo do gato*.

Até mesmo quando se utiliza instrumento de pesos e medidas oficiais ainda ocorre perdas para os que trabalham por produção, isto porque muito raramente estes

instrumentos são aferidos pelo IPT (Instituto de Pesos e Medidas) quando se trata de instrumento de pesar ou pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial) quando é o caso de instrumento de medir.

Em todas as situações que tomarmos, o pagamento do trabalhador por produção é baseado em mensurações fraudulentas que aumentam as perdas salariais dos canavieiros e coloca-os numa situação de constante superexploração da força de trabalho.

3.5 - Carteira de Trabalho: Assinadas ou Meladas?

A situação com relação a formalização dos contratos de trabalho entre os patrões e os trabalhadores na microrregião serão neste momento o nosso objeto de análise. Mas antes de entrarmos no estudo da situação na microrregião do estado é interessante que façamos um esboço bem geral de como se encontra esta realidade a nível de Brasil. O quadro 33 mostra um pouco esta realidade.

Quadro 33- Distribuição dos Empregados por Faixas de Renda, Segundo a Posse de Carteira de Trabalho Assinada no Trabalho Principal

Brasil - 1989

(em %)

Empregados	Faixas de Renda em SM			Sem Declaração	Total
	Até 1	De 1 a 5	Mais de 5		
Sem Cart. Ass.	51,1	40,1	7,8	1,0	100
Com Cart. Ass.	16,1	61,9	21,3	0,4	100

Fonte: IBGE. PNAD, 1989.
Elaboração: DIEESE.

Veja neste quadro que a maioria (51,1%) dos trabalhadores que não possuem a carteira assinada se encontram exatamente na menor faixa de renda (até 1 salário mínimo), sendo que na faixa imediatamente superior, de 1 a 5 salários mínimos, a proporção de 40% é também expressiva.

Esses dados nos mostram que a impunidade que reina neste país não se apresenta apenas entre os trabalhadores canavieiros. É uma situação que abarca toda a nação.

A situação com relação a microrregião não é diferente do resto do país. Se a formalização do contrato trabalhista já não é tão comum nas atividades da indústria e comércio nas faixas de rendimento inferiores a 5 salários mínimos, no setor agrícola este quadro se agrava.

Na pesquisa realizada pelo SEDUP (1986), a situação encontrada com relação a assinatura das carteiras de trabalho foi a seguinte: do total de canavieiros que foram entrevistados, 85% não tinha carteira de trabalho assinada; 11% tinha a carteira assinada, mas com o tempo de trabalho incompleto e 4% estava com a carteira de trabalho assinada e com o tempo de trabalho correto. Ainda segundo o SEDUP, a unidade agroindustrial que possuía na época o maior número de trabalhadores com a carteira de trabalho assinada era a usina Santa Maria, apresentando um índice de 28%. Já os engenhos, fornecedores e a usina Tanques ficaram com índices de 17%, 7% e 5% respectivamente.

Veja que estes dados que o SEDUP apresenta diz respeito aos índices de carteiras assinadas para cada tipo de empregador o qual não significa necessariamente que estes trabalhadores recebam os direitos que lhes competem por terem suas carteiras assinadas.

Na pesquisa que foi realizada por nós encontramos os seguintes resultados com respeito a assinaturas das carteiras de trabalho:

Quadro 34 – Assinatura das carteiras de trabalho

Municípios	Não assinadas		Assinadas completas*		Assinadas incompletas**		Total
Al. Grande	23	77%	4	13%	3	10%	30
Pilões	1	10%	8	80%	1	10%	10
Areia	7	70%	3	30%	0	0%	10
Totais	31	62%	15	30%	4	8%	50

Fonte: pesquisa de campo.

* Estas carteiras são assinadas com todo tempo de serviço.

** São assinadas mas não com o tempo de serviço completo, são *meladas*.

Este quadro mostra como encontramos a situação nos três municípios pesquisados. Observe que nos três municípios o que representou o maior índice de carteiras sem serem assinadas foi Alagoa Grande 77%, Areia e Pilões vem depois com 70% e 10% respectivamente. Pilões foi o município que apresentou o maior índice de carteiras assinadas (80%). A última linha da tabela nos dá os totais e estes nos mostram que 62% dos canavieiros entrevistados não possuíam a carteira de trabalho assinada, 8% tinham as carteiras assinadas mas faltando tempo de serviço e 30% possuíam as carteiras assinadas completas.

Quanto ao índice de 70%, que é a soma do índice das carteiras não-assinadas e assinadas incompletas (62% + 8%), não há muito o que discutir. Agora quanto aos 30% que aparece de carteiras de trabalho assinadas com todo tempo de serviço este merece uma rápida discussão.

Como falamos anteriormente, quando citávamos os dados do SEDUP sobre a assinatura das carteiras de trabalho, os índices que surgem para a microrregião devem

ser analisados com cuidado. Isto porque o leitor pode inferir que estes índices representam os trabalhadores que têm como privilégio receber os direitos trabalhistas como determina a lei e isto não é verdade. Em outras palavras, participar do mercado de trabalho canavieiro da microrregião do Brejo e ter a carteira de trabalho assinada não significa receber os direitos que a formalização do contrato trabalhista exige.

A discrepância entre ter a carteira de trabalho assinada e não receber os direitos que convém chega a tal ponto que entre os canavieiros as carteiras de trabalho que são assinadas apenas com parte do tempo de serviço e até mesmo as que têm o tempo completo são chamadas de *meladas*.

O desrespeito ao pagamento dos direitos dos canavieiros se dá nas mais diversas esferas (férias, repouso remunerado, FGTS, PIS, etc.). Um outro exemplo que nós vimos anteriormente foi a situação dos que receberam o décimo terceiro salário. A maioria dos que receberam são exatamente os que possuem carteiras de trabalho assinadas e nós vimos como foi o pagamento deste benefício. E então! o indivíduo que tem mais de um ano de trabalho com o mesmo patrão e recebe um benefício da forma que estes receberam, tem a carteira de trabalho assinada ou *melada*?

Como já me referia em capítulo anterior a sazonalidade da oferta de trabalho do setor canavieiro não serve para explicar o porque da grande maioria das carteiras de trabalho não serem assinadas.

Quadro 35 – Tempo em que Trabalha na Cana na Mesma Propriedade

Tempo / anos	V.A	V.R
Menos de 1	24	48%
1 ---- 3	3	6%
4 ---- 6	7	14%
7 ---- 10	6	12%
11 ---- 20	7	14%
Acima de 20	3	6%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

O quadro 35 pode dá a impressão de uma situação de permanência da mão-de-obra no mesmo emprego pois, 52% dos trabalhadores estão de alguma forma vinculados a uma mesma propriedade entre 1 a 20 anos e acima de 20 anos. Entretanto, como a ampla maioria deles são trabalhadores temporários, isto não significa um desastre econômico para os patrões, isto porque a maioria deles ao afastar-se temporariamente do trabalho, não recebem seus benefícios sociais. Para o canavieiro, o medo de perder o emprego no caso de reclamação é maior que receber de forma correta os seus benefícios.

Por outro lado, neste mesmo quadro vemos que 48% dos entrevistados tinham até no máximo 1 (um) ano no emprego em que se encontravam. Contudo, estes 48% já era para possuírem contrato formalizado, mesmo que se encontrassem em período de experiência como determina a lei. A verdade é que a classe patronal quando assina a carteira ou paga um benefício qualquer para o trabalhador não o faz por querer cumprir com o que determina a lei, mas sim, como uma forma de calar o trabalhador. Está ainda longe o momento de se reconhecer o significado dos direitos sociais dos trabalhadores.

3.6 - Participação sindical

Antes de começarmos a falar sobre os índices de participação sindical importa destacar que estes índices podem estar superestimados. Isto porque parte das entrevistas foram realizadas no próprio sindicato, ou então, porque quando do nosso deslocamento para aplicar os questionários as vezes estava ao nosso lado uma pessoa do sindicato isto seja nos engenhos, fazendas, usinas ou vilas de canavieiros que frequentamos.

Em relatório publicado em 1989⁸, a CUT faz uma reconstituição histórica da ascensão do movimento sindical nos anos oitenta na Paraíba. A mesma contém o seguinte: O final dos anos setenta marca uma retomada das lutas e das mobilizações da classe trabalhadora e de amplos setores da sociedade civil em todo o país: são os anos da anistia política, das grandes greves dos metalúrgicos do ABC, da reformulação partidária, das primeiras greves dos canavieiros de Pernambuco, dos documentos dos Bispos em favor da Reforma Agrária e da luta pela terra, do III Congresso da CONTAG e das primeiras tentativas de tentar criar uma articulação nacional entre as oposições sindicais e os sindicatos renovados em vista da criação de uma Central de Trabalhadores (ANAMPOS/ENTOES).

A Paraíba também participa deste movimento, sobretudo a partir do começo dos anos oitenta: são nestes anos que surgem vários conflitos de terra no Agreste, Litoral e Brejo, que começam as primeiras campanhas trabalhistas e salariais dos canavieiros que culminaram na 1ª greve em 1984, é o período das oposições sindicais no campo e na cidade.

Um papel importante, sobretudo no campo, foi assumido pelas pastorais populares da Igreja Católica. Durante os anos setenta, a Igreja – que na sua maioria tinha apoiado o golpe de 64 – inicia um processo de afastamento do regime militar passando a assumir

⁸ - CUT Regional Brejo. 1º Congresso, Guarabira 28, 29 e 30 de julho de 1989.

um papel de oposição sempre mais clara e forte, dando voz a setores da sociedade civil reprimidos e criando espaços para a organização do movimento popular e sindical. É o período do surgimento e da consolidação das CEBs (COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE) no campo e nas periferias das cidades, onde os trabalhadores vivenciam uma prática de convivência e de resistência democrática e participativa, e começam a criticar as estruturas sociais e políticas injustas do país.

Este movimento de renovação da sociedade e da Igreja, começa a dar frutos também no âmbito sindical: setores da Igreja voltam a se preocupar com os sindicatos, não mais para combater as Ligas e os comunismos, mas para combater os pelegos e renovar a estrutura sindical acomodada. A atuação da Igreja não se dá neste momento prioritariamente através dos padres, mas pela atuação dos militantes leigos que atuam nas pastorais da terra (CPT/ACR/MERT) nos movimentos de mulheres (MMT), nos Centros de Defesa dos Direitos Humanos (CODH), nos serviços de Educação Popular e Assessoria (SEDUP e PROCEP), que foram criados entre 1979 e 1981.

Estes leigos militantes fazem parte de uma nova leva: a maioria são jovens que não participaram das lutas dos anos sessenta, nem dos sindicatos cristãos nem das Ligas Camponesas.

Para a renovação do movimento sindical contribuíram também outras forças que não estavam ligadas à Pastoral da Igreja, entre elas, o grupo de assessoria sindical e pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (Campus de Campina Grande) que desenvolveu um trabalho educativo em vários STRs da região, e o CENTRU (Centro de Educação do Trabalhador Rural) que promoveu duas oposições sindicais e acompanhamentos a diretorias renovadas, destacando-se o papel de Margarida Maria Alves, presidente do STR de Alagoa Grande, assassinada em agosto de 1983.

É verdade que o movimento sindical avançou e muito na década de 80. Contudo, o nível de organização da categoria dos trabalhadores rurais ainda é incipiente para as gritantes necessidades da classe. Veja no quadro 36 que apesar de acreditarmos que os números são superestimados estes não se mostram tão expressivos.

Quadro 36 – Participação Sindical:

– Número de Sócios e não-sócios –

sim/não	V.A	V.R
sim	23	46%
não	27	54%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo direta

Veja neste quadro que a porcentagem de canavieiros que disseram ser sindicalizados foi de apenas 46%. Entre estes que são sindicalizados, poucos deles participam das atividades do sindicato. A grande maioria é sindicalizado porque vê no sindicato um órgão para recorrer na hora da necessidade da assistência médica ou porque se preocupa com uma futura aposentadoria. Esta última preocupação se dá pelo fato da aposentadoria do trabalhador rural ter que ser aprovada pelo sindicato.

Os canavieiros assim como a maioria dos trabalhadores do meio rural, têm uma visão de sindicato paternalista. Para ele sindicato bom é aquele que tem algo para dar, e este "algo" não são as lutas e a organização da classe para a garantia dos seus direitos. A participação dos trabalhadores nas atividades do sindicato é resumida a, na maioria dos casos, satisfazer suas necessidades de assistência médica. Veja no quadro 37, os principais motivos que levaram os trabalhadores ao sindicato no ano de 1991.

**Quadro 37 – Motivos que levaram os trabalhadores
ao sindicato em 1991**

Motivos	V.A	V.R
Doenças	19	38%
Acidente de Trabalho	01	2%
Não pagamento de direitos trabalhistas	07	14%
Despejo da propriedade	03	6%
Destruição da lavoura	0	0%
Greve dos canavieiros	02	4%
Não foram	16	32%
Total	50	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Neste quadro, vemos que 38% dos trabalhadores que foram ao sindicato foi por motivo de doença. O outro maior índice é exatamente daqueles que não foram 32%. Entretanto, apesar de sua debilidade, o movimento sindical significa na microrregião a principal força de organização popular. É, sem dúvidas, a forma fundamental para o avanço das lutas imediatas da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o que apresentamos anteriormente, vamos agora destacar alguns pontos que são importantes para compreendermos o mercado de trabalho canavieiro do Brejo, assim como as condições de vida e trabalho dos seus componentes.

A micro-região canavieira do Brejo é hoje reflexo da política de modernização da agricultura via incentivos estatais. O avanço do capitalismo e a modernização trazem em seu interior a concentração e a centralização da produção em poucas unidades produtivas, e redefinem as relações entre o "velho Brejo" dos engenhos e moradores para o "novo Brejo" das unidades agroindustriais sucro-alcooleira.

O avanço do capitalismo também faz conviver o "velho" com o "novo". A determinação de novas relações não significa a total extinção das velhas; os ainda moradores convivem com o assalariado de ponta de rua e ele mesmo (o morador) se torna um assalariado; o atraso no processo de produção da cana no campo convive com o moderno processo de produção dentro das unidades agroindustriais. Assim o Brejo

expressa de forma clara a convivência do moderno com o atrasado e da riqueza com a miséria.

No que toca as condições de vida dos trabalhadores o quadro é desolador. A situação dos assalariados da palha na microrregião do Brejo nos mostra as condições em que sobrevivem e reproduzem-se os trabalhadores canavieiros.

A grande maioria dos canavieiros têm suas origens na própria microrregião, sendo que 56% das famílias entrevistadas moravam em centros urbanos. Destes que moram no meio urbano, 93% tinham suas residências localizadas nas ponta de ruas dos municípios próximo a plantation e 7% em bairros centrais.

Dos 44% que se localizavam no meio rural a grande maioria, 54%, eram moradores de engenhos; 28% de fazenda e 18% de usina. Uma significativa fração das famílias canavieiras, 44%, residiam em casa própria. Estas famílias, na verdade, representam aqueles que moram nas ponta de ruas pois, é uma característica da microrregião os moradores de ponta de ruas serem proprietários de suas "casas", uma vez que a aquisição da mesma se dá na forma de ocupação dos terrenos marginais dos municípios com a construção do barraco para a família se instalar. Das famílias entrevistadas, 34% moravam em casa de proprietários de terras não pagando aluguel e, 22% em casas alugadas.

O acesso a terra para colocar o pequeno roçado é de fundamental importância para a reprodução da família canvieira. Entre os entrevistados, 72% tinham um pequeno roçado no qual cultivam culturas de subsistência. Só que, desta feita, apenas 8% destes eram proprietários dos pequenos lotes de terra em que trabalhavam. Os 66% restantes usavam a terra emprestada ou eram arrendatários ou meeiros.

A situação com relação ao acesso a educação no Brasil e Nordeste não é das melhores e entre as famílias entrevistadas o quadro se mostra com maior gravidade. Até 1989, 20% da população brasileira era analfabeta, sendo que mais da metade destes analfabetos se encontram na região Nordeste. E, diga-se de passagem, o Nordeste tem apenas 1/3 da população brasileira.

Na microrregião o índice de analfabetismo encontrado entre os trabalhadores canavieiros (chefe de família) foi de 96%; entre os filhos destes, 85% não sabiam ler e, 80%, não estavam frequentando a escola à época da pesquisa.

Os moradores ainda são uma realidade na microrregião. Entre as famílias entrevistadas, 44%, eram moradoras de engenho, fazenda ou usina, contudo, a relação de moradia é apenas formal, dado que o morador se encontra na condição de morador apenas por residir em uma das casas de proprietários de terras e não por se encontrar dentro da relação tradicional de moradia¹. As famílias que deixam de ser moradoras, passando a viver no meio urbano, tornam-se na verdade, trabalhadores canavieiros assalariados (volantes) de ponta de rua. E, a saída do meio rural para as ponta de ruas dos municípios canavieiros não significa o rompimento com o trabalho rural pois, estes apenas passam a morar (residir) na cidade, enquanto que a atividade econômica permanece sendo no meio rural.

Emfim, não há nenhuma diferença significativa entre a situação de um morador de engenho, fazenda, usina ou de ponta de rua. O quadro geral entre estes em se tratando das condições materiais de sobrevivência é de reprodução da miséria no campo. A cultura da cana-de-açúcar avançou na microrregião e com ela também avançou o processo de expansão, mercantilização e degradação das condições de vida dos trabalhadores.

Degradação que se expressa no intenso processo de exploração a que estão submetidos os canavieiros e sua famílias (perda de cidadania, violência, marginalização, etc.). Estes trabalhadores que se encontram à margem do processo de desenvolvimento econômico e social, assim como excluídos das políticas sociais que são implementadas por parte do Estado, são fundamentais para a acumulação e concentração do capital agrícola da microrregião. De um lado, porque se submetem ao trabalho nos complexos nas mais diversas condições e, de outro, porque são a base de sustentação das estruturas de poder político na microrregião.

1- A relação clássica de moradia inclui toda uma troca de favores entre o proprietário e o morador que já é praticamente inexistente. No Brejo, o que ocorre é a perda de algumas vantagens que antes tinha o morador e a transformação deste último em assalariado da palha.

Não podemos afirmar que a cana-de-açúcar provocou uma total expropriação dos pequenos produtores na microrregião transformando-os em trabalhadores assalariados totalmente desprovidos dos meios de produção. Isto porque, de forma marginal ou não, eles continuam existindo. Só que desta feita, não são apenas pequenos produtores rurais, são também trabalhadores assalariados que se encontram a disposição do capital agrícola do Estado. Estes passam a fazer parte de um "Exército Industrial de Reserva" que migra temporariamente de município em município de acordo com as necessidades de mão-de-obra do capital sucro-alcooleiro. Alguns deles ainda mantêm o vínculo com a terra, só que a sua auto-reprodução na mesma é praticamente impossível. Assim, tornaram-se trabalhadores rurais assalariados mas permanecendo, de certa forma, como pequenos produtores minifundiários de subsistência pois, a reprodução destes se dá tanto no mercado de trabalho (via assalariamento), quanto no pequeno roçado (produção de subsistência), muito embora não possuam a posse jurídica da terra. Supomos que esta intercalação entre trabalho assalariado e pequena produção de subsistência é um dos fatores que contribui para a manutenção dos baixos salários entre a categoria.

As condições de trabalho dos canavieiros da microrregião do Brejo paraibano não diferem muito das condições de vida. A atividade canavieira nesta é caracterizada pela sazonalidade da oferta de emprego nos canaviais. Entre os entrevistados, 56%, trabalhou durante o ano de 1991 – ano anterior a pesquisa – no máximo 9 meses, enquanto que, 44%, trabalhou entre 10 e 12 meses. Estes 44%, não representam um trabalho contínuo nos canaviais, uma vez que os trabalhadores que conseguiram emprego durante 10 a 12 meses o tiveram com vários patrões e em várias atividades. Assim, nem mesmo estes 44% podem ser caracterizados como trabalhadores permanentes.

A grande maioria dos trabalhadores enfrentam longas jornadas de trabalho que duram em média 9:00 horas. Sendo que estas 9:00 horas é tempo de trabalho corrido no canavial, não sendo incluído o tempo com transporte e de fazer a alimentação. Os que trabalham em canaviais fora da microrregião ficam a disposição dos empregadores

durante toda a semana de trabalho só retornando para as suas casas no sábado, em geral, ao meio-dia.

A infra-estrutura mínima necessária é praticamente inexistente e as leis que as regulamentam são quase sempre desrespeitadas pela classe patronal. No que toca ao tipo de transporte utilizado para levar os trabalhadores ao canavial, prevalece o uso do caminhão de carga (50%) que é proibido por lei por não oferecer as condições de segurança necessárias. Geralmente, este transporte é fornecido pelo patrão ou empreiteiro e o pagamento, por parte do trabalhador, se dá de forma indireta.

A alimentação no trabalho da palha é de responsabilidade do canavieiro. Esta é simples e incompleta e predomina o feijão e o arroz ou, quando é o caso, a farinha de milho (quarenta); (ver item 2.1.3 "Alimentação no Canavial". pág. 93). No jejum destes, a proteína animal é praticamente inexistente e há uma "quase" total ausência das frutas e legumes. Já a água potável para o consumo dos trabalhadores é de responsabilidade do empregador e aqui mais uma vez prevalece a situação de desrespeito da legislação, uma vez que até depósitos de agrotóxicos são utilizados para armazená-la o que não é permitido.

Dada as inadequadas condições de trabalho os acidentes são constantes entre os canavieiros. Os mais comuns entre eles são: cortes, pancadas e quedas. Entre estes mais frequentes os índices encontrados na pesquisa foram de 80%, 12% e 8%, respectivamente. Mas o grande motivo que levou os trabalhadores a se afastarem do trabalho na safra de 1991, foram as doenças com um índice de 46%. Quando do afastamento do trabalho por motivo de doença ou acidente, a continuidade do pagamento do salário por parte do patrão só se apresentou em 4% dos casos. A grande maioria, 73%, não continuou recebendo e 23%, recebeu apenas uma parte do salário. Estes índices caracterizam uma quase total falta de assistência ao canavieiro em caso de afastamento do trabalho por motivo de doença ou acidente.

A forma de acesso ao trabalho mais utilizada na microrregião é através do empreiteiro. Entre os entrevistados, 50%, fez uso deste meio para conseguir trabalho na palha. Em média, cada empreiteiro controla uma turma de 80 trabalhadores. Os

empreiteiro são mercadores de força de trabalho dos tempos modernos, sua mercadoria (homem) é transportada para onde é mais fácil a sua venda. Este atravessador que se coloca entre o trabalhador canavieiro e o empregador é uma das formas que os patrões encontram para burlar a lei e não pagar os direitos trabalhistas, uma vez que a responsabilidade para com o trabalhador fica obscurecida. O patrão joga a responsabilidade para o empreiteiro e o empreiteiro para o patrão.

Esta forma de acesso ao trabalho na palha cresce progressivamente na medida em que o mercado de trabalho assalariado torna-se a principal fonte de renda dos trabalhadores locais.

A utilização da mão-de-obra feminina nos canaviais da microrregião do Brejo tem diminuído com o passar dos anos. Entre as mulheres que fizeram parte da pesquisa, 85%, já haviam trabalhado regularmente como assalariadas na palha e hoje, apenas 25%, permanece desenvolvendo atividades nos canaviais da região.

Ao contrário do trabalho feminino, a mão-de-obra do menor é de grande utilização nos canaviais brejeiros. Do conjunto das famílias entrevistadas, 52%, de menores a elas pertencentes tinham como principal atividade econômica o trabalho na palha. A forma de remuneração, as atividades que desempenham e as condições do trabalho não diverge da forma de exploração do trabalho adulto.

Se a situação com relação as condições de vida e trabalho dos canavieiros não são nada animadoras para a categoria, a realidade com relação a remuneração da força de trabalho não se apresenta de forma diferente.

Aliás, diga-se de passagem, o problema da baixa remuneração da força de trabalho não é um problema que atinge apenas a classe dos canavieiros, mas sim, toda a classe trabalhadora deste país. Até 1991, o Brasil tinha 70% de sua força de trabalho ganhando até 1 salário mínimo. Este dado não teria grande gravidade se este mínimo de que estamos falando não fosse um dos menores do mundo — só fica acima do mínimo no Peru e Egito — e se não estivesse na situação em que se encontrava em 1991. Neste ano o valor real do salário mínimo era de apenas 25% do seu valor real quando foi instituído em 1940.

Se a situação com relação a remuneração da força de trabalho no país é preocupante, também não deixa de ser grave o quadro da remuneração da força de trabalho na Paraíba nas atividades agropecuárias.

No Estado da Paraíba, dos trabalhadores que se encontram trabalhando nas atividades agropecuárias, 66%, tem rendimento médio entre 1/4 até 1 salário mínimo. Se somarmos a este índice os que declaram não ter nenhum rendimento (23%), vamos encontrar o expressivo percentual de 89%. Ou seja, 89% dos trabalhadores que se encontram nas atividades agropecuárias têm rendimento médio mensal entre 0 e 1 salário mínimo.

Entre os canavieiros da microrregião, 26%, ganhou uma média de 1/3 de salário mínimo por mês no ano de 1991 e 46% ganhou aproximadamente 1/2 do salário mínimo nacional. Isto significa dizer que 72% deles ganharam durante o ano de 1991 um salário médio mensal inferior ao mínimo nacional. Um outro dado que também chama a atenção na microrregião é a situação com relação ao pagamento do décimo terceiro salário.

Em 1991, apenas 42% dos trabalhadores que fizeram parte da pesquisa receberam o décimo terceiro salário. Destes 42%, na sua totalidade (100%), recebeu um valor bem abaixo do que deveria ter recebido pelo tempo de serviço que tinham. A perda média no décimo terceiro salário entre os que receberam foi de US\$ 19,23, o que representa uma perda de mais de 1/3 do salário. O pagamento do décimo terceiro salário "proporcional" ao tempo de serviço na microrregião não tem nada de proporcional, uma vez que não é paga na proporção do tempo de serviço do trabalhador, mas sim, a gosto do empregador.

O órgão que estes trabalhadores podem recorrer quando diante de situações como a descrita acima é o sindicato, contudo, este não tem força de atuação. Alás a categoria dos canavieiros "pode" ser considerada uma categoria organizada se levarmos em consideração o número de sócios — 46% dos entrevistados eram sócios — , contudo, se considerarmos a participação ativa dos trabalhadores nas atividades do sindicato veremos que a "organização" vai pelos ares.

A grande maioria, 38%, dos trabalhadores só vão ao sindicato a procura do médico. Apenas 16%, procura o sindicato por motivo de acidente de trabalho ou por não pagamento de direitos trabalhistas.

A reorientação da luta por parte das instituições da categoria dos canavieiros da microrregião se faz necessário e urgente. Não basta a luta para colocar os seus direitos no papel (Dissídio Coletivo), é necessário que se desenvolva mecanismo que assegure o cumprimento destes direitos. Para tanto, é mister que se incorra em políticas de ação conjunta, não só com a categoria em si, mas também, com outros setores da sociedade civil. Assim, nesta trajetória de luta, é relevante que não só a categoria canavieira seja esclarecida e articulada frente aos obstáculos, mas também, que se denuncie para a sociedade o atual quadro de degeneração, marginalização e violência em que se encontram submetidos os assalariados da palha.

Nestes termos, chamamos a atenção destes órgãos de atuação direta dos canavieiros (sindicatos) quanto a sua atual inoperância em si tratando da defesa dos trabalhadores por eles representados. Neste momento de crise conjuntural em que vivemos, é de suma importância que os sindicatos desenvolvam projetos para a categoria. Aliás, a "falta de projeto" por parte dos sindicatos da microrregião em si tratando da articulação e orientação dos trabalhadores, é uma das causas da agudização da crise pela qual passa a categoria.

No atual momento, os sindicatos locais não têm força, se quer, para fazer cumprir o que já foi conquistado em acordos. *Os direitos conquistados não significam direitos garantidos.* Portanto, o papel dos sindicatos não deve ser apenas o de lutar para conquistar direitos e colocá-los no papel, mas sim, e, primordialmente, o de garantir que estes direitos sejam efetivamente praticados no cotidiano.

A realidade entre as diversas categorias de trabalhadores canavieiros assalariados da microrregião² é diferente para cada uma das classes. portanto, se faz necessário o desenvolvimento de "metas" de atuação para cada esfera de assalariado. Atuação esta que deve, necessariamente, ser condizente com a sua realidade e dentro do contexto em

2- (moradores, empreiteiros, mulheres, menores, trabalhadores volantes, trabalhadores safristias, etc.)

que se encontram. A busca em tentar recuperar a luta pela articulação da categoria, passa por um amplo projeto e este não é um projeto voltado para a categoria canavieira em si, mas sim, para o conjunto dos trabalhadores assalariados do setor agrícola do país e, mais especificamente, do Estado da Paraíba, que como vimos anteriormente, se encontram em condições lamentáveis, não dispendo nem mesmo dos direitos mínimos necessários para a afirmação da sua cidadania.

Se a grande maioria da classe trabalhadora do setor agrícola deste país tem uma condição de sobrevivência que fica bem abaixo do nível de pobreza, a fração dos trabalhadores assalariados dos complexos agroindustriais do Brejo não apresenta um quadro menos grave. São assalariados "sem" salários, trabalhadores "sem" trabalho, cidadãos "sem" cidadania.

A miséria, a marginalização e a violência entre esta categoria se torna cada vez mais cotidiana. Violência que não se caracteriza apenas no confronto de indivíduos, mas sim, na falta de alimentação na mesa; no não cumprimento dos seus direitos; no não direito a educação; na falta de assistência a saúde; na negação da sua cidadania. Enfim, na debilitação e fragilidade de sua organização e nos mais acentuados níveis de degradação e miserabilidade da categoria.

Sugestões para trabalhos futuros

O setor canavieiro nordestino é um campo de estudo que oferece vastas oportunidades para o pesquisador que se debruçar diante do mesmo. São vários os possíveis temas que podem ser desenvolvidos com relação aos trabalhadores canavieiros, contudo, há alguns que consideramos de fundamental importância que sejam estudados mais profundamente, principalmente em se tratando do setor canavieiro paraibano. Assim, é nossa intenção que aqui fiquem registrados alguns assuntos que poderiam ser desenvolvidos em pesquisas futuras:

- Estudo da importância econômica dos pequenos roçados na reprodução da unidade familiar;
- Estudo da forma de reprodução da unidade familiar, quantificando as despesas e receitas da mesma permitindo assim que entendêssemos melhor como esta unidade vem se reproduzindo dado o estado de miséria em que se encontra;
- Estudo do processo migratório temporário da força de trabalho canavieira da microrregião e os reflexos dessa migração nas demais regiões canavieiras do Estado. Uma vez que assim poderíamos ter um quadro da importância desta migração na composição do mercado de trabalho de outras microrregiões canavieiras;
- Estudo da participação dos pequenos produtores de subsistência no mercado de trabalho canavieiro;
- Estudo analisando a participação econômica do assalariamento na reprodução da unidade familiar canavieira assim como a participação dos roçados nesta reprodução;
- Estudo das formas de subordinação a que os canavieiros estão sujeitos, assim como as formas de viabilização do cumprimento da convenção coletiva da categoria.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CHEFES DE FAMÍLIAS

Questionário Nº _____ Data da aplicação _____/_____/_____

Entrevistador _____ Local da entrevista _____

01- Idade: ()

02- Sexo:

(1) masculino

(2) feminino

()

03 - Lugar de nascimento. Município:

(1) Alagoa Grande

(2) Areia

(3) Cuitegi

(4) Guarabira

(5) Pilões

(6) Serraria

(7) Santa Rita

(8) Outros

()

04 - Estado civil:

(1) solteiro(a)

(2) casado(a)

(3) separado(a)

(4) vive junto

(5) viúvo(a)

()

05 - Quantos filhos têm (por faixa de idade)

(1) de 1 a 6 anos

()

(2) de 7 a 14 anos

()

(3) de 15 a 18 anos

()

(4) de 19 acima

()

06- Quantas filhas têm (por faixa de idade)

- (1) de 1 a 6 anos ()
- (2) de 7 a 14 anos ()
- (3) de 15 a 18 anos ()
- (4) de 19 acima ()

07- Escolaridade do entrevistado:

(, ,)

- (1) lê
- (2) escreve
- (3) assina

08- Nível de escolaridade:

()

- (1) primário incompleto
- (2) primário completo
- (3) ginásio incompleto
- (4) ginásio completo
- (5) científico incompleto
- (6) científico completo

09- Na sua casa quantos homens sabem ler, por faixa de idade?

- (1) de 7 a 14 anos ()
- (2) de 15 a 18 anos ()
- (3) de 19 anos acima ()

10- Na sua casa quantas mulheres sabem ler, por faixa de idade?

- (1) de 7 a 14 anos ()
- (2) de 15 a 18 anos ()
- (3) de 19 anos acima ()

11- Atualmente, quantas pessoas da casa estão estudando? (incluindo Mobral e outras escolas de alfabetização)

() número

11a- Quantos homens estão estudando na sua casa? (por faixa de idade)

- (1) de 7 a 14 anos ()
- (2) de 15 a 18 anos ()
- (3) acima de 19 anos ()

12- Quantas mulheres estão estudando na sua casa? (por faixa de idade)

(1) de 7 a 14 anos ()

(2) de 15 a 18 anos ()

(3) acima de 19 anos ()

13- Nome da localidade onde mora atualmente com sua família (sítio, fazenda, granja, etc)

.....

14- Município onde se localiza este lugar:

15- Mora na cidade:

()

(1) bairro central

(2) ponta de rua

15a- Mora no campo:

()

(1) povoado

(2) sítio

(3) fazenda

(4) engenho

(5) usina

16- (no caso de moradia na cidade) Há quanto tempo a família deixou o campo para morar na cidade?

()

(1) menos de 6 meses

(2) de 6 meses a 1 ano

(3) de 1 ano a 3 anos

(4) de 3 anos a 7 anos

(5) de 7 anos a 10 anos

(6) de 10 anos a 15 anos

(7) de 15 anos a 20 anos

(8) mais de 20 anos

17- A casa que você mora é:

()

- (1) própria
- (2) alugada
- (3) paga só o chão de casa
- (4) do dono da terra pagando aluguel (morador)
- (5) do dono da terra não pagando aluguel (morador)

18- A casa tem luz elétrica:

()

- (1) sim
- (2) não

19- A água para beber é:

()

- (1) encanada
- (2) de poço
- (3) de cacimba
- (4) de rio
- (5) outros

20- Quantas pessoas moram atualmente na sua casa?

() número

21- Quantos membros da família trabalharam na última semana? (incluindo o entrevistado)

() número

22- Em quais atividades agrícolas normalmente trabalham os membros de sua família?

()

- (1) só na cana
- (2) só no roçado da família
- (3) na cana e no roçado
- (4) assalariado em outras atividades agrícolas diferente da cana

23- Em quais atividades não-agrícolas trabalham os membros de sua família?

()

- (1) pedreiro ou servente
- (2) operário (mesmo de pequenas indústrias)
- (3) artesão por conta própria
- (4) motorista
- (5) cobrador, zelador, vigia
- (6) barbeiro, lavadeira, doméstica, feirante
- (7) outras atividades do setor terciário
- (8) outras (.....)

24- Quantas pessoas da casa trabalham ou ajudam na cana?

() número

24a- Quantos homens da casa trabalham ou ajudam na cana? (por faixa de idade)

- (1) abaixo de 12 anos ()
- (2) de 13 a 16 anos ()
- (3) de 17 a 18 anos ()
- (4) de 19 anos acima ()

25- Quantas mulheres da casa trabalham ou ajudam na cana? (por faixa de idade)

- (1) abaixo de 12 anos ()
- (2) de 13 a 16 anos ()
- (3) de 17 a 18 anos ()
- (4) de 19 anos acima ()

25a- Quantos ficaram parados na última semana?

() número

25b- por qual motivo ficaram parados na última semana?

()

- (1) não encontrou trabalho
- (2) estava doente
- (3) foi acidentado no trabalho

26- Quantas pessoas da casa recebem aposentadoria?

() número

27- Que tipo de aposentadoria?

()

- (1) invalidez
- (2) velhice (idade)
- (3) viuvez

28- Quantas pessoas saíram de casa e estão trabalhando na cidade? (no mesmo município ou em outras cidades do Brasil)

() número

29- Quantas delas mandam dinheiro para casa: (pelo menos uma vez por ano)

() número

30- Este ano você trabalhou como assalariado em outras atividades não agrícolas?

()

- (1) sim
- (2) não

31- Se "sim" indicar qual atividade (escolher apenas uma atividade: a mais frequente)

()

- (1) pedreiro ou servente
- (2) operário (mesmo de pequenas indústrias)
- (3) artesão por conta própria
- (4) motorista
- (5) cobrador, servente, zelador, vigia, feirante
- (6) outras atividades ligadas ao setor terciário
- (7) outras (.....)

32- Durante o ano passado, (1991) quantos meses trabalhou como assalariado? (incluindo o trabalho na cana mais outros empregos agrícolas e não-agrícolas)

()

- (1) menos de 1 mês
- (2) de 1 a 3 meses
- (3) de 4 a 6 meses
- (4) de 7 a 9 meses
- (5) mais de 10 meses

33- Durante este ano saiu do lugar onde mora para trabalhar na cidade?

()

- (1) não
- (2) sim, para a ponta de rua do mesmo município
- (3) sim, para outra cidade da Paraíba
- (4) sim, para outra cidade do Nordeste
- (5) sim, para outra cidade do Brasil

34- Se "sim" ficou fora quantos meses?

()

- (1) menos de 1 mês
- (2) de 2 a 3 meses
- (3) de 4 a 6 meses
- (4) mais de 7 meses

35- Tem sítio?

()

- (1) sim
- (2) não

36- Se positivo é:

()

- (1) proprietário
- (2) arrendatário
- (3) parceiro
- (4) posseiro
- (5) morador
- (6) usa terra emprestada
- (7) outros

37- Quem toma conta do roçado?

()

- (1) só o chefe de família
- (2) ele e a mulher
- (3) ele a mulher e os filhos
- (4) ele e outras pessoas de fora da casa
- (5) a mulher e os filhos
- (6) os filhos
- (7) pessoas de fora da casa

38– Tem o costume de fazer mutirão na época do plantio e da colheita no seu roçado? ()

- (1) não
- (2) as vezes
- (3) sim, em toda colheita ou plantio

39– Tem sítio com fruteira? ()

- (1) sim
- (2) não

40– Cria animais? ()

- (1) não
- (2) vaca, boi, bezerro
- (3) burro, jumento
- (4) bode, cabra, ovelha
- (5) outros

41– Quem cuida dos animais? (ver tabela na questão 37) ()

42– Os pais do(a) chefe de família são ou eram: ()

- (1) pequenos proprietários
- (2) pequenos produtores não-proprietários
- (3) moradores de engenho ou usina
- (4) moradores de fazenda ou outra propriedade
- (5) assalariados da cana não-moradores
- (6) assalariados rurais não-moradores
- (7) não eram trabalhadores rurais

43– Você trabalha no seu sítio? ()

- (1) sim
- (2) não

44– Você é trabalhador assalariado? (alugado): ()

- (1) sim
- (2) não

45- Onde trabalha atualmente como assalariado? ()

46- Município onde se localiza este trabalho:

47- Como você se informou da existência de trabalho neste lugar? ()

(1) por programa em rádio

(2) jornais

(3) outros trabalhadores

(4) pichações nas paredes

(5) autoridades locais

(6) agentes locais

(7) outros

48- Como você chegou a este local de trabalho? ()

(1) por conta própria

(2) através de empreiteiros locais

(3) através de empreiteiros de fora

(4) através de órgão público que intermedia emprego

(5) através de agências privadas que intermediam emprego

(6) outros

49- No lugar onde você mora, qual o local onde o pessoal se reúne quando está a procura de trabalho? ()

(1) na praça

(2) no parque

(3) no mercado

(4) na rodoviária

(5) na estação de trem

(6) no cruzamento das estradas

(7) na porta da igreja

(8) nas agências de empregos

(9) outros

50— Quando arranja trabalho através de empreiteiro que exigência você faz a ele antes de aceitar o trabalho?

()

- (1) nenhuma
- (2) um adiantamento em dinheiro ou em espécie
- (3) que indique o salário a ser pago
- (4) o tempo de duração do trabalho
- (5) quantas horas vai trabalhar por dia
- (6) outros

51— Que transporte usa para viajar do lugar onde mora com sua família até o lugar onde fica o seu trabalho?

()

- (1) a pé
- (2) veículo de tração animal
- (3) em trator
- (4) em caminhão de carga
- (5) em ônibus
- (6) em trem
- (7) outros

52— "COM GRAVADOR" Se você chegou aqui através de empreiteiro, RELATE TODO O PROCESSO de como foi escolhido, como foi transportado, quem pagou o custo de seu transporte e de suas refeições, o tipo de pousada que teve na nova área de trabalho, a forma como foi contratado para trabalhar aqui, etc.

53— Atualmente, no local onde trabalha qual o tipo de pousadas que você e seus colegas de trabalho usam (onde moram):

()

- (1) barracões
- (2) casa alugada
- (3) casa de amigos
- (4) pensões
- (5) sombras das árvores
- (6) calçadas
- (7) praças
- (8) mercados
- (9) rodoviárias
- (10) outros

54- Há construções especiais feitas pela empresa para abrigar os seus empregados? ()

- (1) sim
- (2) não

54a- Se "sim", de que tipos? ()

- (1) barracões coletivos
- (2) casas individuais

55- Como vocês resolvem o problema das refeições no atual local de trabalho? ()

- (1) juntam-se em turmas para cozinhar
- (2) o patrão fornece
- (3) compram na rua
- (4) comem nas pensões
- (5) trazem de casa
- (6) outros

56- "COM GRAVADOR". RELATE UM DIA DE TRABALHO desde a hora em que acorda até a hora da volta para casa, à noite para descansar. As dificuldades que sofrem os trabalhadores que vêm de longe para aqui trabalhar. Como faz para se alimentar e se transportar até o trabalho. As condições em que trabalha (clima, tipo de controle de produtividade, forma de realização das tarefas, forma de pagamento, o problema dos agroquímicos, etc.).

57- Com quem você negociou seu emprego na empresa em que trabalha atualmente? ()

- (1) com o empreiteiro
- (2) com o administrador
- (3) com o próprio dono da empresa
- (4) outros.

58- Desde quando trabalha na cana? ()

- (1) faz menos de 1 ano
- (2) de 1 a 2 anos
- (3) de 3 a 5 anos
- (4) de 6 a 10 anos
- (5) de 11 a 25 anos
- (6) mais de 25 anos

59- Trabalha na cana em terra de:

()

- (1) fornecedor
- (2) dono de engenho
- (3) donos da usina Santa Maria
- (4) donos da usina Tanques
- (5) donos de outras usinas: nome.....

60- Há quantos anos trabalha na cana na mesma propriedade?

()

- (1) menos de 1 ano
- (2) de 1 a 3 anos
- (3) de 3.1 a 6 anos
- (4) de 6.1 a 10 anos
- (5) de 10.1 a 20 anos
- (6) de 20.1 a 40 anos
- (7) mais de 40 anos

61- Este ano trabalhou na cana com empreiteiro?

()

- (1) não
- (2) sim, sempre com o mesmo empreiteiro
- (3) sim, com vários empreiteiros

62- No ano passado, (1991) quantos meses trabalhou na cana?

()

- (1) menos de 1 mês
- (2) de 1 a 3 meses
- (3) de 4 a 6 meses
- (4) de 7 a 9 meses
- (5) de 10 a 11 meses
- (6) 12 meses

63- No ano passado em quais municípios foi trabalhar?

(, , ,)

- (1) Alagoa Grande
- (2) Areia
- (3) Pilões
- (4) Serraria
- (5) Santa Rita
- (6) Sapé
- (7) outros.....

64- No ano passado trabalhou como assalariado em outras atividades agrícolas? ()

- (1) não
- (2) roça
- (3) abacaxi
- (4) agave
- (5) algodão
- (6) cuidar de animais ou outras

65- Que meio de transporte utiliza atualmente para ir todos os dias ao trabalho na cana? ()

- (1) a pé
- (2) com o caminhão do patrão
- (3) com o caminhão do empregado
- (4) com o trator
- (5) com outro meio.....

66- Quanto tempo levou para chegar no partido de cana? ()

- (1) menos de meia hora
- (2) de meia a 1 hora
- (3) de 1 a 2 horas
- (4) mais de 2 horas

67- Qual foi a distância da sua casa para o local de trabalho? ()

- (1) menos de 3 Km
- (2) de 3 a 6 Km
- (3) de 7 a 12 Km
- (4) de 13 a 20 Km
- (5) de 21 a 40 Km
- (6) de 41 a 60 Km
- (7) mais de 60 Km

68- No período de safra volta para casa?

()

- (1) todos os dias para almoçar
- (2) todos os dias só para dormir
- (3) uma vez por semana
- (4) uma vez a cada 15 dias
- (5) uma vez por mês
- (6) uma vez a cada 2 meses
- (7) só quando termina a safra

69- (se volta para casa uma vez por semana): Dia e hora em que sai para trabalhar:

() domingo; () segunda; () outro dia

() entre 3 e 4 da manhã; () entre 4 e 5 da manhã

() entre 5 e 6 da manhã; () entre 6 e 7 da manhã

70- (se volta para casa todos os dias) Hora em que saiu e voltou para casa:

(1) manhã: hora de saída..... hora de chegada.....

(2) tarde: hora de saída..... hora de chegada.....

HORÁRIO DE TRABALHO:

pegou no serviço de manhã às: hs.....

largou para almoçar às: hs.....

pegou de tarde às: hs.....

largou do serviço às: hs.....

71- Quantas horas de trabalho diário? (calcular pelo horário indicado acima)

Número de horas.....

72- Você esta trabalhando por:

()

- (1) produção
- (2) diária
- (3) mistos
- (4) outros

73- Seu pagamento é por:

()

- (1) dia
- (2) semana
- (3) quinzena
- (4) mês.

73a- De que forma fechou o seu contrato de trabalho?

()

- (1) verbal
- (2) contrato assinado
- (3) carteira assinada
- (4) outros

73b- Tem carteira de trabalho assinada pelo patrão com o qual está trabalhando atualmente?

()

- (1) não
- (2) sim, está assinada com todo tempo de serviço
- (3) sim, está assinada faltando tempo de serviço (como novo)

74- Quantos dias você trabalhou na última semana?

()

- (1) 1 dia (2) 1,5 dias (3) 2 dias (4) 2,5 dias (5) 3 dias
- (6) 3,5 dias (7) 4 dias (8) 4,5 dias (9) 5 dias (10) 5,5 dias
- (11) 6 dias (12) 6,5 dias (13) 7 dias

75- Número de horas trabalhadas na semana: (multiplicar 71 mais 74)
número de horas.....

76- Quanto ganhou durante a semana:

()

- (1) até 10.000 Cruzeiros
- (2) de 10.001 até 20.000
- (3) de 20.001 até 30.000
- (4) de 30.001 até 40.000
- (5) de 40.001 até 50.000
- (6) de 50.001 até 60.000
- (7) de 60.001 até 70.000
- (8) de 70.001 até 80.000
- (9) de 80.001 até 90.000
- (10) mais de 100.000 Cruzeiros

77- De que forma você prefere trabalhar como assalariado na cana?

()

- (1) na diária
- (2) na produção
- (3) salário fixo

78-Quantas pessoas da casa trabalharam esta semana?

()

- (1) só o chefe da família
- (2) o chefe + a mulher
- (3) o chefe + a mulher + 1 filho
- (4) o chefe + a mulher + 2 filhos
- (5) o chefe + 1 filho
- (6) o chefe + 2 filhos
- (7) outros.....

79-Em quais serviços você trabalhou na última semana?

()

- (1) corte
- (2) cambitagem
- (3) enchimento de caminhão
- (4) outros

80- (no caso de corte) Quantas cargas cortou na semana?

Número de cargas.....

81- Qual o preço de cada carga?

preço.....

82- (no caso de cambitagem) Quantas cargas cambitou?

Número de cargas.....

83- Qual o preço de cada carga?

preço.....

84- Em que dia geralmente é feito seu pagamento? ()

- (1) sexta, antes das 17 horas
- (2) sexta, depois das 17 horas
- (3) sábado, antes das 12 horas
- (4) sábado, depois das 12 horas
- (5) domingo
- (6) segunda

85- Recebeu seu pagamento em: ()

- (1) dinheiro
- (2) mercadoria
- (3) vale
- (4) cheque
- (5) outros

86- Recebeu o comprovante de pagamento? ()

- (1) sim
- (2) não

87- Existe barracão na propriedade onde trabalha? ()

- (1) sim
- (2) não

88- Se positivo, foi descontado parte do dinheiro da semana no barracão? ()

- (1) sim
- (2) não

89- Durante a safra passada, (1991), trabalhou durante a noite? ()

- (1) não
- (2) sim, entre 5 da tarde e 10 da noite
- (3) sim, entre 10 da noite e cinco da manhã

90- Recebeu o pagamento da hora noturna? ()

- (1) sim
- (2) não

91– Recebeu o 13º salário em dezembro passado?

()

(1) sim

(2) não

91a– Quanto recebeu?

Valor em Cr\$......

92– Se positivo, por quantos meses de trabalho?

Número de meses.....

93– Este ano já mudou de patrão?

()

(1) não

(2) sim, porque costuma trabalhar com vários patrões

(3) sim, porque foi posto pra fora na época de greve

(4) sim, porque foi posto pra fora por outros motivos

(5) sim, porque ele quis sair por motivos pessoais

94– Se positivo, há quanto tempo trabalhava com aquele patrão?

()

(1) menos de 1 ano

(2) de 1 ano a 5 anos

(3) de 6 anos a 10 anos

(4) mais de 10 anos

95– Recebeu a indenização? (no caso em que foi posto para fora):

()

(1) não

(2) sim, menos de Cr\$ 500.000

(3) sim, de Cr\$ 500.000 a 1 Milhão

(4) sim, de 1 Milhão a 2 Milhões

(5) sim, de 2 a 3 Milhões

(6) mais de 3 Milhões

96– Se positivo, como recebeu?

()

(1) com acordo, na empresa onde trabalhava

(2) com acordo, no sindicato

(3) com acordo na justiça

(4) na justiça, sem acordo, cobrando todos os direitos

97- Durante o ano passado (enquanto trabalhava na cana) teve que ficar parado algum dia?

()

- (1) não
- (2) sim, por doença
- (3) sim, por acidente de trabalho na cana
- (4) sim, por acidente de trabalho no roçado
- (5) sim, por outra razão.....

98- Se positivo, recebeu a semana ou os dias parados?

()

- (1) não
- (2) sim, uma parte
- (3) sim, inteira

99- Do total que você ganha na semana, quanto você gasta com suas necessidades pessoais? (fazer a conversão da proporção em termos de salários mínimos)

.....

100- E quanto envia para a família? (transformar em salários mínimos)

.....

101- Seu atual patrão fornece alguma ajuda ou assistência para você fora o salário?

()

- (1) sim
- (2) não

102 - Você tem alguma relação com o dono ou com o administrador desta empresa?

()

- (1) sim
- (2) não

103 - Qual é o papel do apontador e qual a relação do mesmo com o dono e com o trabalhador?

.....

104 - Qual a relação do empreiteiro com o dono ou com o administrador?

.....

105– O empreiteiro também trabalha como operário na empresa ou só contrata e controla os trabalhadores?

.....

106– Em média, quantos trabalhadores controla cada empreiteiro em épocas de pique da colheita?

.....

107– Qual o valor cobrado à empresa pelo empreiteiro por tonelada de cana cortada?

.....

108– Quais são as doenças mais comuns dos trabalhadores da cana? (até 4 opções).

(, , ,)

- (1) coluna
- (2) desidratação
- (3) resfriado
- (4) pneumonia
- (5) dor de estômago, diarreia
- (6) fígado
- (7) rim
- (8) inflamação dos olhos
- (9) dor de cabeça
- (10) sistema nervoso
- (11) outros

109– Que tipos de acidentes são mais comuns entre os canavieiros?

()

- (1) ferimentos, cortes
- (2) fraturas
- (3) pancadas, quedas
- (4) outros

110– De que você já ficou doente?

(, , , , , , ,) numerar de acordo com a questão 108

111– Em qual faixa de idade se tem um bom rendimento na atividade canavieira?

()

- (1) de 18 a 30 anos
- (2) de 31 a 40 anos
- (3) de 40 a 50 anos
- (4) acima de 50 anos

112— Qual é a faixa de idade em que o trabalhador tem dificuldade de conseguir trabalho na cana?

()

- (1) de 8 a 12 anos
- (2) de 13 a 17 anos
- (3) de 18 a 30 anos
- (4) de 31 a 40 anos
- (5) de 41 a 50 anos
- (6) acima de 50 anos

113— Os trabalhadores da cana passam fome?

()

- (1) sim
- (2) não
- (3) às vezes

114— É sócio do sindicato dos trabalhadores rurais?

()

- (1) não
- (2) sim, STR de Alagoa Grande
- (3) sim, STR de Areia
- (4) sim, STR de Pilões
- (5) sim, STR de Serraria
- (6) sim, STR de Guarabira
- (7) sim, STR de Cuitegi
- (8) outros:.....

115— (em caso positivo) Há quanto tempo:

()

- (1) menos de 6 meses
- (2) de 7 meses a 1 ano
- (3) de 1 a 2 anos
- (4) de 3 a 5 anos
- (5) de 6 a 10 anos
- (6) de 11 a 15 anos
- (7) mais de 15 anos

116– (em caso positivo) Quando pagou a sua última mensalidade?

()

- (1) nos últimos três meses
- (2) com atraso de 4 meses a 1 ano
- (3) com mais de ano de atraso
- (4) nunca pagou

117– Votou na última eleição da diretoria de Sindicato?

()

- (1) sim
- (2) não

118– Já foi ao Sindicato por algum motivo este ano:

()

- (1) não
- (2) sim, doença
- (3) sim, acidente de trabalho
- (4) sim, não pagamento dos direitos trabalhistas
- (5) sim, demissão do emprego
- (6) sim, despejo da propriedade onde mora
- (7) sim, destruição de lavoura
- (8) sim, auxílio funeral
- (9) sim, greve dos canavieiros
- (10) outros.....

119– Participou de reuniões do Sindicato na sede ou no lugar onde mora ou trabalha?

()

- (1) não
- (2) sim, na sede do Sindicato
- (3) sim, no lugar onde mora
- (4) sim, no lugar onde trabalha
- (5) sim, na sede e em outros lugares

120– Existem grupos de crentes onde mora?

()

- (1) sim
- (2) não

121– (em caso positivo) Participa das atividades deles?

()

- (1) sim
- (2) não

122— Existem comunidades ou grupos eclesiais de base onde mora?

()

- (1) sim
- (2) não

123— (em caso positivo) Você participa de quais atividades?

(, , , , , ,)

- (1) nenhuma
- (2) rezas, missas e cantos
- (3) preparação aos sacramentos e catecismo
- (4) ajuda mútua e trabalhos comunitários
- (5) encontros de formação cristã
- (6) reuniões e cursos sobre os problemas dos trabalhadores
- (7) grupos do evangelho
- (8) outros

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES

Questionário Nº _____ Data da Aplicação _____/_____/_____

Entrevistador _____ Local da Entrevista _____

1- O Sr. é morador?

()

(1) sim

(2) não

2- (se "sim") Há quanto tempo o Sr. é morador?

3- Alguém da família trabalha como assalariado para o proprietário da terra onde mora?

()

(1) não

(2) só o chefe da família

(3) o chefe da família, a mulher e/ou os filhos

(4) só outros membros da família de fora da casa

4- Alguém da família trabalha fora da propriedade?

()

(1) não

(2) só o chefe de família

(3) os filhos e/ou a mulher

(4) o chefe de família, os filhos e/ou a mulher

5- Vocês têm obrigação de dar dias de condição para o proprietário da terra onde moram?

()

(1) não

(2) sim, 1 dia

(3) sim, 2 dias

(4) sim, 3 dias

(5) sim, 4 dias

(6) sim, 5 dias

(7) sim, 6 dias

6- Estes dias são pagos a preços mais baixos do que aos trabalhadores de fora?

()

(1) sim

(2) não

7- O patrão permite o uso da lenha?

()

(1) sim

(2) não

8- O patrão dá o leite para a família?

()

(1) sim

(2) não

9- O patrão dá o mel para a família?

()

(1) sim

(2) não

QUESTIONÁRIO RELATIVO AO TRABALHO DO MENOR E DA MULHER

Questionário Nº _____ Data da Aplicação ____/____/____

Entrevistador _____ Local da Entrevista _____

RELATIVO AO TRABALHO DOS MENORES

1- Tem muitos menores trabalhando na cana?

()

(1) sim

(2) não

(3) alguns, não muitos

2- A maioria se encontra em que faixa de idade?

()

(1) de 7 a 9 anos

(2) de 10 a 12 anos

(3) de 13 a 15 anos

(4) de 15 a 18 anos

3- Esses menores trabalham sob as mesmas condições que os adultos?

()

(1) sim, sob as mesmas condições

(2) não, realizam atividades mais leves

(3) trabalham menos horas

(4) trabalham em tudo, menos no corte

4- E quanto aos salários?

()

(1) ganham tanto quanto os adultos

(2) ganham menos que os adultos

5- Há menores que trabalham na cana mas não ganham salário?

()

(1) sim

(2) não

6- Tal fato se dá por que?

()

(1) ajudam os seus pais

(2) Ajudam aos irmãos maiores

(3) ajudam a outras pessoas

- 7- Os menores que trabalham na cana podem sindicalizar-se? ()
- (1) sim, têm direito, e a grande maioria o é
 - (2) sim, têm direito, mas poucos o são
 - (3) não têm direito, mas existe lutas para obtê-lo
 - (4) não têm direito, também não existe lutas para obtê-lo

- 8- Os menores geralmente têm carteira de trabalho? ()
- (1) sim
 - (2) não
 - (3) apenas alguns

- 9- E essas carteiras geralmente são assinadas? ()
- (1) sim
 - (2) não
 - (3) sim, algumas são assinadas
 - (4) não, quase nunca estão assinadas

RELATIVO AO TRABALHO FEMININO

- 1- Tem mulheres trabalhando nos canaviais? ()
- (1) não
 - (2) sim, poucas
 - (3) sim, apenas em certas atividades

- 2- Trabalham sob as mesmas condições que os homens? ()
- (1) trabalham tanto quanto os homens
 - (2) sob as mesmas condições
 - (3) fazem tudo menos corte
 - (4) trabalham menos horas
 - (5) realizam atividades mais leves

- 3- E quanto aos salários? ()
- (1) ganham tanto quanto os homens
 - (2) ganham menos que os homens

4- As mulheres têm o direito de sindicalizar-se? ()

- (1) não
- (2) sim, mas poucas o fazem
- (3) sim, quase todas o são
- (4) sim, até são lideranças

5- As mulheres geralmente têm carteira de trabalho? ()

- (1) sim
- (2) não
- (3) apenas algumas

6- E essas carteiras geralmente são assinadas? ()

- (1) sim
- (2) não
- (3) sim, algumas são assinadas
- (4) não, quase nunca estão assinadas

7- As mulheres geralmente levam seus filhos ao campo quando vão trabalhar? ()

- (1) sim
- (2) não

8- As mulheres quando estão gestantes continuam trabalhando? ()

- (1) não
- (2) sim, até 6 meses
- (3) sim, até 7 meses
- (4) sim, até 8 meses
- (5) sim, até 9 meses

9- O patrão paga as quatro semanas antes do parto e as oitos semanas depois do parto? ()

- (1) não
- (2) sim, todos
- (3) sim, alguns e por um tempo menor

10- As mulheres utilizam o mesmo transporte que os homens quando vão ao trabalho na cana? ()

- (1) sim
- (2) não
- (3) às vezes

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EMPREITEIROS

Questionário Nº _____ Data da Aplicação _____/_____/_____

Entrevistador _____ Local da Entrevista _____

1- Há quanto tempo o Sr. trabalha como empreiteiro?
tempo.....

2- Com quais Usinas ou Engenhos o Sr. regularmente trabalha?
nomes.....

3- Como é a sua relação com os donos e administradores das Usinas e/ou Engenhos com quem trabalha?
.....

4- Quais são suas obrigações com os mesmos?
.....

6- E as suas obrigações para com os trabalhadores?
.....

7- E as obrigações dos patrões para com o Sr.?
.....

8- O Sr. recruta trabalhadores de outras regiões ou municípios para trabalhar nesta localidade?

()

(1) sim

(2) não

9- Se "sim", quando precisa arranjar trabalhadores de lugares vizinhos ou distantes das plantações de cana, usa alguém da própria localidade onde moram os trabalhadores para ir recrutando gente para o Sr. contratá-los?

()

(1) sim

(2) não

10- Se "sim" quanto paga por cada trabalhador a estes agentes por seu trabalho de arranjar trabalhadores para o Sr.?

.....

11- Quando o Sr. recruta trabalhadores para o trabalho na cana, o Sr. empeleita o serviço com o dono de usina e/ou engenho, ou simplesmente o Sr. os entrega para trabalharem para os usineiros ou donos de engenhos?

.....

12- E quando o Sr. recruta trabalhadores fora de sua localidade quem paga e quanto soma os custos de transportes de cada trabalhador desde o seu lugar de residência até o lugar onde se encontra o engenho ou usina?

.....

13- Se o Sr. não empeleita o serviço, então por quanto o Sr. entrega cada trabalhador ao dono ou ao administrador do engenho ou usina?

.....

14- Quando o Sr. empeleita um serviço num engenho ou usina, em média quantos trabalhadores por turma controla em épocas de pique da safra?

.....

15- Quanto a empresa paga ao Sr. por tonelada de cana cortada?

.....

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ADISSI, Paulo José. SPAGNUL, Wagner. *Convenções coletivas; quantificando o roubo dos patrões*. FASE/Al. [s.n.t]
- AMORIM, Leonília Maria de. *O boi engolindo gente; estudo do processo de pecuarização recente no Brejo de Areia – Paraíba*. Campina Grande: UFPB, 1990, 157p. Dissertação (Mestrado Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, 1990.
- ANDRADE NETO, Joaquim C. Xavier. *A evolução da agroindústria açucareira em Alagoas, a partir de 50*. Recife: UFPE, 1984. 171p. Dissertação (Mestrado Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas. Universidade Federal de Pernambuco, 1984.
- ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DE ALAGOAS. *Produção canavieira de Alagoas; Informe da safra 89/90*. ASPLANA, Maceió, 1990.
- BOLETIM DIEESE: São Paulo, ano XI. Números, 131 a 139.
- BONETTI, Marco Antonio. *Máquinas tiram homem do canavial; leis de proteção ao ambiente forçarão usinas a trocar o corte manual pela mecanização*. O Estado de São Paulo. São Paulo, 17 Jun. 1992, Suplemento Agrícola, p. 8-9.
- CENTRO DE ANIMAÇÃO POPULAR: *Nordeste: os números falam*. CENAP, Recife, 1990.
- CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. *Encontro sobre processo de trabalho na lavoura canavieira*. CONTAG, Carpina – PE, 1992.

DANTAS, Arnaldo. **Municípios em estudo na zona canavieira.** [s.n.t]

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
SÓCIO-ECONÔMICO **Alguns comentários sobre o setor sucro-alcooleiro.** DIEESE,
João Pessoa, 1991.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
SÓCIO-ECONÔMICO **Situação salarial dos trabalhadores no setor canavieiro da
Paraíba.** DIEESE [s.n.t].

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. **Dissídio 1991; Os
direitos dos trabalhadores da cana-de-açúcar.** FETAG, João Pessoa, 1991.

FASE/Alagoas: **Inserção localizada no complexo sucro-alcooleiro (Al, Pe, Pb)** [s.n.t]

FRANÇA, Júlia Lessa. **Manual para normatização de publicação técnico-científicas.**
1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990.

MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana;** estudo sobre as condições de vida, trabalho
e participação sindical da mulher canavieira de Santa Rita. Paraíba. Campina
Grande: UFPB, 1985. 194p. Dissertação (Mestrado Sociologia), Centro de
Humanidades. Universidade Federal da Paraíba, 1985.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. **Resultado final de safras.** Divisão de
Estudo e Planejamento. Serviço de Estatística e Cadastro. IAA, Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo
Agropecuário do Brasil.** 1975/80/85.

_____ **Anuário Estatístico do Brasil.** 1980 a 1991.

_____ **Censo Agropecuário do Brasil.** 1975/80/85.

_____ **Censo Demográfico. 1990, (Versão Preliminar).**

_____ **Produção Agrícola Municipal. 1973 a 1985.**

1º CONGRESSO TESE: CUT – Regional do Brejo Paraibano, Guarabira 28, 29 e 30 Jul. 1989.

1º SEMINÁRIO SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO CANAVIEIRO, 1990, Maceió Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

JATOBÁ, Jorge (org.). **Emprego no Nordeste 1950-1980; modernização e heterogeneidade.** 1ª ed. SUDENE, Recife: Massangana, 1983.

LAURELL, Asa Cristina et alii. **El obrero mexicano.** 1ª ed. México, Editora Andromeda, S.A., 1986.

LIRA, Gitana M. Figueiredo. **O homem ou o boi o roçado ou o capim.** Campina Grande: UFPB, 1983. 146p. Dissertação (Mestrado Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, 1983.

MELLO, Fernando Homem e FONSECA, Eduardo Gianetti. **Proálcool, energia e transporte.** São Paulo, Pioneira, 1981.

MENDES FILHO, Gildásio Álvares. **Avaliação do desenvolvimento do Proálcool na Paraíba.** João Pessoa: UFPB, 1983. 224p. Dissertação (Mestrado Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, 1983.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana; estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

PARÉ, Luisa. **El proletariado agrícola en México; campesinos sin tierra o proletarios agrícolas?** 4ª ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1981.

PESQUISA DIEESE. **A recessão e os trabalhadores.** São Paulo, número 5, setembro de 1992.

_____ **O salário mínimo.** São Paulo, número 4, abril de 1992, edição especial.

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Aspectos das condições de vida e de trabalho dos assalariados da cana-de-açúcar do Brejo paraibano.** SEDUP, Guarabira, 1986.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos; estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco.** 1ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SOLER, Norma Montalvo de. **Agricultura y reproducción de la fuerza de trabajo.** México: UNAM, 1986. 410p. Tesis (Doutorado Ciências Econômicas) – Division de Estudios de Posgrado, Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

SORJ, Bernard. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

VELHO, Otávio G. **Campesinatos e políticas,** In: Anúrio Antropológico 77. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.

_____ **Capitalismo autoritário e campesinato.** São Paulo, Difel, 1976.

XAVIER, Jurandir Antonio, **Desenvolvimento versus regressão.** Campina Grande, UFPB, 1992.